

**JOSÉLIA MARIA LOYOLA DE OLIVEIRA GOMES**

**Significações e Resignificações do Patrimônio Cultural: as Fazendas Históricas e o  
Turismo nos Campos Gerais do Paraná**

**PONTA GROSSA  
2007**

**JOSÉLIA MARIA LOYOLA DE OLIVEIRA GOMES**

**Significações e Resignificações do Patrimônio Cultural: as Fazendas Históricas e o Turismo nos Campos Gerais do Paraná**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas Interdisciplinar, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais Aplicadas.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cicilian Luiza Löwen Sahr.

**PONTA GROSSA  
2007**

Ficha catalográfica elaborada pelo Setor de Processos Técnicos BICEN/UEPG

G633s Gomes, Josélia Maria Loyola de Oliveira  
Significações e ressignificações do patrimônio cultural: as fazendas históricas e o turismo nos Campos Gerais do Paraná / Josélia Maria Loyola de Oliveira Gomes. Ponta Grossa, 2007. 148 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas),  
Universidade Estadual de Ponta Grossa -PR.

Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>.Cicilian Luiza Löwen Sahr.

1. Patrimônio cultural - Campos Gerais, Pr. 2. Fazendas históricas - Campos Gerais, Pr. 3. Turismo - Campos Gerais, Pr. 4. Tropeirismo. I. Sahr, Cicilian Luiza Löwen. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas. III. T.

CDD: 338.479.1

*Dedico*

Aos meus pais, em memória, Olávio e Rose Mary.

Aos meus filhos, Gabriela e Guilherme.

## **Agradecimentos**

À Professora Orientadora Cicilian Luiza Löwen Sahr, pela constante disponibilidade e boa vontade em me atender nas incontáveis dúvidas durante a realização desta pesquisa, por sua amizade e dedicada atenção nas motivações para prosseguir, sugerindo-me caminhos e novas pistas para o aperfeiçoamento de meus conhecimentos.

Ao Professor Wolf-Dietrich Gustav Johannes Sahr pelo apoio e colaborações.

Aos professores Andréa Paula dos Santos e Marcelino de Souza pela leitura, questionamentos, críticas e sugestões.

Aos meus filhos, Gabriela e Guilherme, por suportarem minhas angústias, falta de tempo, por acreditarem na minha força de superar obstáculos, pela compreensão e colaborações.

Aos meus colegas e amigos do Departamento de História, da Universidade Estadual de Ponta Grossa pelo apoio e incentivo.

A Miriam Namur pela amizade sincera, incentivo, carinho e contribuições.

A Hamilton Luiz Taques Filho pela atenção redobrada ao pequeno Guilherme, para que eu pudesse prosseguir em meus estudos.

Aos proprietários e funcionários das fazendas históricas da região dos Campos Gerais, Maristela Suplicy, Zuleika Suplicy, Sabrina Carneiro, Paulo Maurício Bueno Machado, Maria Sílvia Mattos, Reinaldo Rodrigues da Silva que contribuíram com informações para o desenvolvimento da pesquisa, dedicação do seu tempo às entrevistas e contatos telefônicos.

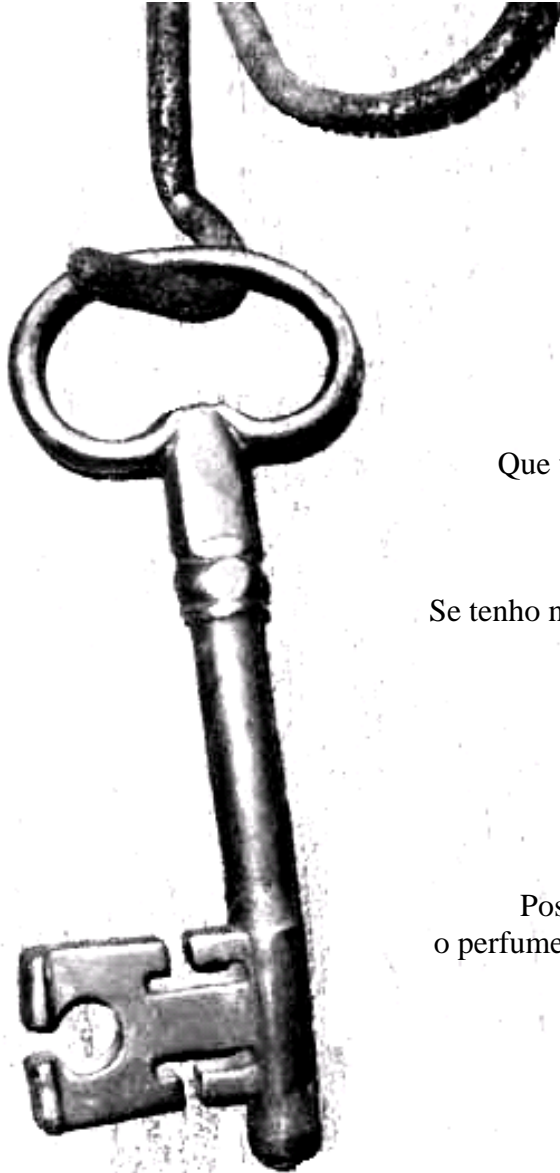
A Nádia Terumi Joboji, Aldo César Carvalho, Deise Maria Fernandes Bezerra, Patrícia Albanês, Lea Villela, Judith Carneiro de Mello, Carlos Roberto Solera, Andreia Maria Roque, Sonia Maria de Mattos Lucas, Wilma Alencar, Moara Zuccherelli, Ronaldo Gonçalves pela disponibilização de bibliografia, sugestões e informações.

Ao Coordenador Professor Constantino Ribeiro de Oliveira Júnior, aos professores e funcionárias do Programa de Mestrado em Ciências Sociais pelo convívio e colaborações.

À Professora Silvana de Oliveira pela revisão de texto.

E a todas as pessoas amigas que durante este percurso me ofereceram bibliografia, informações, sugestões, apoio, oportunidades, críticas e estímulos.

À Universidade Estadual de Ponta Grossa pelo apoio.



## *A chave*

E de repente  
o resumo de tudo é uma chave.  
A chave de uma porta que não abre  
para o interior desabitado  
no solo que inexistente,  
mas a chave existe.  
Aperto-a duramente  
para ela sentir que estou sentindo  
sua força de chave.  
O ferro emerge da fazenda submersa.  
Que valem escrituras de transferência de domínio  
se tenho nas mãos a chave-fazenda  
com todos os seus bois e seus cavalos  
e suas éguas e aguadas e abantesmas?  
Se tenho nas mãos barbudos proprietários oitocentistas  
de que ninguém fala mais, e se falasse  
era para dizer: os Antigos?  
(Sorrio pensando: somos os Modernos  
provisórios, a-históricos...)  
Os Antigos passeiam nos meus dedos.  
Eles são os meus dedos substitutos  
ou os verdadeiros?  
Posso sentir o cheiro de suor dos guarda-mores,  
o perfume-Paris das fazendeiras no domingo de missa.  
Posso, não. Devo.  
Sou devedor do meu passado,  
cobrado pela chave.  
Que sentido tem a água represa  
no espaço onde as estacas do curral  
concentram o aboio do crepúsculo?  
Onde a casa vige?  
Quem dissolve o existido, existindo  
eternamente a chave?  
[...]  
Escuto a voz da chave, canavial,  
uva espremida, berne de bezerro,  
esperança de chuva, flor de milho,  
o grilo, o sapo, a madrugada, a carta,  
a mudez desatada na linguagem  
que só a terra fala ao fino ouvido.  
E aperto, aperto-a, e de apertá-la,  
ela se entranha em mim. Corre nas veias.  
É dentro em nós que as coisas são,  
ferro em brasa – o ferro de uma chave.

(Carlos Drummond de Andrade, O Corpo, 1984)

## RESUMO

A atividade do tropeirismo nos séculos XVIII e XIX foi um marco na história brasileira, possibilitando integrar efetivamente o sul ao restante do Brasil, articulando – nesse contexto – a região dos Campos Gerais do Paraná. Em termos de patrimônio histórico-cultural – tangível e intangível - o tropeirismo deixou importante legado. Os tropeiros traziam consigo um modo de vida – linguajar, alimentação e vestimentas. Capelas e sedes de fazendas foram sendo construídas ao longo de seus percursos. Os caminhos percorridos pelos tropeiros e os espaços de vivência deste importante momento histórico, podem hoje, ressignificados, serem conhecidos e vivenciados por moradores destes locais e por turistas vindos de regiões adjacentes ou remotas. O objetivo central desta pesquisa é refletir sobre as significações e ressignificações deste patrimônio pelo turismo. O estudo se pauta em material bibliográfico de cunho teórico e regional, bem como, em trabalho de campo. A análise se concentra no patrimônio arquitetônico das antigas fazendas relacionadas ao tropeirismo nos Campos Gerais do Paraná, sobretudo aquelas que absorveram, num processo de ressignificação cultural, uma nova linguagem através do turismo. Nas Fazendas, a ressignificação se apresenta das mais diversas formas, entre estas: na visita à casa-sede da fazenda - com móveis e decorações conservadas, nos passeios a pé ou cavalgadas por trilhas antigas, na vivência das atividades da fazenda, nos pratos típicos servidos, nas histórias e causos lembrados, nas rodas de fogo e de chimarrão, nos documentários exibidos e nas encenações realizadas. O projeto “Rota dos Tropeiros” do Paraná, lançado em 2003, vem possibilitando a articulação de diferentes ofertas turísticas, dando-lhes um caráter regional e reforçando esse processo de ressignificação do tropeirismo.

**Palavras-Chave:** Ressignificação Cultural, Tropeirismo, Fazendas Históricas, Campos Gerais (PR), Turismo.

**Título:** Significações e Ressignificações do Patrimônio Cultural: As Fazendas Históricas e o Turismo nos Campos Gerais

## ABSTRACT

The activity of cattle driving (*tropeirismo*) has been a historical marker in the history of Brazil throughout the 18<sup>th</sup> and 19<sup>th</sup> century resulting in the effective integration of the South into the whole of the country. Thus, the *Campos Gerais* region has become an important element in the country's structure. Cattle driving has left us an important historical-cultural legacy both in material and non-material forms. The herdsmen of the old times had developed a very specific way of life – in language, nutritional behavior and clothing. Chapels and ranches have been constructed along their trails. Today, the roads once used by the herdsmen and their living spaces represent an important historical moment which can be re-signified both by the local population and by tourists coming from near and far to visit this legacy. The main target of this research is to reflect critically on processes of signification and re-signification in relation to this heritage under the influence of tourism. For this purpose, vast theoretical and regional bibliographical material has been evaluated, and extensive field work has been performed. The analysis refers primarily to the architectural heritage of the old ranches (*fazendas*) of the Campos Gerais region involved in the cattle driving process, especially to those which have passed a process of re-signification acquiring a new language under the influence of tourism. These processes of re-signification appear in different forms on the ranches, ranging from visits to farm houses with preserved furniture and decorations, participation in walking and riding trails along the old roads, experiencing the *fazenda* life of the old days, with traditional dishes, story telling and memories, at the campfire and with *chimarrão* (mate tea), up to the use of documentaries and folklore presentations. In 2003, a specific tourist project, the “Rota dos Tropeiros” (=The cattle driving trail), has been launched in Paraná to coordinate different tourist attractions based on its regional character and reinforcing the re-signification process of the *tropeirismo*.

**Keywords:** Re-Signification, Culture, Cattle Driving, *Tropeirismo*, Historical Ranches, *fazendas*, Campos Gerais (PR), Tourism.

**Title:** Signification and re-signification of Cultural Heritage: The historical ranches (*fazendas*) of the Campos Gerais region in Southern Brazil and tourism



## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Mapa das sesmarias concedidas ao clã de Pedro Taques de Almeida .....	44
FIGURA 2 - Caminho das Tropas - séculos XVIII e XIX .....	62
FIGURA 3 - Aquarela de Debret - Limite da Província de São Paulo com Curitiba .....	64
FIGURA 4 - Muro de taipa de pedra na região de Lages (SC) a Bom Jesus (RS) .....	68
FIGURA 5 - Planta baixa da Fazenda Roseira - Lapa .....	77
FIGURA 6 - Fachada Frontal - Fazenda Roseira - Lapa .....	78
FIGURA 7 - Lateral - Fazenda Roseira - Lapa .....	79
FIGURAS 8 e 9 - Antiga casa de colonos reformada e adaptada para Estalagem - Fazenda Roseira - Lapa .....	80
FIGURA 10 - Antigo estábulo convertido em churrasqueira e sala de jogos - Fazenda Roseira - Lapa .....	80
FIGURA 11 - Fachada da Fazenda Capão Alto - Castro .....	85
FIGURA 12 - Fachadas Frontal e Lateral da Fazenda Capão Alto - Castro .....	86
FIGURA 13 - Planta baixa da Fazenda Capão Alto - Castro .....	87
FIGURA 14 - Rancho de tropeiro - Fazenda Capão Alto - Castro .....	88
FIGURA 15 - Fachada da Fazenda Boa Vista - Tibagi .....	93
FIGURA 16 - Planta baixa da Fazenda Boa Vista - Tibagi .....	95
FIGURA 17 - Fazenda Fortaleza - Tibagi .....	99
FIGURA 18 - Planta baixa da Fazenda Fortaleza - Tibagi .....	100
FIGURA 19 - Capela Bom Jesus da Cana Verde na Fazenda Fortaleza .....	101
FIGURA 20 - Imagem do Senhor Bom Jesus da Cana Verde na Capela da Fazenda Fortaleza .....	102
FIGURA 21 - Fazenda Morungava na década de 1930 - Trincheira montada no jardim da fazenda .....	104

FIGURA 22 - Capela e Muro de pedra da Fazenda Morungava – Sengés .....	105
FIGURA 23 - Fazenda Morungava, reconstruída na década de 1940 - atual Fazenda Santa Gil - Sengés .....	106
FIGURA 24 - Abrangência do Projeto Rota dos Tropeiros na região dos Campos Gerais do Paraná .....	111
FIGURA 25 - Logotipo da Rota dos Tropeiros .....	113
FIGURA 26 - Ícones de qualificação utilizados no projeto Rota dos Tropeiros na região dos Campos Gerais do Paraná .....	115
FIGURA 27 - Mapa de localização das fazendas históricas da região dos Campos Gerais do Paraná .....	119

#### **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1 - Fazendas históricas com sedes preservadas na região dos Campos Gerais do Paraná .....	74
TABELA 2 - Origem dos visitantes da Fazenda Capão Alto de 2000 a 2005 .....	89
TABELA 3 - Origem dos estudantes visitantes da Fazenda Capão Alto de 2000 a 2006 .....	90

#### **LISTA DE QUADROS**

QUADRO 1 - Roteiro Escolar da Fazenda Roseira .....	81
---	----

## ABREVIATURAS

**Abtraturr/SP** - Associação Brasileira de Turismo Rural de São Paulo/Fazendas Históricas Paulistas

**Abtraturr** - Associação Brasileira de Turismo Rural

**Aceter** - Associação Cearense de Turismo no Espaço Rural

**AMCG** - Associação dos Municípios dos Campos Gerais

**Ametur** - Associação Mineira de Empresários de Turismo Rural

**Apeturr** - Associação Pernambucana de Turismo Rural

**Appan** - Associação de Pousadas Pantaneiras

**EcoParaná** - Serviço Social Autônomo EcoParaná

**Embratur** - Instituto Brasileiro de Turismo

**Iphan** – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**Mtur** - Ministério do Turismo

**Ong's** - Organizações - não governamentais

**Preservale** - Instituto de Preservação e Desenvolvimento do Vale do Paraíba

**Prodetur/Sul** - Programa de Desenvolvimento do Turismo na Região Sul e Mato Grosso do Sul

**Sebrae/Pr** - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Paraná

**Sebrae** - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

**Senac** - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

**Senar** - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

**Sescoop** - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

**SPHAN** - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**TER** - Turismo no Espaço Rural

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	vi
<b>ABSTRACT</b> .....	vii
<b>LISTA DE FIGURAS</b> .....	viii
<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	ix
<b>LISTA DE QUADROS</b> .....	ix
<b>ABREVIATURAS</b> .....	x
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>CAPÍTULO I - PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL NO ESPAÇO RURAL E TURISMO: ALGUMAS REFLEXÕES</b> .....	5
1-Patrimônio Histórico-Cultural: Significação e Ressignificação .....	5
2-O mundo rural: ressignificação pelo turismo .....	22
<b>CAPÍTULO II - AS FAZENDAS DE CRIAÇÃO NA REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS: SUA SIGNIFICAÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL</b> .....	38
1-Fazendas de criação e invernadas nos Campos Gerais: séculos XVIII e XIX .....	39
2-Estradas e caminhos nos Campos Gerais dos séculos XVIII e XIX .....	55
<b>CAPÍTULO III - A RESSIGNIFICAÇÃO DO TROPEIRISMO PELO TURISMO: ELEMENTOS PARA UMA AVALIAÇÃO</b> .....	71
1-Ressignificação das Fazendas: mudanças e permanências .....	72
Fazenda Roseira .....	76
Fazenda Capão Alto .....	83
Fazenda Boa Vista .....	93
Fazenda Fortaleza .....	96
Fazenda Morungava .....	103
2-A Ressignificação em roteiros turísticos .....	107
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	128
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	132

## INTRODUÇÃO

As edificações e os monumentos, segundo Choay (2001), podem ser entendidos como discursos e alegorias nos quais um grupo social se expressa. A valorização do patrimônio passa pelo conhecimento que se tem sobre ele e seu uso social, de qual significado possui para a comunidade e seu entorno, articulado estreitamente à memória e às identidades locais. O patrimônio histórico-cultural, portanto, é uma construção social, ou seja, historicamente determinado e em permanente reconfiguração, como um processo simbólico de legitimação social e cultural.

A atividade do tropeirismo nos séculos XVIII e XIX foi um marco na história brasileira. A atividade garantiu o abastecimento da região mineradora, sem o que a exploração das jazidas seria impossível; possibilitou, ainda, a ocupação do interior do Brasil, contribuindo para a consolidação do domínio português e para o surgimento de vários núcleos populacionais. Desta forma, a atividade tropeira foi fator determinante para integrar efetivamente o sul ao restante do Brasil, articulando – nesse contexto – a região dos Campos Gerais do Paraná.

Em termos de patrimônio histórico-cultural, o tropeirismo também deixou importante legado. Não foram somente muare que foram tropeados do Rio Grande do Sul para as Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX, os tropeiros traziam consigo um modo de vida – linguajar, alimentação e vestimentas. Capelas e sedes de fazendas foram também sendo construídas ao longo dos caminhos percorridos, várias delas mantidas até os dias de hoje. Este patrimônio, tangível e intangível, de certa maneira contribuiu para a composição da identidade cultural dos Campos Gerais.

O patrimônio material e imaterial propicia a edificação de políticas culturais, de interesses econômicos e das próprias características culturais de uma determinada região. Partindo desse pressuposto, a análise desta pesquisa enfoca o patrimônio arquitetônico-histórico das antigas fazendas relacionadas à fase do tropeirismo nos Campos Gerais do Paraná. O objetivo central é refletir sobre a significação e ressignificação desse patrimônio pelo turismo.

O turismo utiliza-se de uma nova linguagem para absorver a significação cultural existente na região, ou até mesmo, para a ressignificação - a qual pode ocorrer através da alimentação, trazida através de cardápios típicos de uma região; cavalgadas, por caminhos antigos para admirar a paisagem e bens naturais; nas obras de artes e monumentos colocados em praças ou pontos referenciais de uma determinada cidade, para remeter-lhe à sua significação histórico-cultural; em roteiros culturais como indicativo de processo didático-pedagógico; na preservação de conjuntos arquitetônicos e tantos outros possíveis.

Para a fundamentação teórico-conceitual do trabalho foram pesquisados inúmeros autores: Françoise Choay; Kathryn Woodward; Margarita Barreto; Stela Maris Murta e Celina Albano; Denys Cuhe; Nestor Garcia Canclini; Icléia Vargas; Margarita Barretto; José Reginaldo Santos Gonçalves; André Munhoz de Argollo Ferrão; Marutschka Moesch; Jacques A. Wainberg; Paulo Peixoto; Alenka Verbole; Elsa Peralta; Susana Gastal, entre outros.

Para a análise das fazendas históricas da região foram necessárias diversas fontes: bibliográficas, documentais e depoimentos orais. As informações relacionadas à ressignificação foram obtidas nos próprios *sites* das fazendas, no Guia e no *site* da “Rota dos Tropeiros”. A análise se restringiu àquelas fazendas que de alguma forma exercem atividades

turísticas, dando destaque às fazendas Roseira e Capão Alto, a primeira por atuar com turismo rural e a segunda por atuar com turismo histórico-cultural. Nestas foram realizados contatos pessoais com os proprietários e observação *in loco*.

Buscando atingir o objetivo central, esta dissertação se compõe de três capítulos. No primeiro apresenta-se uma reflexão teórico-conceitual sobre o patrimônio histórico-cultural, sua significação e ressignificação. Discute-se conceitos como cultura, identidade cultural e representação. Também se apontam os princípios para a interpretação do patrimônio e aspectos da atratividade turística para a apropriação desses valores no meio rural através do turismo.

No segundo capítulo, busca-se a contextualização histórica das fazendas de criação e invernadas e também dos caminhos e estradas percorridos pelos tropeiros nos séculos XVIII e XIX. A reflexão centra-se na significação das fazendas e caminhos numa abrangência que extrapola a da região em estudo.

No terceiro capítulo, apresentam-se as fazendas históricas da região dos Campos Gerais, como são vistas e trabalhadas no projeto “Rota dos Tropeiros”, mostrando sua ressignificação cultural e potencialidades turísticas de seu patrimônio cultural e arquitetônico rural.

Acredita-se ser necessário o fortalecimento da integração de órgãos públicos e atores sociais privados, para que haja uma valorização desse rico patrimônio histórico-cultural representado pelas fazendas ligadas ao tropeirismo. Igualmente importante é o estímulo a um associativismo ancorado nas comunidades locais, buscando a identificação e valorização de antigas rotas e roteiros como forma de organizar o turismo para fins de planejamento e gestão regional.

Espera-se que os resultados desta pesquisa forneçam elementos indicativos para a elaboração de novas propostas relativas à valorização do patrimônio histórico rural na região dos Campos Gerais, tendo em vista a amplitude do universo de outros aspectos envolvidos.



## I - PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL NO ESPAÇO RURAL E TURISMO: ALGUMAS REFLEXÕES

*Toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos. Se (...) não foi a rigor uma civilização agrícola o que os portugueses instauraram no Brasil, foi, sem dúvida, uma civilização de raízes rurais. (Sérgio Buarque de Holanda, 1956, p. 87).*

Este capítulo visa oferecer a fundamentação teórica-conceitual para o estudo proposto. Primeiramente, são apresentadas reflexões sobre a significação e ressignificação do patrimônio histórico-cultural. Na seqüência é abordada a significação cultural do meio rural e sua conseqüente ressignificação através do turismo. Por ressignificação entende-se a mudança de um referencial para lhe conferir um novo significado.

Para esta fundamentação foi pesquisado um grande número de autores. Não se trata, entretanto, de uma apresentação exaustiva sobre a temática. As reflexões se centram, principalmente, em uma apresentação sobre a temática no meio rural, seja pelo aspecto de conservação e novos usos, seja pelo aspecto da atratividade turística para a apropriação desses valores.

### **1- Patrimônio histórico-cultural: significação e ressignificação**

No meio rural brasileiro está grande parte da sua própria história, o trabalho escravo, a influências das fazendas de gado - invernadas de gado, produtoras de café, cana-de-açúcar, cacau, as técnicas e os costumes dos imigrantes. (MOLETTA, 1999).

O patrimônio arquitetônico rural brasileiro é uma herança cultural que nas últimas décadas vem recebendo reconhecimento e ao qual incorporam-se novos valores por meio da atividade turística. São sedes de antigas fazendas que trazem a lembrança viva da história do Brasil, que marcaram as fases que pontuaram a economia e a conseqüente riqueza nacional. Muitas dessas construções não foram conservadas ou se tornaram ruínas. Outras, em compensação, mantiveram seu estilo arquitetônico, seu patrimônio histórico-cultural conservado, sendo restauradas, recebendo inclusive novos usos e ressignificações.

Etimologicamente, patrimônio deriva do termo latim *patrimonium* para se referir à propriedade herdada de antepassados, uma herança, o qual estava ligado "às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no tempo e no espaço" (CHOAY, 2001, p. 11), levando-o a uma característica essencial - a permanência no tempo.

A idéia de um patrimônio institucionalizado, pertencente a um grupo social, nasce no final do século XVIII, com a visão moderna de história e de cidade. (SANTOS, 2001). A isso soma-se a idéia de que "O patrimônio surge como uma invenção, uma construção da modernidade". (ANICO, 2004).

Na atualidade, o patrimônio deixou de ser uma construção social com importância política, para se constituir numa coleção simbólica unificadora, resultante de uma imposição de língua nacional, de costumes nacionais, de uma história que se sobrepôs às memórias particulares e regionais. (RODRIGUES, 2001). Como observa Françoise Choay (2001, p. 28), foi preciso que surgissem ameaças concretas de perda dos monumentos e o culto à nação para que a preservação dos monumentos se tornasse um tema de "interesse público".

Icléia Albuquerque Vargas (2006) considera que a emergência do processo de patrimonialização que se instaura no âmbito global busca se apoiar nas legitimidades

históricas ou geográficas dos territórios, promovendo resgates do passado, e assim o patrimônio surge como um advento das sociedades modernas:

...como um artifício voltado para o fortalecimento de uma pertença a um mesmo espaço simbólico, uma síntese simbólica de valores identitários que contribuem para um sentimento de pertencimento e de identificação de um coletivo social. (VARGAS, 2006, p. 228).

A noção de patrimônio para José Reginaldo Santos Gonçalves (2005) é apresentada em três categorias, apontando as suas múltiplas dimensões sociais e simbólicas, discutindo os contornos semânticos que ela pode assumir no contexto da modernidade. A *ressonância* do patrimônio situa-o entre o passado e o presente, entre o cosmos e a sociedade, entre a cultura e os indivíduos e entre a história e a memória. A sua *materialidade* torna-o tangível ou intangível. Já a *subjetividade* apresenta-se como uma forma específica de continuidade entre passado, presente e futuro, pois não há patrimônio que não seja ao mesmo tempo condição e efeito de determinadas modalidades de autoconsciência individual ou coletiva. Essas dimensões, para o autor, possibilitam trazer possivelmente uma contribuição para os debates teóricos e políticos sobre os usos do conceito antropológico de cultura.

Na noção de patrimônio cultural, Gonçalves (2005, p. 14) adverte a necessidade de se observar que: “por um lado, este pode ser entendido como a expressão de uma nação ou de um grupo social, algo, portanto, herdado, por outro, ele pode ser reconhecido como um trabalho consciente, deliberado e constante de reconstrução”. O autor sublinha ainda que os "patrimônios culturais" seriam entendidos mais adequadamente se situados como elementos mediadores entre diversos domínios social e simbolicamente construídos, estabelecendo pontes e cercas entre categorias cruciais, tais como passado e presente, deuses e homens, mortos e vivos, nacionais e estrangeiros, ricos e pobres. Ele sugere:

a possibilidade de pensar o patrimônio em termos etnográficos, analisando-o como um “fato social total” (...), e desnaturalizando seus usos nos modernos “discursos do patrimônio cultural”. (...) O que é preciso colocar em foco nessa discussão, penso, é a possibilidade de se transitar analiticamente com essa categoria entre diversos mundos sociais e culturais, iluminando-se as diversas formas que pode assumir. (GONÇALVES, 2005, p. 17-18).

A maneira mais simples para compreender o significado do patrimônio é, segundo Margarita Barretto (2000, p. 9), aquela que se refere ao conjunto de bens que uma pessoa ou uma entidade possuem. Levado a um determinado território, o patrimônio passa a ser um conjunto de bens que estão dentro de limites de competência administrativa. Nesse contexto, a autora classifica patrimônio em duas grandes divisões: natureza e cultura. Mas Hugues de Varine-Boham, professor francês, cujas idéias foram anotadas e citadas por Carlos Lemos (1984, p. 08), sugere que o patrimônio cultural seja dividido em três categorias de elementos: *naturais*, como os rios, as matas, as praias; *do saber*, as técnicas e artes que o homem utiliza para sobreviver, saber cozinhar, desenhar, transformar, dançar, esculpir; e, *bens culturais* que surgem a partir de outros dois grupos que são objetos, artefatos e construções. Os *bens culturais* se dividem em *móveis* (possíveis de serem colecionados - *intangíveis* - que são mantidos pela tradição) e *imóveis (tangíveis)* que são os sítios históricos (cidades, conjuntos totais ou parciais), os sítios arqueológicos e as edificações (arquitetura civil, militar, religiosa e funerária) como capelas, igrejas, sedes de fazendas, residências, ruas, cidades, entre outras. Pode-se, ainda, acrescentar os chamados *bens integrados*, os quais são elementos móveis que se agregam aos *imóveis*. Por exemplo: retábulos, mesas de altares, púlpitos, etc.

O significado do patrimônio não é mais o bem que se herda, mas o bem constituído da consciência de um grupo, articulado à memória e às identidades locais. “As idéias de preservação de bem cultural se articula, estreitamente, ao seu conhecimento e ao seu uso social, à ciência e à consciência do patrimônio”. (SEGALA, 2006).

A noção ampliada de patrimônio cultural abrange não somente os bens tangíveis, materiais, mas também os bens intangíveis, imateriais<sup>1</sup>, incluindo as manifestações, por múltiplas formas, do modo de viver, pensar e agir de uma sociedade: os saberes, as celebrações, as formas de expressão e os lugares.

A palavra patrimônio pode, portanto, assumir diversos sentidos e usos, os quais nos levam a outras indagações, como: “o que é cultura?” e “o que é identidade cultural?”. Elucidar estas questões torna-se fundamental para a compreensão, em sua extensão, do significado do patrimônio histórico-cultural.

Para Regis de Moraes (1992, p. 41-45), a criação de cultura vem de fundamentais necessidades do homem enquanto homem. A cultura é uma complexa rede de signos densos de significados. A transmissão de significados constitui o fluxo intersubjetivo pelo qual circula a cultura. A experiência vivida, o real sentido, percebido ou compreendido, o mundo do real ou do imaginário, é mediado de homem a homem por entes concretos, capazes de impressionar os sentidos: os signos. Esses, porém, apontam para fora de si, são presenças que marcam ausências, os significados, que constitui em a seiva da cultura humana. A cultura é uma organização sempre dotada de significado, saindo à procura de captar os muitos sentidos que o compõem. A cultura, essa rede de signos, densos de significados, circula sentido. A circulação de sentido implica numa relação dialética entre valor e valorização. O tecido cultural é sempre uma permanência feita de efemeridades, uma continuidade feita de rupturas e transformações.

---

<sup>1</sup> No Brasil, apesar das discussões sobre patrimônio imaterial serem antigas, a sistematização desses debates é recente. A Constituição Federal de 1988, nos artigos 215 e 216, abarca no conceito de patrimônio cultural tanto as obras arquitetônicas, urbanísticas e artísticas de grande valor (patrimônio material), quanto as manifestações de natureza imaterial, relacionadas aos fazeres, crenças e produções do cotidiano popular que tem relevância para a comunidade. O Governo Federal brasileiro, através do decreto nº. 3551, de 04 de agosto de 2000, instituiu o registro de bens de natureza imaterial, que constituem o patrimônio cultural brasileiro, em que os saberes, celebrações, expressões, cantos, hábitos, festas, rituais e outras práticas populares brasileiras passam a ter reconhecimento de sua prática. O registro tem como objetivo a valorização dos bens culturais e cria, para o Estado, a obrigação de reunir e divulgar a documentação acerca do bem legalmente reconhecido. Esse registro contribui para a identificação, promoção e a preservação desses bens culturais que não têm garantias de permanência. O registro poderá ser feito em um dos seguintes livros de registros: dos saberes, das celebrações, das formas de expressão, dos lugares e outros livros poderão ser abertos para outras manifestações reconhecidas.

Nesse mesmo sentido, Antônio Arantes (1998) define cultura ao afirmar, que em se tratando de vida social, a cultura (significação) está em toda parte, tudo nas sociedades humanas é constituído segundo os códigos e as convenções simbólicas:

...interpretar o significado das culturas implica em reconstituir, em sua totalidade, o modo como os grupos representam as relações sociais que os definem enquanto tais, na sua estruturação interna e nas suas relações com outros grupos e com a natureza. (ARANTES, 1998, p. 34-35).

Nessa mesma perspectiva Antonio Carlos Castrogiovanni (2003, p. 45) menciona que a cultura de um grupo social, numa leitura interacionista, é "na verdade, uma das maiores riquezas, associada à busca de respostas dadas às provocações do meio". A cultura é uma das "responsáveis pela diferença que cria e identifica um lugar", e é "justamente a ausência de todos os lugares num certo lugar que desperta, fascina e atrai".

Para Eunice Ribeiro Durham (1984, p. 27-30), o conceito de cultura está relacionado não apenas às obras, mas à capacidade humana de produzi-las e usufruí-las, como ação significativa que depende da manipulação de um instrumental simbólico, um conjunto de códigos. Pensar a cultura é pensar a produção simbólica, relacionando-a ao seu uso, imersa numa espessa camada de relações sociais, elaborações estéticas e formas rituais da qual retiram muito de sua significação. A dimensão fundamental do conceito de cultura é a que toma por referência básica a regularidade e o significado dos comportamentos criados pela manipulação de sistemas simbólicos.

No que se refere a uma definição sobre cultura, o argentino Néstor Garcia Canclini busca no cruzamento interdisciplinar da Antropologia, Sociologia, Comunicação, História, Literatura, História da Arte, Filosofia, entre outras, a evidência de que a cultura contemporânea é "híbrida", ou seja, tem caráter "nem culto, nem popular, nem massivo", procurando elaborar uma interpretação plausível das contradições e dos fracassos da modernidade, a qual permite abranger diversas mesclas interculturais. (CANCLINI, 1998, p. 19-20). A perspectiva proposta por Canclini, segundo Jacks (1997), legitima o papel cultural dos meios ao colocá-los em pé de igualdade com as demais manifestações, resultado da internacionalização da economia, transnacionalização da tecnologia, do turismo e das migrações internas e externas. Nilda Jacks (1997) situa o conceito de cultura híbrida proposto por Canclini, da seguinte maneira:

[...] serve para pensar tudo que não cabe mais sob os rótulos de culto, popular e massivo, isto é, praticamente tudo que se produz atualmente, pois o processo de globalização que abarca todos os setores da sociedade contemporânea não deixaria de fora justamente as manifestações culturais, tão sensíveis à dinâmica social. O processo de hibridização coloca no mesmo plano as diversas manifestações da cultura contemporânea rompendo as fronteiras estabelecidas pela lógica da modernidade, onde o culto deveria estar nos museus e o popular nas praças e feiras. O tradicional e o moderno, portanto, já não sofrem uma oposição tão evidente, pelo contrário, convivem em um mesmo cenário social. Neste sentido, surgem novas formas de identidade cultural, que já não podem mais ser consideradas como autênticas, nem ligadas apenas a um território. [...] mas à ação sócio-comunicacional, articulando o local, o regional, o nacional, o internacional e o pós-nacional, questão emergente a partir dos vários tratados de livre comércio que estão em andamento. Isso não quer dizer que o território perde sua significação, apenas deve ser somado às participações em redes comunicacionais. [...] a modernidade/pós-modernidade não acaba com o tradicional, apenas o transforma, e que a identidade não poder ser atemporal, mas histórica. (JACKS, 1997).

Durham (1984, p. 30-31) adverte que quando se aplica a noção de cultura como ação significativa, que depende da manipulação de um instrumental simbólico, pode-se associá-la à noção de patrimônio cultural. O patrimônio pode ser definido em função do significado que

possui para a população, advertindo que o elemento chave na percepção do significado de um bem cultural reside no uso que dele é feito na sociedade.

A noção do patrimônio, em sua extensão cultural e social, para Glauco Campello (1998), invade todos os campos da memória coletiva, que constituem parte da matéria com a qual se molda no presente a construção do futuro. O patrimônio é o tema com que as comunidades poderão cultivar um sentimento de auto-estima e exercício da cidadania. Sob esse aspecto, Julia Azevedo (2002, p. 136) enfatiza, principalmente, o caso do uso do patrimônio histórico-cultural servir à recuperação e revitalização de áreas deprimidas ou degradadas.

Complementam essas afirmações as de Antonio Gilberto Ramos Nogueira (2000, p. 299), que adverte que quando se trata de uma definição mais consistente do conceito de patrimônio não se pode entendê-lo apenas como um conjunto de bens de valor excepcional, mas deve-se sublinhar que a designação de patrimônio cultural só é legítima na medida em que o homem atribui a eles significados.

Todavia, mais do que ao pesquisador, importa à comunidade reconhecer sua identificação cultural e assumir o papel de protagonista do seu próprio processo de desenvolvimento local. (KASHIMOTO; MARINHO; RUSSEFF, 2002).

A construção do patrimônio cultural e sua preservação, portanto, é um ato que depende das concepções que cada época, de um determinado local, de uma determinada comunidade, tem a respeito do quê, o quê, para quê, por quê conservar e como conservar. (RODRIGUES, 2001; LEMOS, 1984).



Para Julianna Nascimento Torenzani (2005, p. 2) “a cultura é o que nos torna singulares, o patrimônio, enquanto expressão cultural, é que vai edificar os costumes, a política, os interesses econômicos e as características do lugar”.

O patrimônio é, assim, de acordo com Marta Anico (2004, p. 4), uma construção social, historicamente determinada e em permanente reconfiguração, um processo simbólico de legitimação social e cultural, baseado na seleção e ativação de determinados referentes, que permitem representar<sup>2</sup> uma determinada identidade. Essa representação processa-se através de alguns referentes culturais que cumprem uma finalidade de identificação coletiva própria de cada sociedade, por ela selecionados e constituídos em cada momento. Falar de patrimônio pressupõe falar de identidades, assim, pode ser definido também como uma síntese simbólica de valores identitários.

Maria Antonia Alonso de Andrade (1998, p. 141-149) complementa que a identidade é uma questão chave na representação de qualquer objeto, ou seja, na estruturação de seu campo de representação. Cada grupo social tem sua forma específica de representação de mundo. Representar um objeto significa inseri-lo significativamente no nosso mundo, fazer com que tenha um sentido para nós. E isto significa que podem ser estabelecidas clivagens entre os grupos sociais segundo as suas representações. Indivíduos e grupos expressam sua identidade através de suas representações.

Essas representações, para Kathryn Woodward (2000, p. 8-15) atuam simbolicamente para classificar o mundo e as nossas relações no seu interior. A autora (2000, p. 17-19) adverte ainda que ao examinarmos sistemas de representação é necessário analisar a relação entre cultura e significado. “Só podemos compreender os significados envolvidos

---

<sup>2</sup> Representações sociais é uma expressão filosófica que significa a reprodução de uma percepção retida na lembrança ou do conteúdo do pensamento. Nas ciências sociais são definidas como categorias de pensamento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a. Enquanto material de estudo essas percepções são consideradas consensualmente importantes, atravessando a história e as mais diferentes correntes de pensamento sobre o social. (MINAYO, 2002).

nesses sistemas, se tivermos alguma idéia sobre quais posições de sujeito eles produzem e como nós, como sujeitos, podemos ser posicionados em seu interior”. (2000, p. 17). E isso compõe o 'circuito de cultura', no qual o foco se desloca dos sistemas de representação para as identidades produzidas por aqueles sistemas. A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença. (2000, p. 8-15).

Denys Cuche (2002) ressalta que as grandes interrogações sobre a identidade remetem freqüentemente à questão da cultura. "Cultura" e "identidade" são conceitos que remetem a uma mesma realidade, vista por dois ângulos diferentes. Mas não se podem confundir as noções de cultura e identidade cultural, ainda que tenham grande ligação.

Para Cuche, a noção de cultura leva à ordem simbólica, que se refere ao sentido. É ela que oferece a possibilidade de conceber a unidade do homem na diversidade de seus modos de vida e de crenças, enfatizando-se a unidade ou a diversidade. O autor adverte, entretanto, que a cultura pode existir sem consciência de identidade, ao passo que as estratégias de identidade podem manipular e até modificar uma cultura que não terá então quase nada em comum com o que ela era anteriormente:

A cultura depende em grande parte de processos inconscientes. A identidade remete a uma norma de vinculação, necessariamente consciente, baseada em oposições simbólicas. (...) A identidade cultural aparece como uma modalidade de categorização da distinção nós/eles, baseada na diferença cultural. (CUCHE, 2002, p. 176-177).

Na abordagem relacional e situacional, Cuche (2002, p. 183) afirma que a identidade é uma construção social, que se faz no interior de contextos sociais que determinam a posição de agentes e por isso mesmo orientam suas representações e suas escolhas. A identidade existe sempre em relação a uma outra, a qual se constrói e se reconstrói constantemente no interior das trocas sociais.

Vale também complementar aqui, conforme Clifford Geertz (1978, p. 15) que o conceito de cultura é essencialmente semiótico<sup>3</sup>. A semiótica analisa o homem como um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu – a cultura sendo essas teias e a sua análise, uma ciência interpretativa à procura de significados:

A cultura é pública porque o significado o é. Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis (o que eu chamaria símbolos, ignorando as utilizações provinciais), a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível, isto é, descritos com densidade. (GEERTZ, 1978, p. 22-24).

Ao analisarmos o aspecto da cultura no meio rural, as considerações do pesquisador português Paulo Peixoto (2002, p. 2-15) são válidas ao abordarem a convergência de duas tendências ligadas à transformação dos meios rurais: de um lado, o aumento das ameaças sobre o mundo rural e do outro lado, o aumento das preocupações com o patrimônio. O autor ainda defende a tese de que o desaparecimento do mundo rural está associado a uma

---

<sup>3</sup> Na análise de Rubens Pereira (2006) a semiótica é o estudo do processo de significação na natureza e na cultura. Ou seja, é a ciência do processo de contextualização social e natural, é a ciência dos signos ou processos de significação, é a ciência geral de todas as linguagens – “tem por objetivo o exame dos modos de constituição de todo e qualquer fenômeno como fenômeno de produção de significação e de sentido [...] busca divisar e deslindar seu ser da linguagem, isto é, sua ação de signo”. (SANTAELLA, 1987, p. 13-14). Portanto, semiótica é a doutrina dos signos, tendo por objeto o estudo da natureza, tipos e funções de signos. O signo é uma coisa que representa uma outra coisa: seu objeto - carrega poder de representar - o signo não é o objeto, está apenas no lugar do objeto. O signo é qualquer elemento que seja utilizado para exprimir uma dada realidade física ou psicológica; nesta relação, o primeiro funciona como significante em relação à segunda, que é o significado (ou referente); as relações entre significantes e significados podem ser de dois tipos: denotação e conotação. O nível denotativo refere uma enumeração e descrição dos objetos num determinado contexto e espaço. O nível conotativo refere-se à análise das mensagens ocultas numa imagem, e na forma como a informação aparece escondida ou reforçada. É composta por todos os elementos observáveis: desde a menor unidade de análise, como o ponto ou a linha até ao objeto de volume variável e materiais diferentes. Para Pereira (2006), é importante “realçar que os signos por si próprios nada significam, para se tornarem compreensíveis pressupõem a existência de um código que estabeleça, dentro duma dada comunidade, a totalidade das relações entre significantes e significados, por forma a tornar possível a interpretação dos signos”. Pereira (2006) complementa que “cada comunidade desenvolve os seus sistemas de signos e respectivos códigos, por forma a viabilizar a comunicação entre os seus membros; à medida que se vai subindo na cadeia biológica as necessidades de comunicação vão se intensificando, o que se reflete naturalmente em sistemas de signos e códigos de comunicação cada vez mais sofisticados”.

*descoberta*<sup>4</sup> do patrimônio nos meios rurais tanto para descobrir algo que já existia, dando-lhe uma segunda vida, ao ser redescoberto para novas funções, como também para manifestar-se através de operações de invenção e de encenação de uma singularidade e de uma continuidade. Essa *descoberta* do patrimônio, para Paulo Peixoto (2002) pelos meios rurais traduz-se na necessidade de repensar certos espaços e objetos em função de novos usos, atribuindo-lhes novas funcionalidades e sentidos. E ainda, para o autor, qualquer artefato patrimonial necessita, para subsistir e perdurar, ser alvo de uma reinvenção ou de uma reativação por indivíduos ou grupos sociais que o introduzem no seu cotidiano. Nas palavras do autor<sup>5</sup>:

Trata-se, pelo contrário, de encarar o patrimônio e as suas representações como uma invenção cultural que procura legitimar e naturalizar um determinado tipo de discurso sobre a evolução recente do mundo rural e que procura responder aos desafios presentes e futuros dos meios rurais. Neste âmbito, o património corresponde a uma segunda vida das coisas, que adquirem novos sentidos e funcionalidades. [...] a patrimonialização não é apenas nem sobretudo uma espécie de seguro sobre o esquecimento, funcionando antes como instrumento de afirmação e de legitimação de determinados grupos sociais [...] Esta *descoberta* traduz-se, sobretudo, em operações de valorização simbólica, cujo objectivo último é responder a uma situação de crise acentuada. O que acaba por a distinguir são as características dos processos de patrimonialização que a efectivam: o alargamento infinitamente elástico da noção de património, a redução drástica do tempo necessário para fazer eclodir uma consciência patrimonial e a emergência e consolidação de um numeroso e activo grupo de profissionais. (PEIXOTO, 2002, p 2-15).

Sobre essa questão, vale o argumento da arquiteta Daniela Lorena Fagundes de Castro (2004) de que o comprometimento na preservação do patrimônio arquitetônico-histórico, como garantia de continuidade, introduz questões importantes, já que representar a identidade de um grupo recai sobre escolhas, sobre características eletivas, enquanto outros seriam passíveis de esquecimento e destruição. Isto é, nem todos os vestígios do passado podem ser considerados patrimônio, pois isso depende de uma seleção para o que se deseja

---

<sup>4</sup> Grifo do próprio autor.

<sup>5</sup> Nas citações do autor manteve-se a grafia vigente em Portugal.

preservar, cujo valor está permeável às flutuações de uma determinada época. Elsa Peralta Silva<sup>6</sup> (2005) reitera esse pensamento ao apresentar a noção de patrimônio histórico-cultural:

O património não é só o legado que é herdado, mas o legado que, através de uma selecção consciente, um grupo significativo da população deseja legar ao futuro. Ou seja, existe uma escolha cultural subjacente à vontade de legar o património cultural a gerações futuras. E existe também uma noção de posse por parte de um determinado grupo relativamente ao legado que é colectivamente herdado. [...] Valor que os seres humanos, tanto individual como socialmente, atribuem ao legado material do passado, valor no sentido do apreço individual ou social atribuído aos bens patrimoniais numa dada circunstância histórica e conforme o quadro de referências de então. Trata-se de um conceito relativo, que varia com as pessoas e com os grupos que atribuem esse valor, permeável às flutuações da moda e aos critérios de gosto dominantes, matizado pelo figurino intelectual, cultural e psicológico de uma época. (SILVA, 2005, p.1).

Nessa mesma linha de pensamento, sobre o processo de seletividade da preservação, Margarida Barretto (2000, p. 44) defende a “recriação de espaços revitalizados”, como um dos fatores que podem desencadear o processo de identificação do cidadão, da comunidade com sua história e cultura, sendo inclusive uma forma da população local conhecer e discutir sua identidade. A preservação do patrimônio histórico-cultural tem entre suas funções o papel de "continuidade cultural", ser o elo entre o passado e o presente, despertar o sentimento de identidade, de pertencimento. Sobre esse mesmo aspecto, Fábio Reis (2004, p. 2) ressalta que “a revitalização do patrimônio significa a ressignificação das manifestações culturais”.

Margarita Barretto (2000, p. 58-59) aponta ainda que os espaços revitalizados podem ser transformados em "*site museums*" ou "*museu no local*" e preparados para representar uma determinada época, fazendo com que o visitante conheça a história e a cultura do local. Para a autora, os "*site museums*" permitem a sustentabilidade econômica do lugar, atraem turistas e investimentos. Por outro lado, o sucesso desta experiência representa um desenvolvimento que mantém a herança cultural, que insere a comunidade e que amplia os investimentos, os empregos e a renda do lugar. Mas salienta que esse tipo de empreendimento necessita de

---

<sup>6</sup> Nas citações dessa autora manteve-se a grafia vigente em Portugal.

pesquisas, com finalidades didático-pedagógico-cultural, de um sério trabalho de restauradores, arquitetos, historiadores, antropólogos e outros profissionais capazes de contribuir com a reconstrução de época. (BARRETTO, 2000, p. 38-39).

Maria José Pastor Alfonso (2003) analisa o patrimônio cultural como manifestação da própria cultura, em que o sistema turístico aplicado a ele obriga-se a levar em conta tanto a sociedade local como os visitantes, em que os estudos devem ser orientados a buscar o bem-estar de ambos, tratando de minimizar os impactos negativos, sejam sociais, culturais, físicos ou econômicos. A única maneira de compreender sua realidade é olhá-lo como produto da sociedade em permanente estado de mudança, que varia segundo a concepção e medida do tempo e do espaço.

Quanto à ativação do patrimônio histórico, Elsa Peralta (2003, p. 86) salienta que não serve a mesma somente para usos políticos, mas, sobretudo, para fins de identificação coletiva. Para a autora, o patrimônio histórico apresenta três dimensões para seu uso: político, simbólico e aproveitamento turístico. Essas três dimensões possuem uma relação de complementaridade e retroalimentação, pois os referentes simbólicos fornecem os motivos que alimentam o turismo emanando novos referentes simbólicos à imaginação coletiva, acrescentando-lhe novos elementos. “Porque sendo a autenticidade um constructo, o património que é inventado para satisfazer a procura turística não é menos autêntico do que aquele que é resgatado de um *corpus* cultural, nem a cultura que resulta desse processo de recriação será”. (PERALTA<sup>7</sup>, 2003, p. 87).

---

<sup>7</sup> Nas citações dessa autora manteve-se a grafia vigente em Portugal.

Stela Maris Murta e Celina Albano (2002), no livro *Interpretar o patrimônio, um exercício do olhar*, advertem que uma comunidade que não conhece a si mesma dificilmente poderá comunicar a importância de seu patrimônio, seja na interação com os visitantes, seja na sensibilização das operadoras de turismo. A prática interpretativa deve, portanto, promover a discussão entre os vários segmentos sociais sobre aquilo que torna o lugar especial e diferente. Deve também levar os moradores a (re)descobrir novas formas de olhar e apreciar seu lugar, de forma a desenvolver entre eles atitudes preservacionistas. Finalmente, a prática interpretativa do patrimônio deve despertar novas vocações e possibilitar oportunidades de trabalho e renda ligados ao turismo.

A obra organizada pelas autoras propõe um debate acadêmico e técnico sobre a temática, na busca de também sensibilizar órgãos públicos e entidades privadas que trabalham na área de turismo, meio ambiente, patrimônio e planejamento urbano para a necessidade de incluir a prática interpretativa em suas políticas e programas.

Para Stela Maris Murta e Brian Goodey (2002, p. 19-20) “a interpretação não é um evento em si, mas um processo contínuo que envolve a comunidade com o passado, o presente e o futuro de um acervo, de um sítio ou de uma cidade”. O objetivo da interpretação do patrimônio é apresentá-lo, promovê-lo e atualizá-lo como marcos importantes e como atrações.

Um plano interpretativo, incorporando as várias vozes da comunidade, deve, segundo os autores (2002, p. 20) “estabelecer uma rede de *descobertas* e de desfrute para residentes, visitantes e turistas, ampliando as possibilidades de desenvolvimento de projetos turísticos e culturais”.

A interpretação, para Stela Maris Murta e Brian Goodey, cumpre uma dupla função de valorização. De um lado, valoriza a experiência do visitante, levando-o a uma melhor compreensão e apreciação do lugar visitado; de outro, valoriza o próprio patrimônio incorporando-o como atração turística. Interpretar é uma comunicação que leva turistas e moradores da localidade a entender o porquê de um lugar ou manifestação cultural merecer proteção e visita, “é revelar significados, é provocar emoções, é estimular curiosidade, é entreter e inspirar novas atitudes no visitante, proporcionar uma experiência inesquecível com qualidade”. (2002, p. 14).

Brian Goodey (2002, p. 109) salienta que no desenvolvimento e na apresentação de um local, do patrimônio histórico de interesse turístico, a interpretação e administração devem ser consideradas dentro de um mesmo quadro de referência. Assim, é importante ter em mente a perspectiva do visitante, que olhares e necessidades ele tem ao se aproximar e usar o lugar.

Seja qual for a estratégia adotada, conforme sugestões de Murta e Goodey (2002, p. 24-42), o papel de mediador na valorização aos olhos dos usuários é exercida por um intérprete ou por diferentes meios e técnicas de interpretação: a) ao vivo com guias, atores, contadores de casos - em que a interpretação contém muito do conceito de animação; b) com textos e publicações em mapas ilustrados, guias, roteiros, folders e cartões postais, elemento base para qualquer esquema de interpretação; c) Interpretação com base no design - placas, letreiros, painéis informativos tradicionais ou iluminados, fotos do “antes” e “depois”, desenhos, maquetes, instrumentos mecânicos e eletro-eletrônicos, guias portáteis sonorizados, repetidores de mensagens, vídeos, equipamentos computadorizados e até simulação de computador com dissoluções de imagens, aplicações em telas múltiplas, sincronizadas com comentários.



Para Murta (2002, p. 140-141) a relação entre preservação, conservação e turismo é ambígua e a superação deste conflito pode ser efetuada através da interpretação.

Stela Maris Murta e Brian Goodey (2002, p. 43) ponderam ainda que qualquer patrimônio interpretado como atração requer frequência na sua avaliação.

À interpretação do patrimônio defendida por Murta e Goodey se deve acrescentar o ponto de vista de Marta Anico (2004, p. 3). A autora adverte que no atual contexto da sociedade plural a ativação patrimonial resulta de um processo complexo de negociações entre variados atores sociais e que a ativação depende, fundamentalmente, das ações dos poderes políticos, pois são eles os detentores de um repertório político, tendo por base a seleção de determinados elementos, a sua ordenação e posterior interpretação. O patrimônio é resultante de um processo de reconhecimento e seleção de seus referentes, projetando-se e encontrando uma justificação que se remete ao seu caráter simbólico, isto é, à necessidade de preservar em função do significado que encerra ao coletivo, bem como a rentabilidade social, sua utilidade e funcionalidade no plano social e econômico. Assim, o patrimônio, além de sua ligação ao passado histórico funcionará como uma ferramenta de formação identitária e como estratégia de captação de recursos. (ANICO, 2004).

Em contraponto, Carlos Eduardo Oliveira Bovo (2005) indica que como atores sociais, os proprietários rurais, reunidos em uma relação participativa e consciente através de uma atuação de cooperação associativista, poderão encontrar opções para as dificuldades enfrentadas no campo, melhores oportunidades de representatividade junto ao poder público e à iniciativa privada, maior organização operacional, valorização cultural e melhoria na auto-estima. Essa atuação participativa é constatada no meio rural, principalmente, através das associações de empreendimentos ligados ao turismo, proporcionando uma revitalização do

espaço rural. Uma reflexão com mais profundidade sobre o turismo no espaço rural e a conseqüente ressignificação de seu patrimônio apresenta-se no tópico que segue.

## **2- O mundo rural: ressignificação pelo turismo**

As novas atitudes ecológicas, os novos movimentos e paradigmas ambientalistas enfatizam, conforme Verbole (2002), o retorno à simplicidade e à vida do campo, junto à natureza, o que contribui sobremaneira para o fortalecimento do turismo rural. Assim, para Gislene Silva (2000, p. 74) “O meio rural que era o lugar das ausências passa a ser o lugar das presenças”.

Essa atitude com o natural, com o rural, revela resquícios da presença do sagrado na relação homem com a natureza, com as raízes rurais, que o próprio passado do homem nos revela. Isto nos faz repensar a sobrevivência no embate entre urbanização e natureza, seguindo trilhas psicológicas, históricas, antropológicas e sociais que convergem na imagem de um mundo melhor e de mais beleza, projetada no futuro:

Antes as cidades concentravam as vantagens para o capital, para as indústrias e para a produção do conhecimento. No futuro essas vantagens deverão estar onde tem terra, água, verde etc. Os luxos da modernidade, os bens mais caros, não serão os materiais, mas justamente o tempo e o espaço livres, descongestionados de atribulações, velocidade e apertos. (SILVA, 2000, p. 74).

A interação com o meio rural proporciona ao turista um refúgio do caos urbano, um desligamento de tudo o que se relaciona às cidades, propiciando um alívio do *stress*, momentos de descontração e diversão. A “busca do verde” revela um retorno ao estilo de vida mais voltado à natureza.

Artur Cristóvão (2002, p. 84-85), em seus estudos, afirma que a problemática rural em Portugal e na Europa não difere significativamente do que se observa no Brasil e na América Latina como, por exemplo, o interesse em assegurar a fixação do homem no campo. O autor parte da análise das representações sobre o rural e a natureza, em que esses espaços ganham um crescente valor simbólico. Essa busca pelo rural, como local de descanso, está marcada pelo sentimento de nostalgia, por um sentido “retro”, veiculando na sua essência uma legitimidade fundamentada na representação dos campos como locais de liberdade, beleza, segurança, saúde, de pertença e enraizamento. Essa “reorientação de procuras”, que se traduz numa revalorização social do rural e do local, induz uma busca do singular, do específico e do autêntico, perpassando o domínio da alimentação e do turismo, além do reconhecimento das estreitas relações de complementaridade e de esforço mútuo que as ligam.

Esse interesse pelo espaço rural, Verbole (2002, p. 118) afirma que se reflete numa melhoria na qualidade de vida, em mudanças nos padrões de trabalho e no aumento do tempo livre. O turismo rural é uma das alternativas tanto para os turistas quanto para os proprietários rurais e comunidades locais para a melhoria da qualidade de vida, podendo representar para esses um diferencial para a diversificação de renda e geração de trabalho.

Carmina Cavaco (2000, p. 89) adverte que junto à crescente valorização do ambiente rural, da paisagem, do rústico, da história, da tradição e do sossego que sustenta oportunidades ao turismo e ao lazer, a sua concretização está condicionada pela presença de uma população permanente, garantia da tradição e da preservação desse meio.

Conjuntamente a esses estudos e reflexões que focalizam a atual revalorização do rural vale aceitar a ponderação de Alenka Verbole (2002) que comenta sobre a necessidade de haver uma reflexão com relação ao uso e significado do termo rural. Para tanto, a seguir, serão apresentados rapidamente alguns autores para essa reflexão.

Maria de Nazareth Wanderley (1999) pondera que a formação histórica do meio rural brasileiro apresenta diferenças marcantes em relação à do meio rural europeu e norte-americano, ao mesmo tempo em que ele é bastante parecido com o de outros países não desenvolvidos, principalmente com os da América Latina. No entanto, Wanderley (1999) ressalta que é necessário retomar as funções específicas assumidas historicamente pelas cidades brasileiras, a vinculação da grande agricultura de origem colonial ao mercado externo e a possibilidade de dispersão da população por um vasto território, para entender a particularidade brasileira no que se refere à constituição e composição das sociedades locais, à relação campo/cidade e às relações entre o que é “agricultura” e o que é “rural”.

Para Wanderley (1999), o meio rural brasileiro, historicamente, foi percebido como constituindo um “espaço diferenciado”, que corresponde a formas sociais distintas: as grandes propriedades rurais (fazendas e engenhos), os pequenos aglomerados (povoados) e padrões culturais específicos. Esses espaços, juntamente com as pequenas cidades do interior, tiveram um importante papel na história do povoamento brasileiro, como “pontos de apoio da civilização” (CÂNDIDO, 1964, p. 39 apud Wanderley, 1999), na expressão do escritor e crítico literário Antônio Cândido, autor de uma das mais significativas obras a respeito do modo de vida dos “caipiras”.

José Graziano da Silva (2001b, p. 32) afirma que até a década de 1970 havia a dicotomia entre o urbano e o rural, significando a diferença entre o moderno e o atrasado, urbanista e ruralista. A partir de 1990 a separação entre o rural e o urbano passou a refletir também outras características da chamada “modernidade”, suposta diferença entre uma vida agitada e violenta e a sensação de poder desfrutar de momentos de bucolismo. Para o autor (2001a), atualmente, nas áreas rurais podem ser encontrados os mesmos setores e ramos de atividades existentes nas áreas urbanas. “O traço comum entre o novo e o velho rural é a sua heterogeneidade, o que impede a generalização de situações locais específicas” (p. 45). “Mais ainda: a conformação produtiva das cidades em termos de ocupações geradas pelos diferentes ramos e setores de atividades econômicas não-agrícolas afeta as áreas rurais que lhe são contíguas”. (SILVA, 2002, p. 416). O rural brasileiro, para Silva (2001a), não pode mais ser entendido como um conjunto de atividades agropecuárias e agroindustriais, pois adquiriu novas funções em virtude das “novas” atividades rurais – agrícolas e não-agrícolas - que passaram a configurar o meio rural.

Maria Beatriz Bianchini Bilac (2005, p. 57-58) assinala que os debates teóricos mais recentes sobre o rural-urbano no Brasil mostram que os limites entre ambos estão sendo cada vez mais reduzidos. Carlos Eduardo Oliveira Bovo (2003, p. 482-483) salienta que nas diversas visões propostas a respeito do espaço devem estar presentes o conjunto dinâmico de três elementos: o modo de vida, a identidade local e a natureza.

Roberto José Moreira (2003, p. 132-133), em suas reflexões, procura localizar o mundo rural sobre três aspectos: suas instituições, suas políticas e suas práticas. No Brasil da atualidade, para o autor, o mundo rural passa a ser compreendido não mais como espaço exclusivo das atividades agrícolas, mas como lugar que aciona novas redes regionais, estaduais, nacionais e mesmo transnacionais, em defesa do patrimônio natural e cultural, bem como do fortalecimento dos turismos rurais (ecológico e cultural). Para o autor, esse processo

de revalorização do mundo rural, ressignificando-o (quando se trata de signos herdados ou produzindo novos signos), consolidam atividades rurais e urbanas em áreas interioranas, revertendo o processo de migração rural-urbana. Adverte Moreira (2003), que essas ressignificações têm influído nas representações que marcam o rural, provocando necessária revisão conceitual de “rural” e “urbano”. Ainda, para o autor, o conceito do rural, bem como a política e a prática associadas ao mundo rural poderiam estar integrados a novas lógicas, incorporação de cuidados ambientais, o cuidado com os direitos da cidadania (alfabetização, alimentação, saúde, etc), a pluriatividade (atividades urbanas e rurais exercidas no espaço rural) e uma possível multifuncionalidade do território (defesa dos patrimônios naturais e culturais).

João Rua (2006) também se propõe a ver a realidade de outro modo, oposto àquele fundado em dois pólos distintos - rural e urbano, retomando a idéia de um espaço híbrido, isto é, de um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações (variando em cada momento histórico). Apresenta uma visão mais integradora das territorialidades na qual o urbano e o rural se mesclam definindo particularidades e singularidades que marcam cada localidade. Para o autor (2006), a sociedade local pode (e deve) exercer, permanentemente, um diálogo com o território - “novas territorialidades”. “Esse diálogo assenta-se em intrincada gama de elementos que marcam um dado local. Podem ser de natureza interna e atrair e interagir com os fatores externos, numa combinação multiescalar que caracteriza cada lugar, de maneira singular”. (p. 99). O rural para João Rua é assim entendido:

Podemos dizer que a produção de um rural híbrido transcende as condições materiais e os processos que lhes dão origem. Tal origem está também relacionada à produção de discursos sobre o rural e de poderosas imagens e símbolos, através dos quais o rural é representado como o “outro”, em relação ao urbano. Isto implica em múltiplas narrativas que relacionam as práticas materiais, representacionais e simbólicas, cada uma apresentando características particulares que internalizam relações dialéticas. O hibridismo re-apresenta um processo de produção de espaços, feitos territórios, em um movimento de vir-a-ser e de perpétua transgressão (criação). (2006, p. 89).

Valter Bianchini (2001) acrescenta a necessidade de um redimensionamento setorial e espacial tanto para as atividades agrícolas quanto para o meio rural:

O rural não se confunde com o agrícola e a perspectiva setorial tende a ser substituída pela perspectiva territorial, tendo como elemento central as potencialidades específicas de cada local. Nesse contexto, rural tende a ser crescentemente percebido (e valorizado) em quatro dimensões centrais: a de espaço produtivo, a de espaço de residência, a de espaço de serviços (inclusive os de lazer, turismo etc.) e a de espaço patrimonial (valorizado pela função de preservação dos recursos naturais, dos bens comuns e culturais). (BIANCHINI, 2001, p. 88).

Alenka Verbole (2002, p. 119) comenta que quando se fala em áreas rurais, deve-se considerá-las uma realidade e um espaço socialmente construídos ao invés de pensá-las simplesmente como uma realidade não urbana.

A expressão rural associada à expressão turismo, para Paulo Peixoto (2006, p. 123) se converte em uma representação de alguma coisa, incluindo-se aquilo que, por vezes, nunca se teve: qualidade de vida, as referências identitárias, as relações sociais de proximidades. Para o autor (2002, p. 4-5) esse interesse pelo rural acentua-se à medida que o crescimento urbano faz emergir reivindicações e aspirações ligadas à natureza e ao ambiente e manifesta-se através de fenômenos como as segundas habitações, novas formas de lazer e turismo, ou ainda, através de estratégias de mudança residencial.

Associando-se o valor histórico e cultural com o gosto das pessoas pelos espaços rurais, tem se desenvolvido uma linha de turismo que alia cultura, patrimônio e história, permitindo-se conhecer a rotina e os produtos gerados que são vivenciados em todos os sentidos: tátil, visual, olfativo, gustativo e auditivo. (FONSECA; ANTONIO; BORGES, 2005, p. 251). Nessa mesma linha de pensamento, o geógrafo chinês Yi-Fu Tuan trabalha os sentidos humanos (visão, tato, audição e olfato) como traços comuns na percepção ambiental. (apud VARGAS; HEEMANN, 2003, p. 137).

Para Verbole (2002, p. 120-121) o turismo rural define-se como aquele que acontece no espaço rural. Diferentes formas de turismo rural desenvolveram-se com base na exploração dos recursos rurais, tais como, a natureza, a população local e sua cultura. Desta forma, o turismo rural representa um interessante exemplo de revelação da cultura, história, natureza e hábitos alimentares. Assim,

... processos como globalização, aceleração, padronização e semelhantes têm resultado numa ampla mercantilização da ruralidade, enquanto a qualidade de vida está muito associada a viver em contato com a natureza, ar puro, comida saudável (...) todos os ingredientes do imaginário rural. (VERBOLE, 2002, p. 130-31).

Andreia Maria Roque (2001, p. 34-35) adverte que erroneamente utiliza-se o termo turismo rural como sinônimo de turismo no espaço rural. “Toda forma de turismo rural é uma atividade turística no espaço rural, mas que nem toda forma de turismo no espaço rural segue os moldes do turismo rural”. O universo do turismo rural encontra-se inserido dentro do universo do turismo no espaço rural, que não pode ser entendido como a totalidade representativa desse universo. A oferta do turismo rural se diferencia das outras formas de turismo no espaço rural por apresentar a preocupação de ofertar aos visitantes um contato único que permita a inserção no meio rural físico e humano, integrando-se a hábitos e crenças regionais.

O turismo no espaço rural abrange também atividades que não necessariamente mantêm relações diretas com as propriedades rurais, ainda que tenham uma área de contato ampla com elas. (GONÇALVES, 2003, p. 42). Nessa modalidade as atividades desenvolvidas no meio rural não estão identificadas com a cultura local, podendo ser desde spa's a parques temáticos localizados no meio rural. (PIMENTEL, 2003).



Já o turismo rural “estaria correlacionado a atividades agrárias passadas e presentes que conferem à paisagem sua fisionomia nitidamente rural” (RODRIGUES, 2000, p. 54), compondo um conjunto de incursões turísticas de lazer praticadas no campo, interligadas ao modo de produção agropecuária e nos recursos naturais e culturais do local. (PIMENTEL, 2003). O turista tem o desejo de encontrar a vida rural, a vida do agricultor, a vida do vaqueiro, sua cultura, seus costumes e quer também apreciar a paisagem, a vegetação, a comida. (ALBUQUERQUE; ANDRADE NETO; CESÁRIO, 2003, p. 230).

A Abraturr (Associação Brasileira de Turismo Rural) define o turismo rural “como o conjunto de atividades turísticas praticadas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços e buscando resgatar e promover o patrimônio cultural e natural da comunidade”. (SOLERA, 2003).

O turismo rural é um segmento de turismo que não existe somente como atividade turística, mas nele estão associados os valores de suas atividades tradicionais e efetivas. Isto é, desde que o sistema produtivo agropecuário se caracterize como atrativo ao visitante, impulsionado pela sua característica especial, pela singularidade do lugar. As atividades de turismo rural devem complementar as atividades agropecuárias já existentes nas propriedades; a oferta de uma gastronomia típica, saborosa, higiênica; contato com a beleza natural da propriedade e a tradição local; opções de atividades para os hóspedes acompanharem a rotina da propriedade; acesso fácil; possibilidade de venda de produtos típicos, entre outras.

O turismo também pode ser um parceiro que poderá trazer nova vida para o patrimônio histórico rural. É importante ressaltar, ainda, que a atividade turística não seja vista como a solução para as questões do desenvolvimento local sustentável, mas como complementar à integração e à articulação de vários setores ligados a ela, direta ou indiretamente, de forma a promover e valorizar os recursos, tendo como referência a cultura local. (SANTOS, 2003, p. 462). O turismo rural sustentável exige como requisito a

capacitação e qualificação da mão-de-obra, melhorias na infra-estrutura, programas de divulgação, conscientização e legislação, conhecimento científico, entre outros, por sugerir a integração do homem com o ambiente natural. (SCHNEIDER; FIALHO, 2000, p. 47).

Em contraponto, no aspecto referente à legislação no espaço rural, Elias Medeiros Vieira (2006, p. 17) aponta que no turismo rural as ações públicas e privadas em fase de consecução deparam-se com a constatação de que não há regramento legal específico, na medida em que se encontra emaranhado, suscetível e submetido a várias legislações que se interpenetram, no âmbito federal, estadual e municipal, além de disciplinarem realidades distintas do espaço urbano e rural.

O turismo rural apresenta também a característica de satisfazer as necessidades de quem o oferece e de quem o recebe, por permitir ao visitante um contato personalizado, seja na integração às atividades rurais, aos costumes e ao modo de vida local. Busca-se que o visitante não seja apenas espectador, mas que esteja integrado, compreendendo a importância das manifestações e valorizando os hábitos da comunidade visitada. Margarita Barretto (2003) faz uma reflexão sobre a necessidade de melhorar as relações de turismo no que se refere ao paradoxo da relação turistas-anfitriões para o desenvolvimento de um turismo responsável, o que corresponde a:

Ajudar a entender os processos psicossociais desencadeados pelo fenômeno turístico, as expectativas, desejos, satisfações e frustrações das populações anfitriãs e dos turistas, as motivações para agir de uma ou outra maneira, a busca para além da simples viagem, a dinâmica cultural em que o turismo está inserido, a diversidade de interesses e necessidades sociais que o turismo afeta, enfim, seus dilemas e paradoxos seria uma enorme contribuição das ciências sociais para o planejamento equilibrado de um turismo responsável. (BARRETTO, 2003, p. 26).

“O patrimônio histórico-cultural é importante para o turismo, por ser o turismo o eixo da promoção e da divulgação da cultura, garantindo também a desenvolvimento sustentável da localidade”. (TORENZANI, 2005, p. 9). O turismo, por sua vez, preserva e reconfigura os bens culturais.

A relação existente entre cultura e turismo é visivelmente notada quando o turismo se apropria das manifestações culturais, das artes, dos artefatos da cultura. (BATISTA, 2005). O turismo proporciona o espaço do encontro, de um lado está a cultura do anfitrião, dos proprietários do empreendimento, do outro está a cultura do visitante, do turista. Susana Gastal (2001, p.127-129) afirma que não se deve produzir uma cultura para o turista. A cultura é insumo turístico importante desde que seja praticada pela comunidade em seu cotidiano. A cultura passa a ser, portanto, um veículo de socialização entre visitantes e visitados.

Para Carlos Lima (2003, p. 62) “o turismo cultural integra a cultura enquanto processo e enquanto produto”. Enquanto processo, pelo qual uma comunidade se identifica consigo própria e sua forma de vida; a sua autenticidade. Enquanto produto, pela operacionalização de um conjunto de recursos, infra-estruturas, serviços e criações culturais, oferecidos de modo organizado e regular num determinado tempo e lugar. O sucesso do turismo contemporâneo, para Lima, assenta-se em três vetores base – os três E’s – que, de igual modo, se ajustam à especificidade do turismo cultural: [E]ntretenimento; [E]moção; e [E]ducação. (2003, p. 67).

Paralelamente a essa discussão, Jacques Wainberg (2003, p. 13) ressalta que nas definições de turismo estão presentes três fatores decisivos para seu entendimento. O primeiro é a existência da fronteira. O segundo, por decorrência, é a diferença entre os lados da fronteira. O terceiro, é o movimento de um lado da fronteira ao outro. Numa reflexão

antropológica, esses três fatores apontados por Wainberg remetem ao enfrentamento entre o “eu e o outro” e as relações que se estabelecem nesse contato, as quais nos remetem à questão da alteridade:

a conjunção entre o turístico e o cultural implica a interação entre o turista e a comunidade receptora, um espaço em que os dois protagonistas possam dialogar sobre o universo de significados e concepções que se defrontam e as possibilidades e perspectivas que possam emergir do encontro. (BILAC, 2005, p. 55).

Para Wainberg (2003), o que caracteriza o fenômeno turístico é a existência da fronteira e sua permanência demarcando territórios distintos, o determinante é a natureza da fronteira. Para o autor, o turismo é também um encontro, um fenômeno de consumo e interação simbólica cuja articulação é disparada pela diferença. O turismo tem a virtude de compreender a dimensão comunicacional do fenômeno.

Segundo Beni (2000, p. 168) o turismo é um elemento importante da vida social e econômica de uma comunidade. Reflete as aspirações legítimas das pessoas em assimilar culturas diferentes, beneficiar-se de atividades ou descansar longe do local habitual de sua residência. Pompeu Figueiredo Carvalho (1999) complementa apontando que, historicamente, as pessoas buscam interações com outras fora de seus lugares, o “estar” é necessário para a construção/ realização do “ser”:

O homem que conhece outros lugares, quando volta, tem uma leitura diferenciada do seu próprio lugar. Seus olhos, seu ser, estão modificados. Modifica-se o seu “ser” e, conseqüentemente, o seu “estar”. Passa-se não apenas a olhar, mas “ver” o seu lugar. (1999, p. 101).

Para tanto, vale registrar também as considerações de Moesch (2000, p. 54-55) ao se referir ao turismo como um fenômeno histórico:

porque é humano e por acontecer dentro de um mundo que se movimenta e se desenvolve ocasionando experiências reais suscetíveis de serem entendidas e, portanto, sistematizadas de maneira dialética. Essas experiências do turismo podem ser lidas e compreendidas como uma unidade rica e contraditória, plena de elementos constitutivos que se acham num movimento próprio e constante, estando em relação com outros processos de realidade que possuem características similares. Logo, por haver conjuntos dentro de um conjunto mais amplo, na realidade global, podemos estabelecer relações dialéticas, entre eles, contextualizando-os a cada experiência particular.

Para Moesch (2000, p. 65), o fenômeno turístico, na abordagem dialética-histórica-estrutural, busca aplicar novas categorias de análise que transcendem o contexto da produção turística, a sua aparência e avança sobre o fazer-saber, em que a realidade é entendida como uma criação dos sujeitos que com seus pensamentos, sentimentos e ações transformam o mundo natural em cultura dando-lhe sentido:

A exigência de um tratamento interdisciplinar do turismo origina-se, marcadamente, de sua realidade, de sua prática histórica, da sociedade pós-moderna, em que o econômico e tecnológico, de forma simbiótica, são resultantes das necessidades subjetivas do imaginário, da diversão, da comunicação, da ideologia, criados pelos sujeitos e por eles consumidos. (MOESCH, 2000, p. 97-98).

A utilização de sedes de antigas fazendas como meio de hospedagem, para Gleice R. Guerra et al (2003, p. 437), exige adaptações ou alterações, sendo necessário avaliar quais seriam necessárias, seus impactos e a estimativa de investimentos, mas também denota a oportunidade de mostrar ao visitante a realidade de uma determinada época histórica.

André Munhoz de Argollo Ferrão (2004) afirma que os estudos sobre a arquitetura rural brasileira têm evoluído nos últimos anos. A paisagem rural confere a esses estudos uma dimensão sócio-econômica importante. O autor afirma que ao se estudar a arquitetura rural sob o enfoque transdisciplinar e a visão de processos, há de se abordar o planejamento do espaço físico e os valores que se poderá adicionar ao processo de desenvolvimento rural sustentável, valorizar as áreas históricas de cada região a ponto de caracterizar sua paisagem

cultural e ser reconhecida a relação intrínseca entre processo produtivo e reorganização territorial.

No enfoque transdisciplinar, Ferrão (2004) adverte que no estudo de qualquer fenômeno há de se aceitar o conhecimento advindo de fóruns não acadêmicos. A arquitetura rural entendida como interdisciplinar é também integradora dos campos da arquitetura e ciências agrárias, abrangendo todas as correlações entre os elementos arquitetônicos, estruturais e ambientais, referentes aos vários segmentos da engenharia, co-existent na paisagem rural: nas habitações rurais, arquitetura agrícola, arquitetura agro-ecológica, patrimônio cultural rural, infra-estrutura física. Na abordagem sistêmica, Argollo Ferrão (2004) argumenta que se tem a visão de processos. Assim, a arquitetura rural deve levar em conta as relações entre técnica e arquitetura no âmbito de uma cadeia produtiva, considerar o universo em que está inserido, cujos elementos são ora determinantes, ora resultantes de sua evolução. Essa abordagem permite caracterizar as tipologias arquitetônicas rurais por períodos e sub-regiões delimitados histórica e geograficamente, contextualizando-os.

Argollo Ferrão (2004) também ressalta que a esse imenso patrimônio cultural rural brasileiro - repleto de fazendas centenárias, antigas estruturas de engenharia, ícones da história econômica e da história da técnica – deve-se acrescentar a promoção do turismo rural, cultural e ecológico, além de alavancar o turismo de eventos (encontros de profissionais, eventos acadêmicos) relativo aos estudos do espaço rural.

Celso Lago Paiva (1997) adverte que os proprietários devem polarizar a atenção dos turistas com recursos culturais autênticos e expressivos, baseados no patrimônio histórico, dificilmente encontrado no meio urbano, os quais podem ser utilizados para hospedagem. Mas o proprietário, o empreendedor rural, tem que estar consciente de que os lucros não serão imediatos.

A história do turismo rural no Brasil é bastante recente e está relacionada às diversas fases do processo de ocupação do território. Nas últimas décadas, muitas sedes de fazendas do período colonial brasileiro têm “aberto suas porteiras”, acolhendo várias pessoas interessadas na história e também em participar do cotidiano das atividades rurais.

No Brasil, a região pioneira a ter a iniciativa de implantar o turismo rural em fazenda centenária foi Lages, em Santa Catarina, em 1986, na Fazenda Pedras Brancas. Inicialmente, os proprietários ofertaram aos visitantes o “dia de campo”, com algumas atividades lúdicas relacionadas ao cotidiano da fazenda, funcionando dentro de um esquema familiar, cujas atividades estavam voltadas para complementaridade das produções agrícola e pecuária tradicionais, valorizando a paisagem agrária típica na região. (RODRIGUES, 2000). Nesse “dia de campo”, o visitante era recepcionado pela manhã, permanecendo até o anoitecer, participando da tosa das ovelhas, do plantio e da colheita. Num segundo momento, outras fazendas da região, como Barreiro<sup>8</sup> e Boqueirão, começaram a ofertar hospedagem, além do “dia de campo”. (RODRIGUES, 2000; ROQUE, 2001).

Outras iniciativas começaram a se multiplicar no Brasil, particularmente na região Sul e Sudeste, tendo como eixo comum a valorização do campo. Cada Estado tem sua história e passado próprios, e, por isso, é possível identificar as diversificações de valores que caracterizam e norteiam seus respectivos produtos turísticos rurais<sup>9</sup>. (ROQUE, 2001).

---

<sup>8</sup> Essa fazenda preserva a casa de pedra tradicional, construída a mais de 200 anos para pouso de tropeiro. (RODRIGUES, 2000, p. 63).

<sup>9</sup> Utilizo as palavras de Andréia Roque (2001, p. 46) para apresentar uma rápida contextualização do turismo rural nas outras regiões do Brasil. No final dos anos de 1980, em São Paulo, na região de Mococa, um grupo de

As paisagens rurais brasileiras, assim como seus aspectos marcantes, se constituíram através dos chamados “ciclos econômicos”, originando um diversificado patrimônio histórico-cultural. Assim, podem-se citar, como exemplo, algumas rotas turísticas que valorizam esse aspecto da ressignificação do patrimônio histórico arquitetônico rural brasileiro: na Bahia observa-se a “Rota do Cacau”, que consorcia grandes fazendas cacaeiras com atividades turísticas; em Pernambuco, identifica-se o “Roteiro dos Engenhos”; em Minas Gerais observa-se a “Rota da Cachaça”, “Estrada Real”; no Rio de Janeiro e em São Paulo, a “Rota do Café”; no Mato Grosso do Sul, a “Rota Pantaneira”, no Rio Grande do Sul<sup>10</sup> a “Rota Romântica”, “Caminho das Tropas”, “Caminho das Pedras”; em Santa Catarina a “Rota das Fazendas”.

Atualmente, nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo observa-se a “Rota dos Tropeiros”. Este projeto foi idealizado através de um diagnóstico cultural<sup>11</sup> realizado pelo Sebrae/PR (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas/Paraná), em 2001, visando propor uma rota tematizada no tropeirismo e que valorizasse o patrimônio histórico-cultural ligado ao antigo caminho das tropas, utilizado pelos tropeiros no século XVIII e XIX.

---

proprietários se reuniu e construiu um produto turístico formado por 15 antigas fazendas da região, ofertando cavalgadas, hospedagem e gastronomia típica. Em 1991, tem-se o primeiro empreendimento turístico no espaço rural mineiro, na Fazenda do Engenho, em Carrancas. Em 1993, no Rio Grande do Sul o turismo no espaço rural passa a ser também desenvolvido em Lavras do Sul. No Paraná, em 1992, há os primeiros passos, com a Pousada das Alamandas e Fazenda Cainã. Complementado a idéia da autora acrescento que em 1994, no Rio de Janeiro, há a criação do Instituto de Preservação e Desenvolvimento do Vale do Paraíba – Preservale – tendo como fundadores cerca de sessenta pessoas - proprietários de fazendas, arquitetos, historiadores, ambientalistas, agentes de viagem e apaixonados pela história e pelo patrimônio do período histórico do Café, admiradores da riqueza arquitetônica herdada e comprometidos com uma visão de preservação do patrimônio histórico rural. (PRESERVALE, 2006).

<sup>10</sup> No espaço rural gaúcho o turismo rural adota diferentes características, quer por culturas regionais, quer pela dinâmica dos insumos e fatores que compõe cada projeto. Estão categorizados quatro tipos de classificações para identificar seu produto turístico: Casas de Fazenda, Casas de Colônia, Fazenda e Hospedarias, Hospedarias Coloniais. As Casas de Fazenda estão concentradas na região de Lavras do Sul, São Francisco de Paula, São José dos Ausentes, entre outros.

<sup>11</sup> No período de 1983 a 1986 houve o projeto de pesquisa e extensão que visava reconstituir o trajeto e a cultura material do antigo caminho das tropas que ligava os campos do sul com a feira de Sorocaba, numa iniciativa conjunta dos organismos de preservação do patrimônio histórico dos quatro estados do sul do Brasil e do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), na época denominado como SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).



Ao pensarmos a “Rota dos Tropeiros” no Paraná, poderíamos ter também suas fazendas históricas inseridas em uma rota específica. Para tanto, torna-se necessário identificá-las, valorizando seu patrimônio histórico-cultural e estimular seus proprietários, através de uma organização associativa que se proponha a desenvolver ações articuladas com vistas a maiores ações para o turismo rural, para a inserção de produtores rurais e da comunidade rural, distribuindo, com isso, os benefícios do turismo e as dimensões de sustentabilidade do turismo. As fazendas históricas ligadas ao troperismo na região dos Campos Gerais do Paraná são objeto de estudo nos capítulos que seguem.

## II - AS FAZENDAS DE CRIAÇÃO NA REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS: SUA SIGNIFICAÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL

*... a vida seguia como se fosse lenta, porque em lombo de burro a pressa não tinha dia certo. Chegar era apenas certeza, feito as fases da lua. Havia essa aproximação. A natureza participava do dia-a-dia muito mais do que o relógio. O homem incorporava o ritmo das trilhas no meio do mato. Trilhas aberta pelos índios e que os viajantes da época, os tropeiros, sabiam respeitar. (Sílvia Ferreira Leite, 1992, p. 9).*

A partir daqui realiza-se a apresentação de um quadro bibliográfico referencial das obras que tratam dos Campos Gerais<sup>12</sup> do Paraná, cujas informações estarão dispersas em aspectos históricos, econômicos e políticos, permitindo-se uma análise ampla sobre o contexto das fazendas históricas dos Campos Gerais.

Um grande número de fazendas compôs a paisagem rural da região dos Campos Gerais no cenário do tropeirismo, do século XVIII e XIX. Além das sedes das fazendas, havia outras construções necessárias ao desenvolvimento das atividades pecuárias: cercados, currais, mangueiras, açudes.

A contextualização histórica da região delimitada por esta pesquisa está centrada nos aspectos referentes a fazendas de criação e invernadas. O objetivo do capítulo é analisar a sua

---

<sup>12</sup> A região denominada Campos Gerais do Paraná, atualmente, não tem uma definição única e permanente. Nos estudos realizados na Universidade Estadual de Ponta Grossa têm prevalecido critérios de identidade histórica e geográfica, além da área de influência da Universidade e seus *campis* avançados. Para a Associação dos Municípios dos Campos Gerais (AMCG) na “Rota dos Tropeiros” prevalecem critérios econômicos e políticos, em que a região abrange dezesseis municípios: Rio Negro, Lapa, Campo Largo, Ponta Grossa, Porto Amazonas, Carambeí, Castro, Jaguariaíva, Telêmaco Borba, Sengés, Tibagi, Arapoti, Balsa Nova, Palmeira, Pirai do Sul e Campo do Tenente. Nesta pesquisa prevalecerão esses critérios adotados pela AMCG e “Rota dos Tropeiros”, pois nesta região é possível se contrapor, em virtude da proposta de turismo, a significação e a ressignificação das Fazendas.

significação histórico-cultural, bem como dos caminhos e roteiros percorridos pelos tropeiros, que as interligavam.

A região dos Campos Gerais é caracterizada por sua paisagem natural, seus campos, mas a abertura dos caminhos das tropas é um marco das transformações no ambiente que acolheu as grandes fazendas de criação e invernadas. (SANTOS; ZUCCHERELLI, 1991, p. 44).

### **1- Fazendas de criação e invernadas<sup>13</sup> nos Campos Gerais: séculos XVIII e XIX**

O tropeirismo é uma atividade, no seu contexto histórico, que transcende a região dos Campos Gerais e o próprio Estado do Paraná. Essa atividade implicou na conquista e na ocupação de toda a imensidão de campos existentes desde os limites atuais com o Uruguai e a Argentina, no extremo sul do país, até o Paraná, com desdobramentos para os campos situados ao sul do Estado de São Paulo. Desta forma, o tropeirismo tem uma relação direta com o povoamento brasileiro e contribuiu para a consolidação de fronteiras e mudanças na história das relações comerciais desenvolvidas no Brasil.

Sob a análise de sua significação cultural, devido ao mosaico de miscigenação de costumes, crenças e valores existentes no Paraná, cada região tem suas características e manifestações culturais. Procura-se determinar uma identidade cultural única, mas na realidade, o Paraná possui uma história diferenciada em relação aos outros estados brasileiros, seja pela sua emancipação política<sup>14</sup> tardia, seja por sua variada formação étnica. Portanto,

---

<sup>13</sup> Designação de pastagens fechadas por obstáculos naturais ou construídas destinadas a guardar os cavalares, muales e bovinos, durante certo período, para que repousem e se restaurem das desgastantes viagens proporcionando engorda nas criações advindas do sul. “Cobrava-se [...] pelo aluguel dos campos para invernadas e descanso das tropas, mas nunca pela estadia dos viajantes”. (SOLERA, 2006, p. 584-585).

<sup>14</sup> Somente em 1853 foi instalada a Província do Paraná, a qual foi separada da Província de São Paulo. Desde os primeiros tempos da emancipação político-administrativa no Paraná promoveu-se uma política imigratória

conclui-se que a identidade cultural paranaense está vinculada à formação da população, a sua evolução, a sua expansão demográfica, territorial, política e cultural. (OLIVEIRA, 2003).

Ainda sobre o aspecto dessa significação, outro dado peculiar a ser considerado é que não foram somente os muares que os tropeiros<sup>15</sup> carregaram do Rio Grande do Sul para o Brasil Central, trouxeram um linguajar comum, o modo de vestir, de comer, de negociar, de agir, enfim, um modo de vida construído ao longo dos anos, nos séculos XVIII e XIX, os quais estão presentes no cotidiano social de modo acentuado ou não, mas que de certa maneira sempre são focalizados para a identidade cultural paranaense e da região dos Campos Gerais.

A sociedade rio-grandessense inventou o “gaúcho”<sup>16</sup> e disseminou, através do tropeirismo, os elementos de sua cultura. Traços comuns são evidenciados nas populações dos campos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, especialmente em relação a trajes, expressões artística e artesanais (música, dança, artesanato em couro, ferro, arreios e facas), expressões lingüísticas. (GEMIN, 2006, p. 19). Embora haja necessidade de considerar que a cultura, tradição e história sob esse aspecto sejam mais perceptíveis no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

---

adaptada às condições particulares da Província - o problema imigratório foi desde logo colocado no sentido de criar-se uma agricultura de abastecimento.

<sup>15</sup> O tropeiro propriamente dito era o chefe do negócio, embora pudesse ter um ou mais sócios. De modo geral, costuma-se atribuir o termo tropeiro a todos os envolvidos na condução da tropa. Entretanto, havia uma hierarquia dentre os envolvidos na condução das tropas que os diferenciava social e economicamente. Havia os peões (responsáveis pelas tarefas árduas da tropeada) e os capatazes. Quando da ausência do dono, o capataz era contratado como responsável pela transação e viagem da tropa. Mas havia outros salarizados componentes da tropa: cozinheiro, madrinheiro, arribator, tocadores, costeadores, entre outros. Todo pousou ou fazenda recebia o tropeiro e sua comitiva com hospitalidade e cordialidade. “A hospitalidade era muito mais que simples ato de delicadeza social e de agrado, pois era uma necessidade vital para uma gente que passava a maior parte do ano viajando por terras distantes [...] Com o passar dos tempos surgiram estalagens e vendas a beira da estrada, com gêneros necessários à viagem”. (SOLERA, 2006, p. 586).

<sup>16</sup> O “gaúcho” ainda é termo erroneamente, mas comumente, utilizado para substituir a nomenclatura dos sul-rio-grandenses (pessoas nascidas no Estado do Rio Grande do Sul). Mas, “ser gaúcho” é um estado de espírito, cultuando costumes, cultura e tradicionalismo, resultado da disseminação entre os estados da região sul do Brasil, e ainda de povos de outros países da região pampiana do cone sul do continente, estes localizados na região do Prata: Uruguai e Argentina. (PIANTAVINI, 2004, p. 20). O “gaúcho” se caracteriza por sua atividade, seu modo de viver, pelos usos, costumes, crenças, valores e cultura. Esse gauchismo sobrevive folcloricamente por meio dos “Centros de Tradições Gaúchas”, principalmente, no eixo Rio Grande do Sul à São Paulo, mas também no restante do país e até fora dele.

Deve-se ressaltar, entretanto, que a noção de identidade é uma construção social, que se faz no interior de contextos sociais. Berger e Luckmann (2004, p. 228-230) afirmam que a identidade é um fenômeno que deriva da dialética entre indivíduo e sociedade. A identidade é um elemento chave para a realidade subjetiva. Só existe em relação ao outro. Os tipos de identidade são produtos sociais. A história das sociedades é feita por homens com particularidades específicas. A identidade permanece ininteligível a não ser quando é localizada em um mundo. As teorias sobre identidade têm relação com o universo simbólico e sua interpretação se faz à luz de teorias mais amplas sobre sociedades e realidade.

A identidade histórico-cultural da região dos Campos Gerais, ligada ao tropeirismo, remete-nos ao século XVIII. Neste momento, graças aos pastos e também à abundância de invernadas com boa água e relevo suave, constituiu-se a rota do tropeirismo do sul do Brasil, com o deslocamento de tropas de muares e gado provenientes do Rio Grande do Sul com destino aos mercados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

Teoricamente, conforme adverte Kathryn Woodward (2000, p.17-19) “Todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído”. A cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade. Toda significação nasce de um contexto. A representação inclui, portanto, as práticas de significação e os sistemas simbólicos, por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeitos.

Cecília Rodrigues Santos observa que o patrimônio histórico-cultural deixou de ser simplesmente herdado para ser estudado, discutido, compartilhado e, até reivindicado. “Passa-se a valorizar não somente vestígios de um passado distante, mas também a contemporaneidade, os processos, a produção”. (2001, p. 44).

Uma das notícias mais antigas que encontramos sobre a criação de gado nas terras *curitibanas* nos é dada através das sesmarias concedidas no século XVII. Para a autora Marina Ritter (1980, p. 129-130), a documentação referente a esse período demonstra a “existência de animais nos Campos de Curitiba antes de 1661, quando Baltazar Carrasco dos Reis pediu terras no Barigui. Em 1668, Mateus Leme solicitara nos Campos de Curitiba uma sesmaria de meia légua de testada de uma roça que tem defronte do seu curral, da outra banda do Barigui”.

Em 1693, a constituição de Curitiba enquanto Vila assinalou o início da definição de uma identidade regional, fundada na pecuária. (NADALIN, 2001, p. 44). De acordo com Roselys Roderjan, “Com o estabelecimento de novos currais e aquisição crescente de sesmarias, o povoamento se expande aos campos contíguos dos primitivos Campos de Curitiba e novos caminhos se definem”. (1992, p. 30).

Jailson Trindade aponta que:

As primeiras estâncias ou fazendas de gado instaladas na região sul do Brasil, para abastecer com gado em pé mercados situados ao norte, foram os dos Campos de Curitiba ou dos Campos Gerais, no Paraná, formadas em fins do século XVII e início do século XVIII. Esses campos faziam parte da Capitania de São Paulo. (1992, p. 44).

Desde o início do povoamento do Brasil, possuir sesmaria<sup>17</sup> era um meio de ascensão social. “Nas hierarquias sociais do Paraná foram bastante expressivos os tropeiros e comerciantes de gado que representavam uma posição social de destaque, em ascensão”. (RITTER, 1980, p. 195).

O primeiro requerimento de sesmaria na região dos Campos Gerais atendido foi o de Pedro Taques de Almeida, em 1704. O paulista Pedro Taques de Almeida, homem de grande prestígio<sup>18</sup>, ocupou em São Paulo vários cargos de confiança.

Pedro Taques de Almeida requereu terras com extensão de 14 léguas na região dos Campos Gerais. Nesse requerimento apareceram grande parte dos componentes do seu clã familiar. Para justificar as pretensões, Pedro Taques empregou justificativas muito simples, alegando, entre outras coisas, que seu filho José de Góis e Moraes e seu genro Antonio Pinto Guedes queriam “se aposentar”. (BLAJ, 1998, p. 287). Para a Coroa portuguesa, mesmo interessada em estimular o povoamento, a solicitação do Capitão-mór era ambiciosa e ultrapassava o limite estabelecido para a concessão de terras na Colônia. O clã de Pedro Taques contornou habilmente a resistência de Portugal, redigindo novos requerimentos em

---

<sup>17</sup> Ruy Cirne Lima comenta que na própria palavra sesmaria está resumida as características principais deste instituto e como se transmitiu à legislação posterior: “sesmaria deriva, para alguns, de sesma, medida das terras do alfoz; como para outros, de sesma ou sesmo, que significa a sexta parte de qualquer cousa; ou ainda para outros, do baixo latim caesina, que quer dizer incisão, corte”. (1954, p. 15). Para a autora Marina Ritter (1980a, p. 65), a sesmaria não foi um direito pleno de uso da terra, determinada de modo rígido: fora concebida de variadas formas, atendendo-se à exigência própria de cada atividade econômica nas diversas áreas da Colônia. Assim surgiram as Sesmarias do Litoral no ciclo do açúcar; do Sertão, nas áreas pastoris; das Minas, na fase da mineração; dos Caminhos, para agricultura de subsistência durante o tropeirismo; Invernadas para engorda e descanso de gados e ainda as Sesmarias Urbanas, terras entregues no termo da vila para incentivar a concentração urbana. “Mesmo que a concessão de sesmaria se limitasse a três léguas para as áreas concedidas no sertão, esta representava uma dimensão bastante grande para ser totalmente aproveitada”. (RITTER, 1980, p. 64). A légua de sesmaria é uma medida de área (6.600 x 6.600 metros ou 43.560.000 metros quadrados ou 4.356 hectares), encontrada como medida de comprimento, correspondendo a aproximadamente a 6.600 metros. A sesmaria de campo equivalia à área correspondente de uma légua de frente e três de fundo, ou seja, 6.600 x 19.800 metros ou 13.068 hectares. Considerando que a medida de um hectare vale 10.000 m<sup>2</sup>. A concessão das sesmarias foi suspensa pela Resolução Imperial de 17 de julho de 1822. Segundo Mattos Neto (2003, p. 13), com a suspensão da concessão de sesmarias até a edição da Lei nº 601 (Lei da Terra), de 1850, o acesso a terra passou a ser feito através da posse. No século XX, a propriedade latifundiária perdeu sua hegemonia, houve a proliferação da pequena propriedade, principalmente no sul e centro-sul do país.

<sup>18</sup> Prestou serviços como Provedor e Contador da Capitania de São Paulo e entre 1684 e 1687 foi Capitão-Mór e Governador da Capitania de São Vicente e São Paulo. Foi ainda Juiz de Alfândega e vedor da gente de guerra da praça de Santos, Capitão-Mór, Alcaide-Mór, procurador da Coroa e administrador-geral das aldeias do real padroado. (BLAJ, 1998, p. 287).

que cada membro pedia separadamente sesmarias de três léguas quadradas dentro da área solicitada anteriormente.

Estas sesmarias, solicitadas por 22 pessoas do clã familiar de Pedro Taques, abrangiam vasta extensão territorial, com áreas correspondentes, hoje, aos municípios de Jaguariaíva, Piraí do Sul, Castro e parte de Ponta Grossa. (PARANÁ, 1985). (Figura 1).

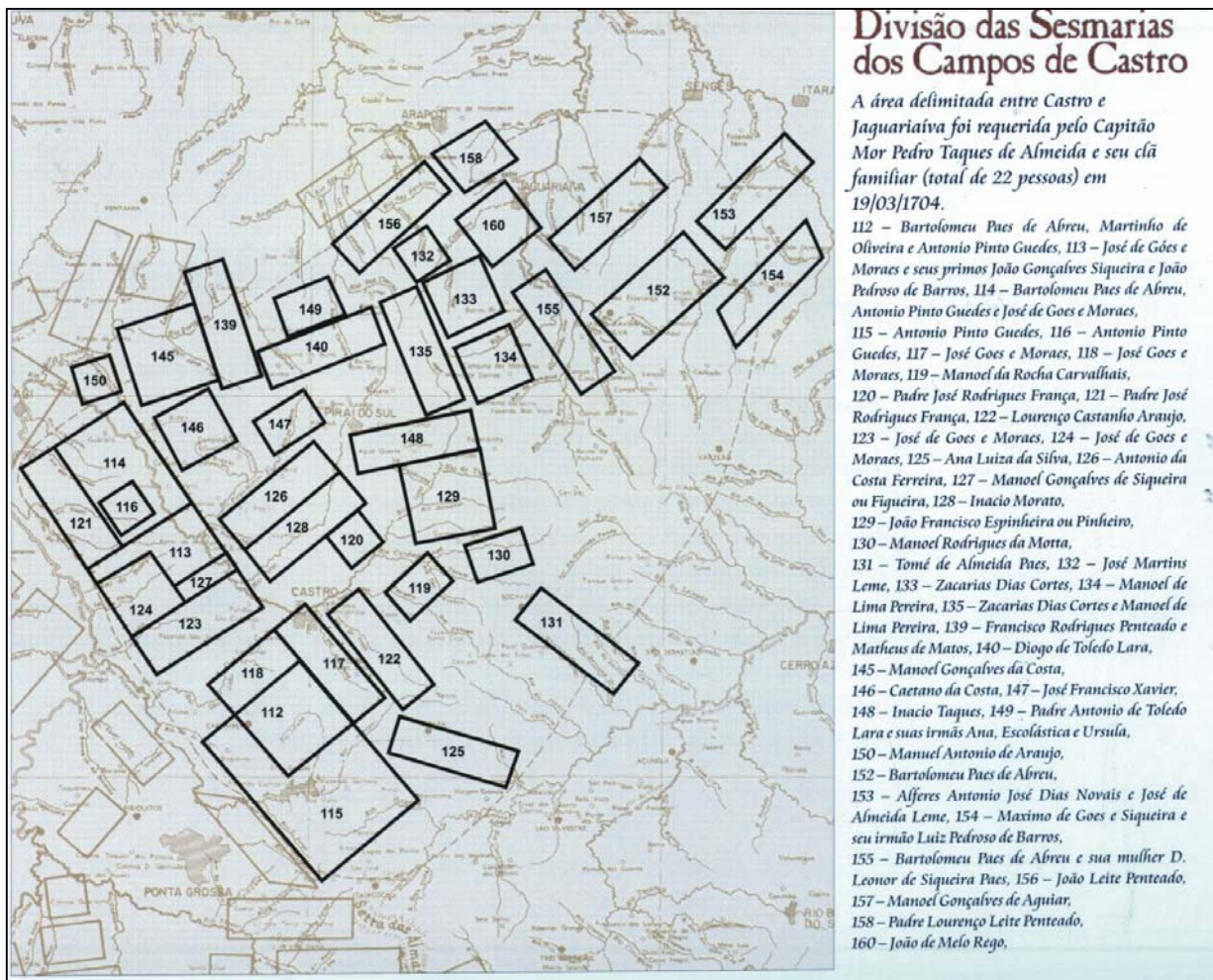


Figura 1 – Mapa das sesmarias concedidas ao clã de Pedro Taques de Almeida  
Fonte: Museu do Tropeiro, 2001.



José de Góis e Moraes, filho do Capitão-Mór, se tornou um dos maiores sesmeiros da região. Com a morte de seu pai, passou a liderar o clã familiar. Em 1713 requereu, juntamente com seus primos João Gonçalves Siqueira e João Pedroso de Barros, sesmaria entre os rios Pitangui e Iapó, a sesmaria de Carambeí. Aliando-se a Bartholomeu Paes de Abreu e Antonio Pinto Guedes, em 1725, solicita sesmaria na paragem chamada São João, “as quais depois adquiriria tornando-se o único proprietário das terras compreendidas entre o Iapó, Pitangui e o Tibagi, a antiga pretensão de seu pai”. (MOREIRA, 1975, p. 926).

Todavia, a mais antiga referência encontrada sobre doação de sesmaria na região está ligada à Joana Rodrigues de França, que em 1701 recebeu doação de três léguas de terras, recebidas por influência de seu pai, o Capitão-Mór João Rodrigues de França, tenente do donatário da Capitania de Paranaguá. (LAVALLE, 1991, p. 18; NEGRÃO, 1928, p. 5).

Segundo Ritter, “Embora grande parte das terras dos Campos Gerais tenha sido concedida em sesmaria ao clã familiar dos Taques, outros paulistas foram proprietários de diversas fazendas na região” (1980, p. 144). Pode-se citar como exemplo Domingos Teixeira de Azevedo, nomeado como guarda-mór das minas do distrito da Vila de Curitiba, tinha propriedades em Santos e em Paranaguá. Ele conseguiu formar as fazendas de Cambijú, Santana de Itaiacoca e Botuquara. Após sua morte, suas propriedades foram administradas por sua viúva, Ana de Siqueira, e por seu filho José Tavares de Siqueira. Ana de Siqueira era também herdeira da fazenda Tibagi. (LAVALLE, 1991, p. 21).

Ilana Blaj (1998, p. 289) aponta que “No âmbito da política patrimonialista portuguesa, observa-se a cristalização de uma elite paulistana que concentra em suas mãos terras, escravos, produção, comércio, contratos e cargos”.

No século XVIII, no Paraná, segundo Carlos Roberto Antunes dos Santos (2001, p. 14), estabeleceram-se duas áreas econômicas não integradas: a área da economia da pecuária nos Campos Gerais, integrada à economia central do país, e a área com o prevalecimento de padrões específicos da economia de subsistência, esta situada ao redor das pequenas vilas do planalto e do litoral, estando isolada dos grandes mercados e apresentando ritmo lento de produção.

As fazendas de criação nos Campos Gerais, segundo Mário Mattos, passaram a ser estimuladas nesta fase.

Antigos criatórios de mulas eram mantidos pelos espanhóis nas terras das margens direita do rio Uruguai - em Corrientes, Entre-Rios e outras províncias que iam até o Paraguai - e que forneciam esses animais para as minas do Potosi. A época da ascensão do ouro brasileiro declinava as minas de prata espanholas. (...) Por isso, no início, as Minas Gerais foram abastecidas com cavalos e não com mulas. Os fazendeiros dos Campos Gerais foram incentivados pelo conde de Assumar a criar eqüinos e bovinos. Na mesma época - começo do século 18 - também chegavam, pelo porto do Rio de Janeiro, animais trazidos do Sul por via marítima. (MATTOS, 1984, p. 18).

Moacir Flores (1995, p. 139-142) aponta, todavia, que no século XVIII o comércio de mulas inicialmente estava agravado com duas proibições reais, que somente no século seguinte houvera a permissão para a criação e comércio de mulas em todas as províncias brasileiras. Somente a partir de 1825, liberou-se a criação e o comércio de mulas entre todas as províncias brasileiras.

A criação de gado não exigia tanto capital quanto a empresa açucareira, nem muitos braços, sendo relativamente fácil a organização de fazendas de criar. Nesse tipo de atividade já não era somente a posse de escravos, mas a de gado que condicionaria o requerente à

obtenção de terras. “A pecuária representou também uma atividade importante para a ocupação e desbravamento de diversas regiões do Brasil. Foi ela que deu ao homem colonial a noção de valor econômico das áreas que não tinham riquezas minerais e que não se prestavam à agricultura”. (RITTER, 1980, p. 53).

No século XVIII, a administração das fazendas era feita por um “fazendeiro” ou “feitor”. Os proprietários, em geral, moravam em Curitiba, Paranaguá, Santos ou São Paulo. Havia também nas fazendas o capataz, geralmente um escravo. O serviço de roças e a lida com o gado eram feitos pelos escravos e também pelos “administrados”, espécie de escravos não negros, geralmente descendentes de índios. (LOPES, 1974, p. 70). Geralmente o trabalho nas fazendas era realizado por assalariados brancos, negros forros, mestiços e mesmo índios dedicando-se aos ofícios de vaqueiro e peão. Esses vaqueiros ou “fazendeiros” eram remunerados com a quarta parte das crias, após cinco anos de trabalho. Decorridos esse tempo podiam fundar fazendas, uma vez que possuíam gado suficiente para solicitar sesmarias. Ou ainda, apossavam-se de terras próximas às fazendas ou arrendavam-nas dos proprietários. (RITTER, 1980, p. 88-89 e p. 101).

A partir do século XIX, a fazenda era local de moradia e trabalho, constituindo-se em um complexo com numerosas construções e instalações relativamente menos dispendiosas do que aquelas necessárias à montagem de um engenho. Geralmente eram construídos cercados, currais, açudes, casa do proprietário e senzala. Os cercados eram, normalmente, construídos de pau a pique e os maiores denominados mangas. Estes, com dimensão de meia légua quadrada, recolhiam os animais para a engorda. A benfeitoria mais importante de uma fazenda, o curral<sup>19</sup>, de forma retangular, era construído de madeira. Na maioria das fazendas havia a cacimba, um poço amplo, aberto na areia de rios e riachos. Outras utilizavam açudes, com profundidade máxima de cinco metros. Normalmente, os moradores tinham seus

---

<sup>19</sup> Nos currais eram recolhidas as vacas áridas separadas dos rebanhos para a ordenha da manhã, o gado que exigia tratamento e os bois destinados à venda. (MUSEU DO TROPEIRO, 2001, p. 4).

roçados, plantando para abastecimento próprio. A casa da fazenda era uma moradia coberta de telhas, com muitos cômodos e ainda uma varanda que proporcionava sombra e abrigo às montarias. O mobiliário era composto de peças rústicas, como bancos, mesas, prateleiras e redes. A casa do administrador era uma choupana de paredes de taipa, também coberta de telhas. As senzalas e ranchos serviam de abrigo para os escravos. (RITTER, 1980, p. 81-82).

Na economia das fazendas e invernadas do Paraná havia o trabalho fundamental da produção de alimentos que se consistia basicamente em carne de porco, milho, feijão, arroz, mandioca, plantava-se e moia-se o trigo. A criação de gado vacum, razão econômica da existência da fazenda na região, era produto de exportação e a esse fim reservado. Não se comercializavam os produtos de subsistência produzidos nas fazendas e em sua produção se empregava maior número de mão-de-obra. Estavam as casas das fazendas cercadas de pomares e hortas. (BALHANA; PINHEIRO MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p. 88-91).

As mulheres dos Campos Gerais, no século XIX, desempenhavam as funções de chefe de família, com marido ausente, que passava em casa dois ou três meses por ano, em razão de viagens ao Rio Grande ou Sorocaba. Como já observou Gilberto Freyre, em outras regiões do Brasil, não como titulares de um matriarcado social, mas como representantes do patriarca ausente e tão somente em seu nome. Auxiliada por poucas escravas no serviço de casa, era também a mãe de família, a mantenedora do culto doméstico. Todas as noites, filhos e crioulos repetiam, em torno dela, as orações que lhes ensinava. Aos sábados, abria-se o grande oratório e rezava-se o terço. Aos domingos, toda a família ia à Missa, seguindo do sítio, ela, os filhos e uma escrava, a cavalo; as outras a pé, carregando crianças ou balaios, onde ia o jantar que se fazia na freguesia. (WESTPHALEN, 1983).

O poder dos proprietários não era exercido somente sobre seus escravos. Na composição dos clãs, além de todos os familiares figuravam os rendeiros, trabalhadores livres e agregados. Como homens livres, ligavam-se ao senhor das terras por mero favoritismo, retribuindo o benefício de viver em sua casa de diversas maneiras. Frequentemente o grande proprietário concedia-lhes o direito de explorar uma parcela inaproveitada de suas terras, em retribuição exigia do agregado a fidelidade e prestação de pequenos serviços. (RITTER, 1980, p. 91-92). Residiam em terras da fazenda, em pontos mais distantes da sede, como vigilantes das invernadas mais longínquas, eram feitores, capatazes, capangas, compadres, formando uma rudimentar clientela dos donos da fazenda. Em geral, eram parte de uma população flutuante e móvel da Província, que vagava de fazenda em fazenda e que acorria em massa para os ervais, nos períodos do corte da erva, quando os preços eram altos. (PINHEIRO MACHADO, 1963, p. 15-16).

Nem toda a extensão dos Campos Gerais estava coberta pelos latifúndios, havia os sítios, que eram pequenas propriedades perto dos povoados, à beira das estradas, ou mesmo localizadas dentro das próprias fazendas. (PINHEIRO MACHADO, 1968, p. 34). Os sítios, às vezes obtidos através de compra, arrendamento ou posse, foram unidades produtivas de retaguarda das fazendas, principalmente na fase do tropeirismo. As fazendas, com suas invernadas, não tinham uma produção capaz de abastecer a grande quantidade de homens e animais vindos do sul. (RITTER, 1980, p. 81-82).

O latifúndio criou “o padrão da formação social brasileira”, mobilizando a força econômica da colonização. E no sul também organizou a produção, possibilitando a inserção da região, e das outras, “na estrutura econômica mundial, segundo os colonizadores esperavam da colônia”. (NADALIN, 2001, p. 52).

Embora as fazendas desempenhassem a função de invernadas houve aumento na produção agrícola dos sítios e da pecuária:

Comparando-se o levantamento das fazendas e sítios recenseados em 1772 com aqueles de 1818 verifica-se que embora nesta última data as Fazendas desempenhassem a função de Invernada com maior intensidade, houve um aumento na produção agrícola dos sítios e da pecuária nas fazendas. (...) No que diz respeito ao número de propriedades recenseadas, verificamos que em 1772 foram arrolados 221 estabelecimentos referentes a 91 fazendas e 130 sítios. Em 1818, portanto 46 anos depois, foram relacionadas 2.070 propriedades. (...) No início do século XIX os latifúndios não abrangeram toda a extensão dos campos do Paraná. Houve grande número de sítios adquiridos através da compra, herança e ocupados por posse. A propriedade sofrera tantas transações, que não se distinguiam suas origens pela aquisição da terra em sesmaria. Sofrera um esfacelamento tão expressivo, que as sesmarias não configuravam na origem da propriedade, perdendo a característica da primeira concessão. (RITTER, 1980, p. 205).

Com a Independência do Brasil, em 1822, os chefes das grandes famílias fazendeiras começaram a participar da vida política, apoiando os presidentes de Província e com a criação da Província do Paraná, a liderança política se institucionalizou com os fazendeiros dos Campos Gerais. Acentuavam-se os laços patriarcais da organização social pelas maiores exigências de lealdade, que tinham como base o parentesco, sob a forma de oligarquia. (PINHEIRO MACHADO, 1963, p. 16). Até hoje, observa-se que os descendentes dessa elite campeira se fazem presentes como representantes políticos atuantes na região.

O viajante francês Saint’Hilaire (1964; 1978), botânico que esteve no Paraná em 1820, percorrendo os caminhos de Itararé à Curitiba, descreve algumas fazendas da região, o modo de vida da época e a hospitalidade de seus proprietários: Fazenda Boa Vista (Tibagi), Caxambu (Castro), Fortaleza (Tibagi), Fazenda Guartelá (Tibagi), Fazenda Igreja Velha

(Tibagi), Fazenda Carambei (Carambei), Fazenda Pitangui (Castro), Fazenda Santa Cruz (Castro). Em linhas gerais afirma sobre elas:

As casas, apesar de não terem a magnificência que se observa nas fazendas dos antigos mineiros, são limpas e, como já declarei, muito bem conservadas. O mobiliário é extremamente simples, consistindo o da sala de visitas em uma mesa e bancos de paus. Da mesma forma que em Minas, é na guarnição das camas que ostentam maior luxo; não usam cortinados, mas os lençóis são de fazenda finíssima e bordados em volta. O travesseiro é metido num saco de musselina que se abotoa por um dos lados, e sobre este colocam outro travesseiro menor, todo bordado. Nas residências dos proprietários ricos, servem chá com queijo, biscoitos e doces, em lindas bandejas envernizadas, luxo esse em contraste com a singular penúria da casa. (SAINT-HILAIRE, 1964, p. 16).

Nas fazendas estava presente a religiosidade cristã, perceptível através de oratórios localizados na sala ou em pequenos cômodos anexos à sala, ou ainda, por possuírem uma capela isolada da casa da fazenda. “Nesses oratórios e capelas realizavam-se atos religiosos, por padres itinerantes ou por um capelão residente no local”. (LAVALLE, 1991, p. 29).

Em meados do século XIX, as fazendas de criação de gado atingem toda a sua potencialidade dentro do sistema econômico-social de um período histórico. (PINHEIRO MACHADO, 1963, p. 7). Essa sociedade campeira, estruturada nos Campos Gerais, expande-se com o criatório, até os campos de Guarapuava e aos campos de Palmas, configurando a ocupação do território do Paraná Tradicional.

A promulgação da Lei de Terras em 1850 significou uma vitória dos cafeicultores paulistas. As terras devolutas só podiam ser adquiridas por meio de compra, dificultando as pretensões dos imigrantes mais pobres, restando-lhes a alternativa do trabalho nos latifúndios cafeeiros. (NADALIN, 2001, p. 70).

Antes de 1888 no Paraná, já não é mais a escravatura que caracteriza a sociedade. A partir de certo momento é o trabalho livre que a impregna e reelabora o sistema social, inexoravelmente, marcando-o de modo cada vez mais acentuado e atuando na destruição dos remanescentes econômico-sociais escravistas. (IANNI, 1962, p. 284-5). Desde 1865 foi grande a aquisição ou o arrendamento de escravos do Paraná para as fazendas de café. Em

1867, o imposto arrecadado pela Província sobre os escravos que saíam para São Paulo “era quase igual ao imposto sobre os animais”. (BALHANA; PINHEIRO MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p. 127-128).

A revenda dos escravos negros do Paraná para as fazendas paulistas, a mobilização do restante da população para a crescente economia do mate e o desenvolvimento da urbanização - com o aumento crescente de consumidores - levava a uma intolerável dependência dos paranaenses da importação de artigos do exterior e das outras províncias. A vinda de colonos, como resultado, começou a ser vista como um remédio para resolver o problema da carestia e dos altos preços dos alimentos. (NADALIN, 2001, p. 71).

Para Carlos Roberto Antunes dos Santos,

A vinda dos camponeses imigrantes para o Paraná, na segunda metade do século XIX, trouxe, ao longo do processo, profundas renovações nos conhecimentos agrícolas que permitiram maior produtividade e padrões de consumo mais elevados, que acabaram por constituir, juntamente com outros elementos, as engrenagens da formação de um sistema de produção agroalimentar na província. (2001, p. 82).

A motivação de criar uma agricultura de abastecimento personalizou a história de colonização no Paraná, durante quase trinta anos (1853 a 1879), razão dominante que justificou uma política imigratória provincial. De 1869 a 1878 foram instalados vários núcleos a distâncias que variavam de 2 a 16 km de Curitiba, constituídos por alemães de diversas origens, franceses, franceses argelinos, ingleses, italianos, poloneses e suecos. Os resultados satisfatórios estimularam a extensão do programa ao litoral e aos Campos Gerais. O fracasso do projeto de povoamento do interior assinala o fim de um ciclo, desenvolvido principalmente sob os auspícios de recursos públicos. (NADALIN, 2001, p. 76-77).



A partir de 1875 começa a declinar o número de muares entrados em Sorocaba. A conjuntura trouxe um rápido processo de empobrecimento para os fazendeiros. A fazenda, com as estruturas que sobre ela se criaram, não cumpria mais a função de integrar uma comunidade no conjunto e, logo depois, nem a manter as grandes fazendas enobrecidas dentro do contexto social da Província e do Estado. Forçosamente essa estrutura se desagrega. As novas gerações emigram para São Paulo, Rio Grande do Sul, para as cidades. Os filhos de fazendeiros de Ponta Grossa, Lapa e Palmeira se fixam nos campos de Passo Fundo, Palmeira das Missões, Soledade, Nonoai, Santa Maria, no Rio Grande. Algumas fazendas dos Campos Gerais também foram vendidas à colonização russa e a companhias frigoríficas, as quais não se mantiveram por muito tempo. (BALHANA; PINHEIRO MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p. 152-155).

A alteração da utilização fundiária foi o reflexo da desagregação do sistema econômico-social estabelecido sobre a economia da pecuária. Diversas famílias de fazendeiros passaram a morar na cidade, movimentando ainda mais o comércio das mesmas e provocando a cristalização do poder urbano sobre o poder rural. Toda essa situação anunciava um novo Paraná caracterizado agora pela expansão do poder urbano. As evidências estavam no aumento da população nos perímetros urbanos, na maior movimentação do comércio, no crescimento da importação de artigos de luxo, nas benfeitorias públicas, nos aumentos dos preços de escravos, e também na utilização de escravos domésticos como negros de ganhos e de aluguel. (SANTOS, 2001, p. 64-65).

Portanto, segundo Santos (2001, p. 85-86), a história do Paraná pode ser pensada por três grandes espaços regionais: 1) Ao longo do século XVIII, se estabelece uma sociedade campeira, patriarcal, escravista e latifundiária, baseada na criação e na invernagem do gado nas fazendas dos Campos Gerais, integrada ao circuito nacional que, por sua vez, constituiu peça da engrenagem da economia-mundo; 2) Na primeira metade do século XIX, nas atividades extrativas e na exportação da erva-mate para os mercados do Prata e do Chile. Nessa fase econômica se constitui uma sociedade ervateira dominada por uma burguesia comercial, que impulsionou o processo de urbanização. 3) Na segunda metade do século XIX se estabelece um novo sistema de colonização com o estabelecimento de colônias agrícolas ao redor dos centros urbanos, povoados por imigrantes europeus, como saída para a escassez de produtos agrícolas e de subsistência. Esse novo sistema visou a formação de uma estrutura agroalimentar em condições de abastecer a Província. A corrente imigratória para o Paraná abarca o período de transição do Paraná Tradicional para o Paraná Moderno, modificando a estrutura luso-brasileira e reorganizando o trabalho livre e a propriedade da terra.

Sob esse contexto histórico do Paraná, o tropeirismo, as próprias fazendas e invernadas da região dos Campos Gerais constituem-se em uma gama de significações culturais, as quais podem ser estudadas nos mais diversos aspectos, como, por exemplo, religiosidade, arquitetura, escravidão, trabalho, alimentação, hospitalidade, entre outros.

Para uma análise detalhada da significação cultural das fazendas históricas dos Campos Gerais, salienta-se a necessidade de observar que os conceitos de patrimônio histórico-cultural se relacionam com os aspectos que se referem tanto ao patrimônio material, tangível, as edificações (sedes históricas, senzalas, cercados, mangueiras, capelas) quanto com o patrimônio intangível, imaterial (causos, músicas, hábitos e costumes). Segundo Gonçalves (2005, p. 4), o aspecto de materialidade do patrimônio histórico é uma categoria que transita entre o material (tangível) e o imaterial (intangível), reunindo em si as duas dimensões. O

material e o imaterial aparecem de modo indistinto nos limites dessa categoria. E ainda para este mesmo autor (2005, p. 5) é possível que a categoria de materialidade do patrimônio histórico sublinhe, entre outras, a dimensão imaterial da vida social e cultural.

## **2- Estradas e Caminhos nos Campos Gerais dos séculos XVIII e XIX**

Para se referir às estradas e caminhos percorridos pelos tropeiros na região dos Campos Gerais e entender sua significação cultural torna-se necessário perpassar por aspectos históricos, sociais e econômicos, não somente numa abrangência regional. Os caminhos das tropas marcaram profundamente a história das regiões por elas atravessadas: determinaram a ocupação do espaço, propiciaram o surgimento de assentamentos urbanos e núcleos agropastoris, influenciaram o modo de vida, os costumes e tradições da população que se estabeleciam. Além de que os caminhos das tropas foram se tornando gradativamente em rotas de passagem e comércio para o Brasil do século XVIII e XIX.

A topografia foi um elemento decisivo no roteiro e na abertura do Caminho de Curitiba a Sorocaba. Os Campos do Paraná e suas áreas de pastagens naturais e acessíveis despertaram a cobiça de clãs poderosos de São Paulo e de algumas famílias de Paranaguá. (RITTER, 1980, p. 148), no início do século XVIII, os quais requeriam mais e mais sesmarias para o estabelecimento de novos currais.

Para Celso Furtado (1977, p. 76-77), a pecuária que encontrara no sul um habitat excepcionalmente favorável para desenvolver-se – e que, não obstante sua baixíssima rentabilidade, subsistia graças às exportações de couro – passará por uma verdadeira revolução com o advento da economia mineira. O gado do sul que sempre havia permanecido com preços baixos, comparativamente aos que prevaleciam na região açucareira, valoriza-se rapidamente e alcança, em ocasiões, preços excepcionalmente altos. No Rio Grande e mesmo no Mato Grosso já existia uma economia pecuária rudimentar de onde saía alguma exportação. Por um lado, a economia pecuária elevou a rentabilidade desta atividade, induzindo a utilização mais ampla das terras e dos rebanhos. Por outro, fez interdependentes as diferentes regiões, especializadas umas nas criações, outras na engorda e distribuição e outras constituindo os principais mercados consumidores. Assim, a economia mineira, através de seus efeitos indiretos, permitiu que se articulassem as diferentes regiões do sul do país.

A primeira rota ligando os campos sulinos às demais regiões do Brasil-Colônia foi o caminho aberto, no final do século XVII, entre as vilas de Sorocaba<sup>20</sup> e Curitiba, pertencentes à Capitania de São Paulo. (TRINDADE, 1992, p. 30). Para o litoral, os caminhos já estavam abertos, apesar de serem precários. (RODERJAN, 1992, p. 55). O transporte pela praia era o mais penoso e o grande sonho dos tropeiros era construir um caminho que ligasse os campos do Sul aos de Curitiba e dos Campos Gerais.

---

<sup>20</sup> Sorocaba, a partir de meados do século XVIII, serviu como ponto terminal da estrada aberta pelo governo para estabelecer e suprir, por terra, as regiões de Curitiba, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Essas áreas começaram a criar gado e produzir couro e carne seca na segunda metade do referido século. O mercado para esses produtos era a Europa, o Caribe e a América do Norte (por mar) e as três províncias dinâmicas do centro: Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro (por terra). Estas três regiões tornaram-se dependentes dos animais provenientes do sul: cavalos, gado e, sobretudo, mulas. Embora as três regiões do sul fornecessem cavalos e gado, era o Rio Grande do Sul o mais famoso por sua produção de mulas, pois havia proibições, em outras regiões, para as criações de mulas. O mercado de Sorocaba era um importante ponto final de vendas, tornou-se o grande mercado para venda de animais provenientes do sul. Com este natural desenvolvimento, foi inevitável que o governo real e imperial decidisse estabelecer uma alfândega interna na cidade e cobrar uma taxa de trânsito ou imposto de barreira sobre os animais que ali passasse, exigindo que os animais vendidos na província de São Paulo passassem exclusivamente por este mercado. (KLEIN, 1989, p. 350). Fora Sorocaba, ocorriam outras feiras, a de Itapetininga, Cabreúva, Apiaí, Itararé, Avaré e tantas outras, assim como o desenvolvimento do porto de Santos.

Roselys Roderjan descreve os caminhos que precederam o tropeirismo:

Os caminhos mais antigos que atravessaram os planaltos paranaenses teriam sido originados do caminho indígena do Peabiru e das suas variantes. Por eles andaram bandeirantes paulistas e os primeiros mineradores que alcançaram os Campos de Curitiba, durante o século XVII. Depois de passar pelo Campo da Faxina (Itapeva) e do Apiaí, em território paulista, antigo ramal do *Caminho do Peabiru*, ingressava no primeiro planalto paranaense, atingindo o vale do *Açungui*. Para essa região partiam pelo norte de Curitiba caminhos que, transpondo o rio Ribeira, seguiam rumo a Apiaí e Itapeva, a fim de alcançarem a Estrada de Sorocaba. Inletando para noroeste, chegavam à vila de Castro, atingindo a mesma estrada. Esses caminhos foram sempre usados no transporte de tropas de gado e também de tropas arreadas, assim chamadas as que transportavam cargas. (RODERJAN, 1995, p. 28).

Os animais dos Campos de Curitiba, entretanto, não se multiplicavam com a mesma intensidade com que eram procurados. Não conseguiam suprir um mercado tão vasto e em contínuo crescimento. A solução para essa crescente escassez de carne e meios de transporte, despertadas pela descoberta das minas de ouro, estava mais ao sul: apontava para a região da enorme Vacaria do Mar, para as campanhas próximas à Colônia do Sacramento e para os campos do Rio Grande de São Pedro do Sul – cheias de gado vacum, cavalhadas, muladas que os castelhanos criavam em quantidade. (TRINDADE, 1992, p. 30).

Para Barroso (1995, p. 37), muitas eram as dificuldades enfrentadas pelos tropeiros que conduziam animais pelo litoral “especialmente com os obstáculos da travessia dos rios Tramandaí, Mampituba e Araranguá, que provocavam perdas de animais com a ação turbulenta das suas águas na direção do mar”. A idéia de uma estrada pelo interior foi do Sargento-mór Manoel Gonçalves de Aguiar. (MARTONI, 2005, p. 70).

O paulista Bartolomeu Pais de Abreu, grande fazendeiro dos Campos Gerais, argumentava que, efetivamente, o caminho, só poderia ser aberto “pelo interior do sertão”. (apud TRINDADE, 1992, p. 30).

Novos caminhos se desbravavam:

Por volta de 1723, Zacarias Dias Cortes, filho de Guilherme Dias Cortes e neto de Baltazar Carrasco dos Reis, organizou uma bandeira exploradora para descobrir as lendárias minas do Inhanguera, levado pelas informações de Manoel Gonçalves de Aguiar. Zacarias situou essas minas no “sertão da Enseada das Garroupas e Ilhas de Santa Catarina” e deixou um roteiro<sup>21</sup> com informações que teriam orientado Francisco de Sousa e Faria na abertura do caminho dos Conventos. (RODERJAN, 1992, p. 55).

Com as informações prestadas pela Câmara de Curitiba, com o mapa e roteiro elaborados por Zacarias Dias Cortes, o governador de São Paulo, D. Rodrigo César de Menezes, em 1724, não se contentou e ordenou por ofício à Câmara, a Francisco Xavier Pizarro, Capitão-mór da Vila de Curitiba e homem prático em minas, que examinasse o que havia de positivo nas informações de Zacarias Dias Cortes e organizasse para isso nova bandeira. Xavier Pizarro convocou os mineiros da expedição anterior e partiu de Curitiba. A trabalhosa jornada exigiu oito meses de provações sem nenhum resultado prático. (EHLKE, 1973, p. 77).

A partir de 1725, começavam a ser ocupados os campos do Viamão, ao sul de Laguna, referenciados pelo estuário do rio Guaíba, Lagoa dos Patos e Lagoa Mirim. (TRINDADE, 1992, p. 30).

Em novembro de 1725, o governador da Capitania de São Paulo D. Rodrigo César de Menezes, permite o transporte de gado vacum do sertão de Curitiba e dos campos de Vacaria para a zona de mineração, de Cuiabá, devido às dificuldades de abastecimento desta região. (SIMONSEN, 1957, p. 161).

---

<sup>21</sup> O roteiro e o mapa, este numa tentativa de reconstituição, estão transcritos na obra de: EHLKE, Cyro. **A conquista do planalto catarinense**. Bandeirantes e Tropeiros no “sertão de Curitiba”. Rio de Janeiro: Laudes/EDUSC, 1973, p. 72-77.

A região serrana e as campanhas do Rio Grande estavam cheias de gado selvagem que poderiam suprir as regiões mineiras, se fosse possível conduzi-lo para lá. Mas não havia ligação por terra entre Rio Grande e Curitiba, separados por léguas de campos desconhecidos. Nessa conjuntura, o governador de São Paulo, Caldeira Pimentel, em 1727, mandou abrir a estrada de Laguna, que ligando os campos do Rio Grande com os de Curitiba, possibilitaria a subida de tropas de gado. (BALHANA; PINHEIRO MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p. 64).

Francisco de Sousa e Faria, em 1730, concluiu o caminho desde o Rio Grande do Sul até os Campos de Curitiba. Apresentou-se à Câmara afirmando haver saído nos Campos de Curitiba na paragem dos Carlos, faltando completar o trecho de Curitiba até São Paulo. (RITTER, 1980, 141).

Cristovão Pereira de Abreu, entre 1733 e 1734, repete a façanha trazendo até Curitiba 3.000 cavalgaduras. (RODERJAN, 1992, p. 57), conduzidas pela via dos Conventos. Ao longo do trajeto, Cristóvão e seus companheiros de Santa Fé, Laguna e São Paulo tiveram de retificar o traçado e construir centenas de pontes. Com a abertura do caminho, a Vila de Laguna, que se localiza mais ao norte, ficou prejudicada. (MARTONI, 2005, p. 74-75).

Em 1738, Cristóvão Pereira de Abreu abandona o primitivo acesso ao planalto por Araranguá, no litoral, estabelecendo outro mais conveniente pela depois chamada Guarda ou Patrulha do Viamão. (TRINDADE, 1992, p. 31). Cristóvão Pereira de Abreu abre um caminho que parte de Santo Antonio da Patrulha, perto do Viamão, no Rio Grande de São Pedro, evitando o antigo caminho dos Conventos ou de Araranguá, no litoral. (RODERJAN, 1992, p. 57). Cristóvão Pereira de Abreu abriu uma ligação entre os campos dos Curitibanos e Santo Antonio da Patrulha, evitando o itinerário pelo Morro dos Conventos. (LOPES, 2004, p. 13).

O caminho aberto por Souza Faria ficou conhecido pela denominação de estrada “Dos Conventos” e o de Cristovão Pereira era chamado de “Estrada Real”, Caminho do Viamão, Estrada de Sorocaba, Estrada das Tropas, Estrada de Viamão-Sorocaba, Estrada da Mata, ou ainda Estrada do Sertão. O nome de Viamão deve-se ao fato de que, em chegando os *curitibanos* no alto da serra da Vacaria, vindos do norte, de lá divisavam os rios da planície, que tinham o formato de uma mão aberta. Daí a denominação de Vi-a-mão. (TRAMUJAS NETO, 1989, p. 16).

O único trecho que oferecia dificuldades no trajeto era o sertão de Lages, na Serra do Espigão, posteriormente conhecida como Estrada da Mata. Eram quase 300 quilômetros de matas. (TRINDADE, 1992, p. 31-32).

A ligação do Viamão pelo caminho que partia de Santo Antonio da Patrulha para os campos de Curitiba trouxe, como conseqüência, a decadência de Laguna, que perdeu sua posição invejável e ponto de passagem obrigatória para o sul. Curitiba e Sorocaba é que se tornaram lugares de convergência, advindo a prosperidade a essas localidades. (MOREIRA, 1975, p. 702).

O Caminho do Viamão, vindo do Rio Grande do Sul e o caminho de Sorocaba, se encontravam nos Campos Gerais, onde o rio Iapó tinha vau<sup>22</sup>. E a “paragem do Iapó” transformou-se em ponto de pouso estratégico para os tropeiros que traziam o gado bovino, cavalos e mulas dos campos de Vacaria e Viamão, no Rio Grande do Sul para abastecer a feira de Sorocaba, que ficava a 18 léguas de São Paulo.

---

<sup>22</sup> Trecho raso do rio, onde se pode transitar a pé ou no lombo de um animal.



Este caminho, que era utilizado pelos tropeiros:

...vinha desde Viamão, ligada, por outros caminhos à campanha riograndense e platina, e subia pela região serrana das vacarias, atravessava o planalto catarinense por Lages e Curitiba e, depois de vencer dificuldades as matas do sul do rio negro, se espraiava pelos Campos Gerais, passando pelo Campo do Tenente, pela Lapa donde ia atingir o rio Iguaçu a 14 léguas de Curitiba, em cujas margens estava instalado o Registro, para a cobrança dos direitos “sobre gados e cavalgadas”; seguia para Campo Largo e, atravessando a Serra de S. Luis do Purunã, alcançava a Palmeira e logo depois Ponta Grossa e Castro, de onde continuando para o norte e passando pelo rio Itararé, por Itapeva, Itapetininga, chegava a Sorocaba, depois a São Paulo, onde se entrosava com os sistemas de caminhos que iam para o Rio e para Minas. (PINHEIRO MACHADO, 1963, p. 7).

O Caminho do Viamão (Figura 2) foi descrito pela primeira vez em 1745, num relato feito pelo Brigadeiro José Custodio de Sá Faria<sup>23</sup> (TRINDADE, 1992, p. 34). Ele partiu em 28 de fevereiro de 1745 do Rio Grande do Sul e chegou em 1º de fevereiro de 1746 em Escaramuça (próximo de Itapetininga, em São Paulo). (LOPES, 1974, p. 72).

Outros vinte e um roteiros dos Caminhos dos Campos Gerais estão mencionados na obra “Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paranaguá”, de Julio Estrela Moreira<sup>24</sup>. Descrever esses roteiros de caminho do tropeirismo no seu quadro integral, indubitavelmente, fugiria aos propósitos da pesquisa em questão.

---

<sup>23</sup> O título do diário é “Roteiro que se fez do Caminho do Certão, que principia na Patrulha aonde se acha o curral da Contage pegado ao Rio do Sino, pa. entrar a sobir Serra e seguir pa. Curitiba e São Paulo, anno de 1745”, o trecho referente ao estado do Paraná está transcrito por Lopes (1974, p. 72-76) e por Moreira (1975, p. 750-759, 883 e p. 976-977).

<sup>24</sup> Recomenda-se a leitura do Capítulo VIII de Moreira (1975, p. 973-1032).

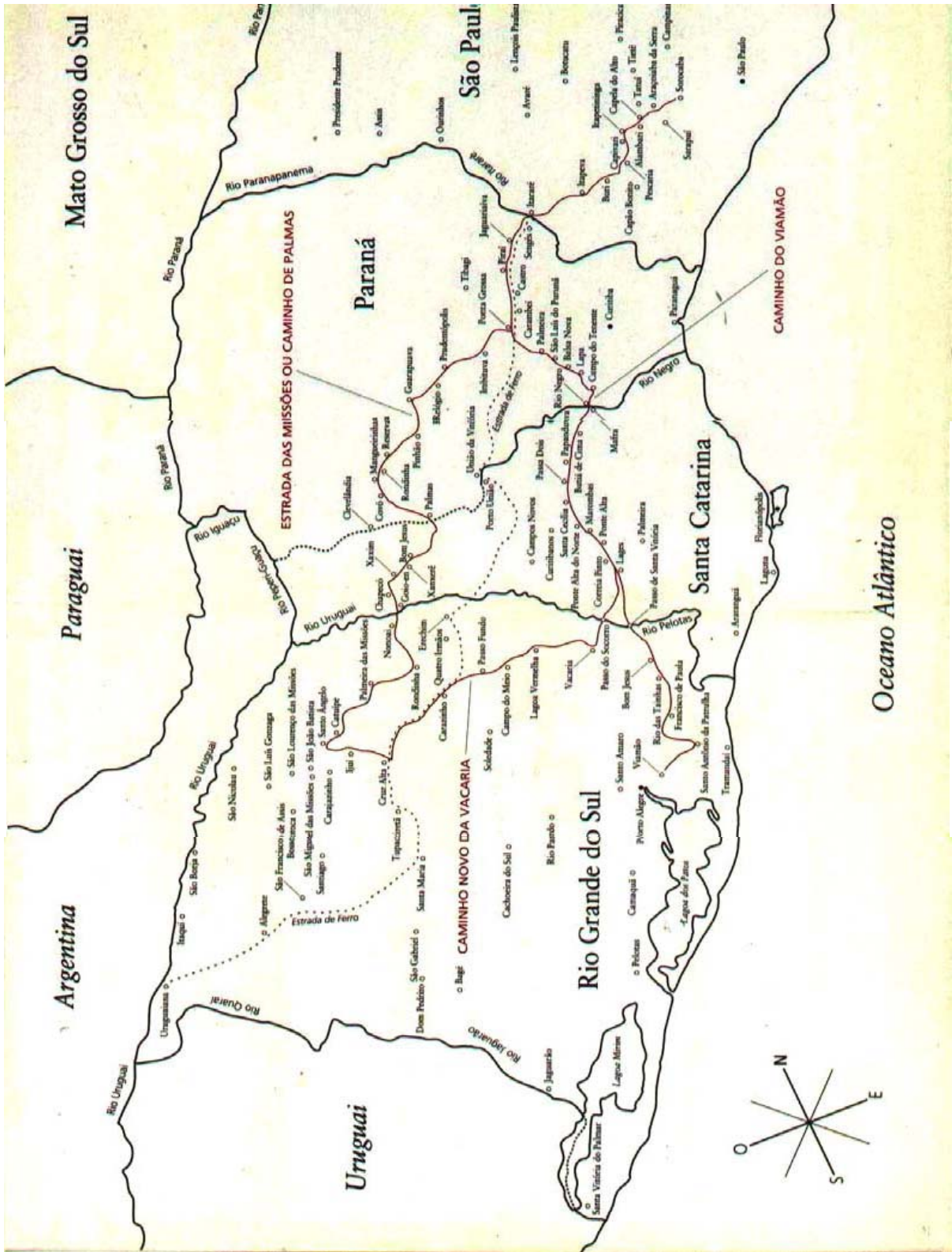


Figura 2 - Caminho das Tropas – Séculos XVIII e XIX  
Fonte: Trindade (1992) - Adaptação de Santos (2005)

Ao longo da estrada do Viamão iam, aos poucos, se formando “pousos”. Neles os tropeiros podiam descansar, invernar o gado e abastecer-se para continuar a viagem. Frequentemente estes se situavam em fazendas, destacam-se os pousos: do Rio Negro, Campo do Tenente, Santo Antonio da Lapa, Registro de Rio Grande (Iguaçu), Carlos, Tamanduá, Redondo, Botuquara, Porcos, Cambijú, Itaiacoca, Pitangui, Boqueirão, Carambeí, Iapó, Pirai, Furnas, Jaguariaíva, Limoeiro, Boa Vista, Jaguaricatu, Morungava e o da Fazenda de São Pedro do Itararé, linha divisória da Comarca de Paranaguá e Curitiba com a de São Paulo. (RITTER, 1980, p. 194).

Os pousos dos tropeiros, inicialmente, eram armados com os próprios instrumentos de viagem: canastra, pelego, pala, etc. No entanto, com as paradas frequentes teve início a construção de ranchos rudimentares. Posteriormente, os “pousos” de tropeiros, situados ao longo dos caminhos, darão origem às povoações (RODERJAN, 1992, p. 54), que “enfileiram-se uma após outra, tais como as contas de um colar, ao longo de sua rota. Cada cidade está separada da outra por uma distância que corresponde a um dia de viagem do tropeiro”. (WACHOWICZ, 1995, p. 102).

O viajante Richard Burton chegou a estabelecer as fases de evolução do pouso: a primeira fase é a do pouso, em que os proprietários consentem que os tropeiros dêem água aos seus animais e os amarrem aos mourões; a segunda fase é a do rancho, consistia num telheiro coberto; a terceira fase é a venda, em que há a combinação de venda de mercadorias e hospedagem; a quarta fase é a estalagem ou hospedaria e a quinta fase é o hotel com a cidade. Por esta descrição é nítida a idéia de desdobramento social que se opera de pouso a origem de povoações. (apud GOULART, 1961, p. 144-146).

Para a historiadora Marina Ritter (1980, p. 136), no Paraná o centro de criação de gado compreendeu três áreas principais: Campos de Curitiba, de 1608 em diante; Campos

Gerais, a partir de 1704; e Campos de Guarapuava a partir do século XIX. Os dois primeiros ficaram conhecidos como Campos de Curitiba ou Campos Gerais de Curitiba.

No século XIX, a região dos Campos Gerais se tornou um local de passagem também de escritores, pintores, naturalistas e botânicos europeus. Destacam-se, principalmente, os olhares de Auguste Saint'Hilaire (1820), Jean Baptiste Debret (1820) e Thomas Bigg-Wither (1872). Debret passou pela região dos Campos Gerais, no final da década de 1820, produzindo uma série de aquarelas sobre toda a região. A aquarela da Figura 3 retrata como os tropeiros atravessavam o rio Itararé, divisa da Província de São Paulo com Curitiba, sobre um pranchão de madeira, constituindo-se em uma manobra arriscada tanto para os tropeiros como para as tropas.

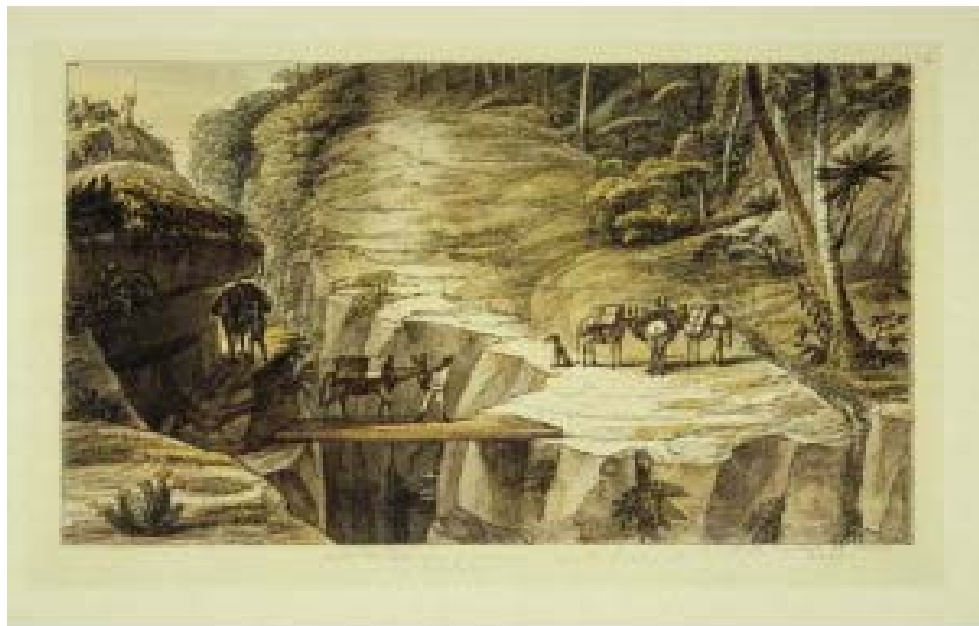


Figura 3 - Aquarela de Debret – Limite da Província de São Paulo com Curitiba  
Fonte: Prado (1970)  
Acervo: Biblioteca Virtual Mario de Andrade

Nos primeiros anos do século XIX, o trecho entre o Passo de Santa Vitória e a Patrulha do Viamão, começou a ser abandonado. Só entrava gado excedente mais para o oeste, até atingir a região das Missões, depois de percorrerem os campos da Vacaria do Pinhal, Passo Fundo, Cruz Alta, Tupaciretã e Santiago. Essa diretriz, mais favorável, chamada de Caminho Novo de Vacaria, buscava diretamente as fontes fornecedoras de muares e outras espécies de gado. Passou a integrar o Caminho do Sul ou ao inverso o Caminho de São Paulo. Quando se consolida esse acesso ao Rio Grande pelos Campos da Vacaria adiante, a referência de Viamão perde significado para os tropeiros que percorrem o Caminho do Sul, a denominação usual passa a ser Estrada Geral para o Rio Grande do Sul. (TRINDADE, 1992, p. 33).

Os animais também eram taxados pelo governo provincial local quando deixavam o Rio Grande do Sul, quando passavam por Santa Catarina e Paraná. O registro era o local onde se realizava a contagem dos animais (muares, bovinos e cavalares) para a cobrança de impostos, quando o tropeiro recebia um comprovante, uma guia de passagem que deveria ser apresentado nos registros posteriores. (SAINT'HILAIRE, 1964, p. 252-253). Podem-se citar como Registros mais conhecidos os da Guarda Velha do Viamão, do Passo de Santa Vitória, de Curitiba, este depois substituído pelo do Rio Negro e, finalmente, a Guarda de Sorocaba.

Em 1820, foi autorizada a construção da Estrada da Mata<sup>25</sup>, atual Serra do Espigão, ligando Lages à Vila do Príncipe (Lapa). Essa estrada aproveitou o trajeto do antigo caminho das tropas, o qual foi aberto, desmatado e alargado entre Campo Alto e Campo do Tenente. (ALBUQUERQUE, 1978, p. 142)

---

<sup>25</sup> Hoje a Rodovia BR 116 possui uma diretriz aproximada dessa estrada.

No final da década de 1840, firma-se uma nova via de trânsito para o território rio-grandessense: a estrada das Missões ou de Palmas, uma tentativa bem sucedida de chegar diretamente ao território missioneiro. Essa estrada era um ramal do eixo tradicional de Viamão. A Estrada das Missões nasceu quando já estava plenamente assegurado o novo traçado, a partir de Ponta Grossa e via Palmeira, Belém de Guarapuava e Palmas, chegando a Santo Ângelo das Missões. O caminho dos campos de Palmas, a serviço dos tropeiros, veio dar suporte à fixação permanente da população e à criação de latifúndios pastoris na área setentrional dos antigos Sete Povos. O novo caminho não reduziu a circulação de tropas pelo velho Caminho do Sul. Ambas representavam boas alternativas de acesso às zonas de criação e invernadas em expansão no Rio Grande. (TRINDADE, 1992, p. 35-37).

Essa linha tropeira, chamada de Estrada das Missões ou de Palmas, era uma alternativa mais direta entre os campos de criação e os de comercialização. (MARTONI, 2005, p. 128). Ou seja, seu roteiro:

...vinha da região missioneira do Rio Grande, ligada a Corrientes, na Argentina, atravessava o atual planalto catarinense em Xapecó, cortava o Campo Erê, atingia Palmas, donde seguia para o norte atravessando o rio Iguaçu, seguindo pelo vale do rio Jordão, chegava a Guarapuava, daí, seguindo por Imbituva, alcançava Ponta Grossa, onde se entrosava com a primeira estrada, a do Viamão. (PINHEIRO MACHADO, 1963, p. 7-8).

No entanto, pelo maior número de criatórios da região oeste e pela abertura do caminho a partir de Ponta Grossa, que permitia um trânsito mais direto, o trecho do Caminho do Viamão na Coxilha Rica<sup>26</sup> passou a ser cada vez menos utilizado. (MARTONI, 2005, p. 129).

---

<sup>26</sup> Coxilha é uma denominação para campos ondulados. Pelos componentes da paisagem os campos situados ao sul de Lages/SC foram denominados de “Coxilha Rica”. (MARTONI, 2005, p. 111).

No período de 1855 a 1860 o comércio de muares foi bastante significativo na economia da Província do Paraná. Em 1857, o Vice-governador do Paraná, Vaz de Carvalhães, relatou que “a renda que mais avulta é a proveniente da passagem de animais cavallares e muares pelo registro do Rio Negro”, demonstrando que no exercício de 1855-1856 as cifras correspondentes a 9.558 cavalos e 56.854 mulas passados pelo posto alfandegário de Rio Negro. Apesar da cifra elevada da renda provincial, adverte o Vice-Governador que a “Presidência tem encontrado embaraços para acudir ao pagamento dos serviços a cargo da província depois que foi abolido o desconto de letras aceita nas respectivas agências pelos introdutores de animais, e que constituem a renda mais avultada da província”. (apud CARVALHAES, 1857, p. 74).

Entretanto, no período de 1863-64, houve violenta queda na arrecadação dos impostos sobre os animais, causada pelo desenvolvimento da guerra do Paraguai, afetando dessa maneira os mercados sulinos. Apesar da recuperação após o final da guerra, a arrecadação dos impostos já não mais compete com a receita dos orçamentos paranaenses, apresentando uma estagnação na arrecadação dos impostos no período de 1865 a 1875. Após 1875, a arrecadação entra numa grave crise, provocando declínio cada vez maior no comércio, principalmente, de bovinos. (SANTOS, 2001, p. 62).

As marcas deixadas pelo ir e vir dos tropeiros constituiu uma paisagem cultural característica em cada região cortada pelo caminho. (MARTONI, 2005, p. 80). Durante o trajeto pela Estrada do Sul, os tropeiros se orientavam pela observação da paisagem com suas ocorrências naturais, passíveis de serem nomeadas e memorizadas, eram a ‘carta de navegação’ do viandante. Mesmo os mais débeis sinais serviam de marco. (TRINDADE, 1992, p. 59). Os antigos locais de pouso das tropas ou Registros ainda são identificáveis, por guardarem, no todo ou em partes, seus nomes tradicionais na época do tropeirismo. (GEMIN, 2006, p. 14-15).

Na estrada entre Lages/SC a Bom Jesus/RS, em direção ao antigo registro do Passo de Santa Vitória, no rio Pelotas foram construídos corredores para a passagem de tropas. Esses “corredores” de muros de pedras, denominados de taipa, amoldados à topografia, provavelmente eram usados para delimitar a estrada, facilitar a lida dos tropeiros na condução dos animais e evitar que a tropa se misturasse com as criações das fazendas que começavam a ser estabelecidas. (MARTONI, 2005, p. 80). Os muros de taipa de pedra amontoadas, também denominados de “pedra seca” serviram para delimitar as propriedades, dividir os pastos e dar o contorno aos mangueirões onde o gado era separado para alguma função necessária. “Os campos junto ao caminho dos tropeiros eram ladeados por quilômetros e quilômetros de muros divisionais formando extensos corredores”. (TRINDADE, 1992, p. 52). Ainda é visível a verificação de parte desse corredor de muros de pedras na estrada de Lages/SC à Bom Jesus/RS, numa extensão de 80 km. (Figura 4).



Figura 4 – Muro de taipa de pedra na região de Lages (SC) a Bom Jesus (RS)  
Fonte: Projeto (2005)



Na região dos Campos Gerais há resquícios de muros de pedras na região da Capela Nossa Senhora das Neves, em Palmeira; na Fazenda Butuquara, em São Luiz do Purunã; na Fazenda Capão Grande, em Ponta Grossa; entre outras.

Para Ellis Junior (1951, p. 76), a estrada do Rio Grande do Sul a São Paulo talvez “tenha sido a rota de maior importância na história do Brasil, pois sem ela não teria havido o ciclo do ouro, não teria havido o café e nem a unidade nacional teria sido levada a cabo”.

Geraldo Bonadio (1984, p. 45) complementa que o tropeirismo foi o ciclo-suporte que forneceria a infra-estrutura que viabilizaria, sucessivamente, a exploração aurífera em Minas Gerais, o desenvolvimento da produção de açúcar em São Paulo e na baixada Fluminense e uma parte do ciclo do café. Deve-se mencionar ainda as operações militares da Guerra do Paraguai, dependentes de armas, munições e víveres conduzidos em lombo de mulas, pelos caminhos abertos do tropeirismo.

Entre 1886 e 1897 a expansão ferroviária é enorme. O avanço da ferrovia e a marcha do café para o oeste fizeram declinar o comércio de mulas. O comércio em Sorocaba funciona até 1897. Esse ano coincide com o evento de uma epidemia de febre amarela. A feira muda-se para Itapetininga, a qual resiste até meados da década de 1930, mas a condução de tropas para São Paulo persiste com caráter residual pelo menos até a década de 1950.

Essas rotas percorridas pelos antigos tropeiros, com a paisagem das fazendas e invernadas nos sugere passos para a ressignificação desse patrimônio rural brasileiro, mas para isso são necessárias ações tanto públicas quanto da iniciativa privada que possam estimular a significação e valorização da cultura tropeira, proporcionando a preservação de bens históricos, culturais, arquitetônicos (as sedes de fazendas), arqueológicos, ambientais e paisagísticos ainda existentes. Algumas reflexões nesse sentido são trabalhadas no capítulo que segue.

### III – A RESSIGNIFICAÇÃO DO TROPEIRISMO PELO TURISMO: ELEMENTOS PARA UMA AVALIAÇÃO

Neste capítulo, a análise está centrada na ressignificação do Tropeirismo pelo turismo na região dos Campos Gerais. Para tanto, num primeiro momento, busca-se avaliar a ressignificação das Fazendas Históricas através das mudanças e permanências que sofreram para se adequar ao turismo. Num segundo momento, a avaliação se volta para os caminhos das tropas, ressignificados como roteiro turístico.

Para a análise das fazendas históricas da região foram necessárias diversas fontes. Com as fontes bibliográficas procurou-se a compreensão do contexto histórico-cultural de cada fazenda sem esgotar a totalidade de materiais existentes. As informações relacionadas à ressignificação foram obtidas nos próprios *sites* das fazendas, no Guia e no *site* da “Rota dos Tropeiros”. A análise se restringiu àquelas fazendas que, de alguma forma, exercem atividades turísticas, dando destaque às fazendas Roseira e Capão Alto, a primeira por atuar com turismo rural e a segunda por atuar com turismo histórico-cultural. Nestas foram realizados contatos pessoais com os proprietários e observação *in loco*.

A ressignificação em roteiros turísticos limitou-se à análise do Projeto “Rota dos Tropeiros”, dos dados obtidos no Guia e no próprio *site* da Rota, em jornais e no Boletim Informativo da “Rota dos Tropeiros”, para a interpretação dada pelo projeto aos caminhos rurais que levam às fazendas históricas na região, ou seja, os indicativos que são propostos para o turista conhecer as potencialidades histórico-culturais rural.

## **1- Ressignificação das Fazendas: mudanças e permanências**

As casas das fazendas históricas da região dos Campos Gerais refletem um espaço de singularidade que vem desde os tempos do tropeirismo, dos séculos XVIII e XIX, tipicamente representadas pela sua arquitetura rural e também por estarem envoltas por um quadro mítico, ligado às representações construídas sobre elas.

Na região dos Campos Gerais, as casas de fazendas históricas refletem historicamente o modo de vida e a adaptação ao meio ambiente, ou seja, “a relação intrínseca entre processo produtivo e reorganização territorial”. (FERRÃO, 2004). E também, por outro lado, permitem o desvendamento das raízes rurais da região, por justamente focalizar o seu patrimônio histórico-rural, intrinsecamente, relacionado à história regional do tropeirismo.

Durante grande parte do século XIX, a vida econômica dos Campos Gerais esteve baseada na criação e no comércio de muares. A essas atividades acrescentavam-se os aluguéis das pastagens para o descanso e a engorda das tropas, isto é, as invernadas. A invernada propiciou ao fazendeiro uma renda mais fácil de ser alcançada do que através da criação de gado. (SANTOS, 2001, p. 61). Em meados do século XIX, as fazendas de criação de gado, atingem toda a sua potencialidade dentro do sistema econômico-social de um período histórico. (PINHEIRO MACHADO, 1963, p. 7). No recenseamento de 1818 verifica-se que o total de proprietários no Paraná era de 2070, significando um aumento desde o recenseamento de 1772, de 1849 unidades. (RITTER, 1980, p. 205).

Diante da totalidade das construções ainda existentes da época do tropeirismo, pode-se afirmar que nos restam poucos exemplares desse patrimônio histórico-arquitetônico na

região dos Campos Gerais. Em sua maioria, as sedes que foram construídas, principalmente, durante a segunda metade do século XIX, sobrevivem ao tempo, modificadas e adaptadas a novos usos ou em ruínas.

Na região dos Campos Gerais, segundo Lange (2002) e conhecimento desta pesquisadora, podem ser citados cinco sedes de fazendas históricas significativas para a história regional do tropeirismo que não estão devidamente conservadas ou, até mesmo, já foram destruídas pela ação do tempo ou por uma intencionalidade casual de seus proprietários, seja pelas dificuldades encontradas quanto à manutenção da preservação do patrimônio ou por falta de um interesse real. Trata-se da Fazenda dos Carlos (Balsa Nova), Fazenda Siá Maria ou Santa Maria (Papagaios Novos/Palmeira), Fazenda Capão Bonito 1 (Palmeira), Fazenda Cachoeira (Ponta Grossa) e Fazenda Cambiju (Ponta Grossa/Campo Largo).

As fazendas históricas da região, segundo os autores Francisco Lothar Lange (2002) e Jailson Biltran Trindade (1992), que possuem suas sedes conservadas na região dos Campos Gerais estão totalizadas em trinta e quatro exemplares. (Tabela 1).

Tabela 1

Fazendas históricas com sedes preservadas na região dos Campos Gerais do Paraná

Município	Nome da Fazenda
Palmeira	<u>1-</u> Fazenda Padre Inácio <u>2-</u> Fazenda Conceição <u>3-</u> Fazenda Capão Bonito 2 (Benfica) <u>4-</u> Fazenda Alegre (Colônia do Lago) <u>5-</u> Fazenda Santa Cruz do Sutil <u>6-</u> Fazenda Palmeira <u>7-</u> Fazenda Alegre (Colônia do Lago/ Benfica)
Ponta Grossa	<u>8-</u> Fazenda Carazinho (Itaiacoca) <u>9-</u> Fazenda da Lagoa (Guaragi) <u>10-</u> O Casarão (Uvaia) <u>11-</u> Santa Cruz Pitangui (Margem da antiga estrada Ponta Grossa – Periquitos a Tibagi)
Castro	<u>12-</u> Fazenda Boa Vista do Alagado (Abapã) <u>13-</u> Fazenda São Tomé (Castro/Tibagi) <u>14-</u> Fazenda Pedrinhas (Socavão) <u>15-</u> Fazenda da Barra (Socavão) <u>16-</u> Fazenda São João <u>17-</u> Fazenda Capão Alto <u>18-</u> Fazenda Cunhaporanga <u>19-</u> Fazenda Casa Branca (Castro/Tibagi) <u>20-</u> Fazenda Santo André (Castro/Tibagi) <u>21-</u> Fazenda Tabatinga (Castro/Tibagi) <u>22-</u> Fazenda Marumbi (Castro/Tibagi) <u>23-</u> Fazenda São Bento (Castro/Tibagi) <u>24-</u> Fazenda Igreja Velha (Castro/Tibagi)
Carambei	<u>25-</u> Fazenda Carambei
Tibagi	<u>26-</u> Fazenda Santa Cruz Pitangui (Tronco) <u>27-</u> Fazenda Bom Sucesso <u>28-</u> Fazenda Boa Vista <u>29-</u> Fazenda Potreinho <u>30-</u> Fazenda Fortaleza <u>31-</u> Fazenda Taquara <u>32-</u> Fazenda Vorá
Lapa	<u>33-</u> Fazenda Santa Amélia (Assentamento Contestado) <u>34-</u> Fazenda Roseira

Organização: GOMES, Josélia Maria Loyola de Oliveira, 2006.

Fonte: LANGE (2002) e TRINDADE, (1992)

A análise da ressignificação das fazendas históricas da região dos Campos Gerais, com origens no tropeirismo dos séculos XVIII e XIX, estará centrada aqui naquelas onde o uso turístico foi incorporado. Ou seja, naquelas em que houve mudança de referencial, de sentido, de significação histórica e que agora atuam e agregam valores ligados ao turismo seja

rural ou histórico-cultural. Nestas, via de regra, ocorre a manutenção da forma, entretanto, altera-se ou agrega-se esta nova função.

As construções das sedes das fazendas da região dos Campos Gerais apresentam-se com um único pavimento, com exceção da sede da Fazenda Capão Alto, em Castro. Segundo os autores Santos e Zuccherelli (1991, p. 48-49), as edificações rurais na região harmonizavam-se à paisagem, ficavam “de certa maneira cercadas por divisores naturais, quando necessário, para delimitar os perímetros das construções, levantando-se muros de pedra, ou eram abertas valetas, servindo inclusive de proteção ao desconhecido”.

De modo geral, as edificações das sedes de fazendas na região apresentam a característica de que o corpo principal da edificação é formado por um quadrilátero, ao qual estava anexado um outro (área de serviço), dando-lhes um formato em “L”. (SANTOS e ZUCCHERELLI, 1991). Outro detalhe característico nas edificações destas fazendas são os quartos, sem portas e janelas – as alcovas – que tinham como principal função “manter longe as filhas dos olhos dos estranhos”. (1991, p. 49).

Das 34 fazendas históricas que possuem suas sedes conservadas na região dos Campos Gerais, cinco incorporaram atividades turísticas em suas funções: a Fazenda Roseira (turismo rural e cultural), a Fazenda Capão Alto (turismo cultural), a Fazenda Fortaleza (turismo religioso), a Fazenda Boa Vista (turismo rural) e Fazenda Santa Gil (antiga fazenda Morungava – turismo rural/turismo holístico). A resignificação dessas fazendas é analisada a seguir, respectivamente.

Essas cinco fazendas são analisadas a seguir no seu processo de resignificação, dando ênfase às fazendas Roseira e Capão Alto, nas quais aprofundou-se a pesquisa de campo

em virtude de trabalharem mais intensamente o turismo e de representarem um contraponto, uma atuando com o turismo rural e outra com o histórico-cultural.

a) Fazenda Roseira

A Fazenda Roseira localiza-se a 15 km da cidade da Lapa, na região da Lapinha, conhecida historicamente, por ter sido ponto de paragem dos antigos tropeiros. Em 1838, foi lavrada escritura pública de Manoel Ferreira Cardoso e sua Mulher Francisca de França ao comprador Tobias Pinto Rebelo no lugar designado “Bom Retiro” (Fazenda Bom Retiro). Mais tarde, em 1869, Eduardo Alberto Virmond (genro de Tobias) adquiriu e legitimou o imóvel Fazenda Rio da Várzea, que juntamente com a do Bom Retiro passou a integrar a Fazenda Roseira. (BIGARELLA, BLASI, BREPOHL, 1997, p. 154).

Com o falecimento de Tobias Pinto Rabello, Eduardo Alberto Virmond e sua esposa Lourença Virmond tornaram-se herdeiros da referida fazenda. Entre 1890 e 1896 a Fazenda foi vendida a Prisciliano & Cia., de Paranaguá, que pretendia fazer uma fábrica de banha. Com a Revolução de 1894 a firma acabou indo à falência. (BIGARELLA, BLASI, BREPOHL, 1997, p. 154).

Artur Suplicy arrematou em leilão a propriedade entre 1895-1896, e, posteriormente, montou ali uma serraria com locomóvel, para serrar pinheiro e imbuia. “As matas de araucária existentes na época forneceram madeiras para diversas construções na fazenda, bem como para a cobertura das casas”. (BIGARELLA; BLASI; BREPOHL, 1997, p. 154-158).

Historicamente tinha como economia lavouras, gados de corte e colheita de erva mate, caminho e paragem das tropas e seus condutores. Ainda hoje a fazenda é produtiva,



com leiteria (ordenha mecânica com música), lavoura (plantio direto) e gado de corte. Possui uma área de 1.161,60 hectares<sup>27</sup> e continua pertencente à família Suplicy, nas mãos da sétima geração. Também possui 363 hectares de mata araucária nativa preservada e uma pedreira. (SUPLICY, 2006).

A única descrição encontrada bibliograficamente, dos materiais empregados na edificação da sede da fazenda é a de Santos e Zuccherelli (1991, p. 70): as paredes internas e externas são de adobe, com alvenaria de tijolos (nas alterações); os forros e pisos são de tabuado; os pisos nos banheiros são de cerâmicas; a cobertura é de quatro águas, com telha francesa; o beiral é tabuado. A sede da fazenda possuía originalmente uma sala de estar, uma sala de jantar, seis quartos, duas alcovas, uma cozinha anexa e uma despensa. (Figura 5).

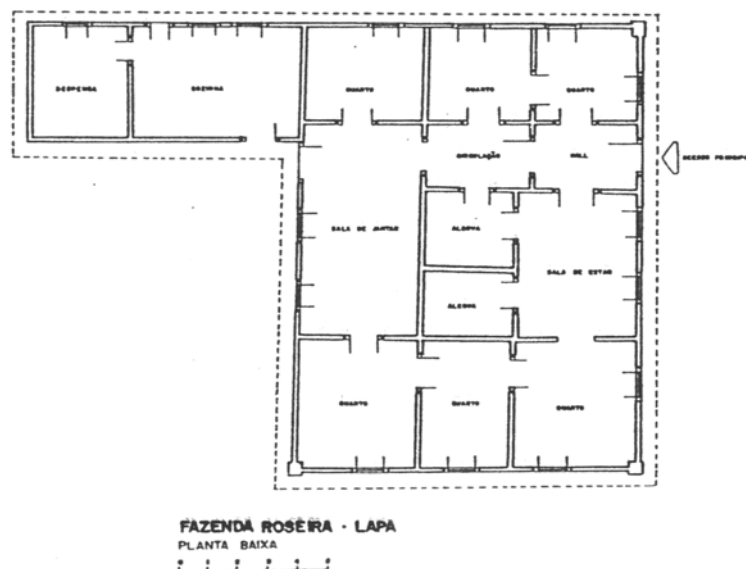


Figura 5 - Planta baixa da Fazenda Roseira - Lapa  
Fonte: SANTOS; ZUCCHERELLI, 1991.

<sup>27</sup> Equivalente a 480 alqueires. O alqueire é equivalente a 2,42 hectares. (SUPLICY, 2007).

A sede apresenta características arquitetônicas originais preservadas, colonial rural portuguesa, tendo sido construída provavelmente por volta de 1838. Possui também peças de mobiliário e decoração preservadas, importadas em sua maioria da Áustria e França, além de fotografias da região e da família. (MARQUES, 2003, p. 29).

A sede da fazenda é pintada de branco, com portas e janelas azuis. O formato em “L” da edificação, tão característico na região dos Campos Gerais, pode ser também observado nesta construção (Figuras 6 e Figura 7).



Figuras 6 - Fachada Frontal - Fazenda Roseira - Lapa  
Fonte: Fotos de Josélia Gomes, julho, 2006.



Figura 7 - Lateral - Fazenda Roseira - Lapa  
Fonte: Fotos de Josélia Gomes, julho, 2006.

A Fazenda Roseira atua com o turismo rural desde 1998, como uma maneira de diversificação das atividades. Além da sede histórica possui uma casa específica para a hospedagem (Figuras 8 e 9), a Estalagem, a qual é uma antiga casa de colonos reformada e adaptada e possui a capacidade para até 25 hóspedes. Para o antigo estábulo foi atribuída nova função, se caracterizando com um espaço para roda de fogo, churrasqueira e sala de jogos. (Figura 10).

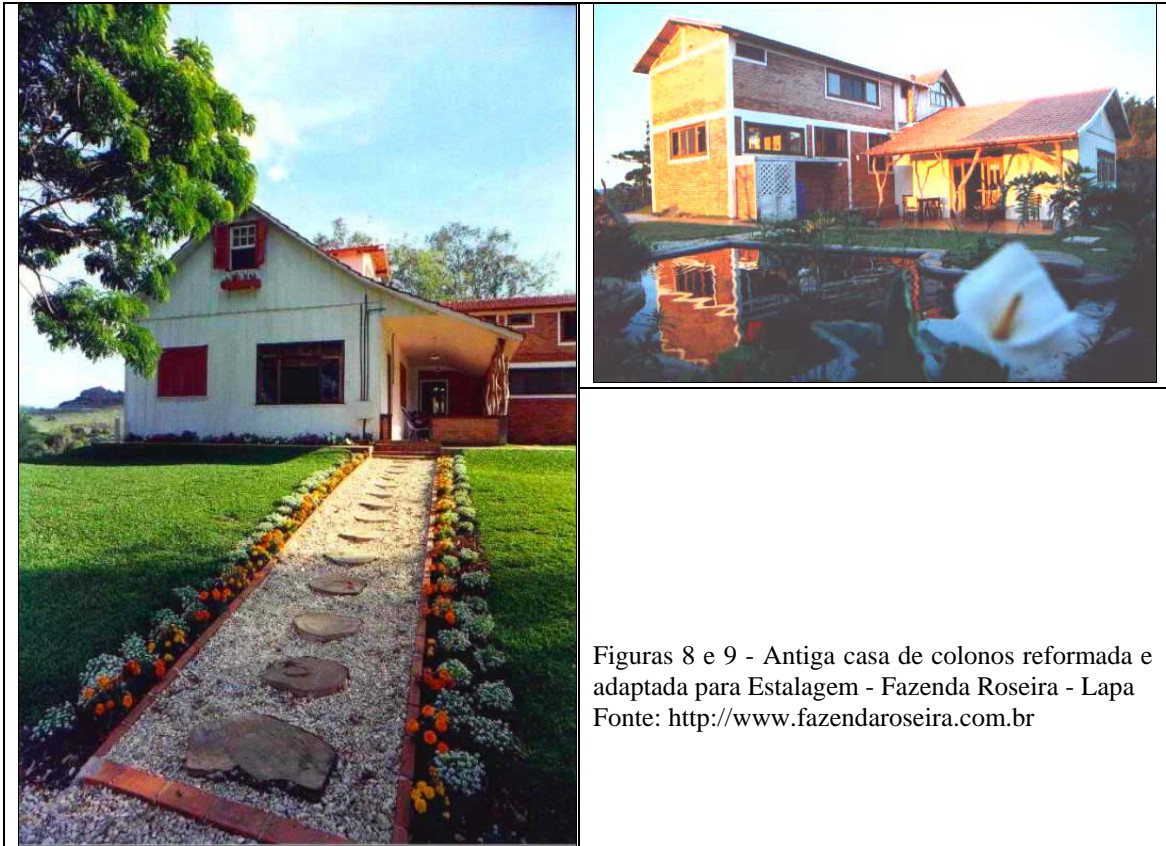


Figura 10 - Antigo estábulo convertido em churrasqueira e sala de jogos - Fazenda Roseira - Lapa  
Fonte: Fotos de Josélia Gomes, julho, 2006.

O nome Roseira, dado à fazenda, foi escolhido porque rosas vermelhas, brancas e cor-de-rosa florescem o ano todo em frente ao casarão. Na sede antiga reside a proprietária da fazenda, Dona Zuleika Suplicy, viúva de Aroldo Suplicy, a qual ainda produz para consumo e venda: doces caseiros, geléias, compotas, macarrão, queijos, temperos e artesanatos. Na sede antiga a cozinha preserva o uso do fogão a lenha. Nela ainda estão mantidas duas alcovas – quarto sem janelas, que ficam no meio da edificação – ‘quarto das donzelas’.

Como atrativo turístico, a fazenda oferece roteiros escolares (Quadro 1) - turismo pedagógico - para as áreas de História, Geografia, Ciências, Língua Portuguesa, Matemática e Zootecnia. É possível também a visita para lazer sem pernoite, permitindo a caminhada por trilhas interpretativas para educação ambiental, observação de animais silvestres, passeios a cavalo (com possibilidade de conhecer um corredor de aproximadamente 9 km por onde passavam as tropas de animais) e oferta do café colonial (café com mistura).

<b>Quadro1 – Roteiro Escolar da Fazenda Roseira</b>
<p><b>9:30 h</b> - Chegada à Lapa (Painel do artista plástico Paranaense "Poty Lazarotto", no trevo da chegada); Visita ao centro Histórico(tombado pelo patrimônio Histórico Nacional), começando pelo teatro São João, Igreja de Santo Antônio, Casa Lacerda ( museu de época.), Panteon dos Heróis e Casa da memória.</p> <p><b>11:30 h</b> - Chegada à Estalagem da Fazenda Roseira, explanação sobre o surgimento da Fazenda Roseira em 1838 no caminho dos tropeiros.</p> <p><b>12:00 h</b> - Almoço com alimentos produzidos na fazenda organicamente, comida caseira, pratos típicos de fazendas de nossa região e dos tropeiros.</p> <p><b>13:30 h</b> - Caminhada até a pedreira que é a mesma formação de Vila Velha, onde será possível desfrutar de uma vista maravilhosa com observação da formação rochosa , seu surgimento e origem. Passeio pela trilha na mata de Araucária. Será possível ainda a visita e banho na cachoeira, água que nasce dentro da Fazenda e não passa por nenhuma lavoura e nem casa de ninguém, forma uma piscina natural com profundidade máxima de 1 metro e meio. Trazer uma muda de roupa e toalha de banho.</p> <p><b>16:00 h</b> - Lanche ( opcional)</p> <p><b>16:00 h</b> - Visita à sala de ordenha, entreposto de vendas, casa sede de 1838, pomar horta, galinheiro etc.</p> <p><b>17:00 h</b> - Retorno</p>
<p>Fonte: <a href="http://www.fazendaroseira.com.br/roteiro_escolar.htm">http://www.fazendaroseira.com.br/roteiro_escolar.htm</a></p>

O café colonial já é uma referência aos hóspedes do “Lar Lapeano de Saúde<sup>28</sup>” - Fazenda Margarida – nas proximidades da Fazenda Roseira, os visitantes são recebidos especialmente por Dona Zuleika, a proprietária. (SUPLICY, 2006); a Fazenda Roseira também possibilita a realização de eventos em suas instalações.

Ao final da visitação ou hospedagem é entregue um cartão postal que apresenta diversas fotos e pequeno histórico da fazenda. A fazenda possui um *site* próprio<sup>29</sup> no qual estão disponibilizadas informações sobre hospedagem, aspectos históricos e atrativos turísticos. A fazenda também está cadastrada no Armazém do Turismo Rural<sup>30</sup>, empresa integrante da Associação Paranaense de Turismo Rural, que funciona como central de reservas para as pousadas cadastradas, proporcionando opção de turismo de evento para empresários e turistas em geral.

Quanto aos aspectos de permanências e mudanças ocorridas na história da fazenda, observa-se que a mesma mantém os padrões para a produção agropecuária, mas agora adaptados às exigências tecnológicas da atualidade. Na hospedaria, estão presentes itens que agregam valores culturais: alimentação típica lapeana, sendo o jantar servido à luz de velas; recepção dada por suas proprietárias (Zuleika e Maristela Suplicy); histórias e lembranças contadas; livro dos visitantes – em que é possível observar as mensagens deixadas por hóspedes e visitantes; roda de fogo ao lado da hospedaria, convidando para uma observação do céu e da lua; caminhadas e cavalgadas por trilhas antigas; roda de chimarrão e conversas

---

<sup>28</sup> Adquirida por Margarida Langer, na década de 1960. Tinha a designação de Invernada e fazia parte da Fazenda Roseira. Atualmente é uma casa especializada em medicina biológica, dietética, emagrecimento, desintoxicação e fisioterapia. O “Lar Lapeano de Saúde” possui dois livros editados: o primeiro aponta aspectos históricos da área rural da região – “Lapinha - a natureza da Lapa”, de João José Bigarella, Oldemar Blasi e Dieter Brepohl, de 1997; o segundo, “Receitas da Lapinha”, de Margareth Novaes Brepohl, de 2002 - contém receitas baseadas na medicina naturalista, de uma dieta à base de cereais integrais, mel, leite e derivados, frutas e verduras frescas.

<sup>29</sup> Disponível em: <http://www.fazendaroseira.com.br>

<sup>30</sup> Disponível em: <http://www.armazemdeturismorural.tur.br>

sobre a história da região; além de toalhas e lençóis branquíssimos. Isto entre tantas outras possibilidades do hóspede ou visitante sentir-se num espaço histórico-cultural e rural, como participante e observador.

Na Fazenda Roseira, até o presente momento, não houve a preocupação de seus proprietários em criar uma estatística do número de visitantes e hóspedes, existindo somente uma agenda para a hospedagem e um livro de visitantes. Nesse livro, não há a obrigatoriedade do hóspede deixar sua mensagem, funcionando este tão somente como um livro de lembranças.

Na interpretação realizada pelo projeto “Rota dos Tropeiros”, no Guia (2005, p. 23), a Fazenda Roseira, infelizmente, somente é apontada como possibilidade de hospedagem rural, citada somente com os contatos de telefone e *site*, não há referência quanto aos seus aspectos de significação histórico-cultural vinculados ao do tropeirismo regional.

#### b) Fazenda Capão Alto

A Fazenda Capão Alto, localizada a 20 km da cidade de Castro, é o único exemplar da arquitetura rural tropeira tombada como patrimônio histórico-cultural no Estado do Paraná. O processo de tombamento deu-se em 1983 (Processo n. 82, Inscrição n. 80, Livro do Tombo Histórico) pela Secretaria de Estado da Cultura e Coordenadoria de Cultura e Patrimônio Histórico do Paraná. (LYRA, 1994, p. 21).

Trata-se de uma requintada sede de fazenda construída pelo Barão do Monte Carmelo, Bonifácio José Baptista, na década de 1870, construída com técnicas e materiais vindos de São Paulo, trouxe luxo e conforto à vida campeira da região dos Campos Gerais.

Cercado por mobiliário caríssimo, Bonifácio Baptista fixou residência na fazenda. (PARANÁ, 1985, p. 15-16).

Localizada em sesmaria concedida pela Coroa Portuguesa à família Taques de Almeida, em 1704, tornou-se mais tarde propriedade da Ordem Carmelita no Brasil. Utilizando-se a mão-de-obra escrava, os frades carmelitas desenvolveram ali a produção de alimentos e a criação de gado, transformando a fazenda num dos primeiros e mais expressivos núcleos de povoamento local, situados sobre o estratégico caminho das tropas. Durante muitos anos, já no século XIX, quando da saída dos carmelitas, a fazenda foi administrada pelos próprios escravos. Passou, depois, pelas mãos de diversas gerações da aristocracia e da alta sociedade castrense, até que, em 1979, foi vendida à Cooperativa Central de Laticínios do Paraná – um dos grupos econômicos que fizeram de Castro a mais importante bacia leiteira do Estado. (PARANÁ, 1985, p. 15-16). (MUSEU DO TROPEIRO, 2001).

O conjunto arquitetônico da Fazenda compõe-se de 12 edifícios distintos, além de cinco outras unidades complementares: casa-sede, casa do capataz, depósito-celeiro e casa de arreios, cocheira, fábrica de queijos, estábulos, celeiros, aviário e depósito. Algumas são de taipa-de-pilão com divisões internas de pau-a-pique ou estuque e delimitam os pátios fronteiro e posterior. (PARANÁ, 1985, p. 37-39). Atualmente, muitas dessas edificações estão em ruínas.

A sede da fazenda apresenta uma escada central semi-circular na varanda da frente, cuja estrutura superior apresenta colunas, com elementos característicos do final do século XIX. Os detalhes do gradil da varanda, segundo indícios não comprovados, teriam sido importados de Portugal, sendo o parapeito de madeira. Possui, além de 2 portas janelas, uma sacada corrida com gradil em ferro fundido, também do final do século XIX, como a varanda



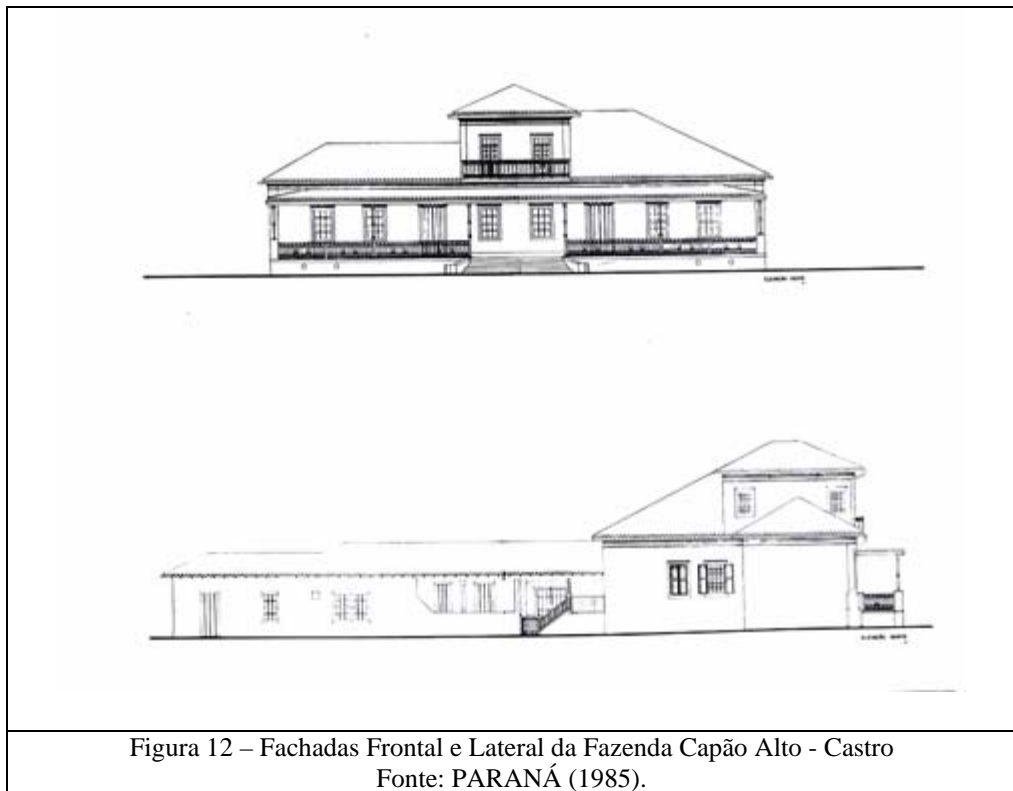
frontal. A cobertura é em quatro águas. O piso da varanda também se destaca com seus ladrilhos hidráulicos decorados em duas cores, com desenhos geométricos em forma de flores. (PARANÁ, 1985, p. 41-42).

Internamente a casa chama a atenção com uma faixa decorativa que se eleva nas paredes da sala da capela até um quarto de sua altura. No altar essa mesma faixa se prolonga até o forro. É uma decoração típica do final do século XIX e início do século XX, realizada com pintura de rolo sobre chapa de papel. (PARANÁ, 1985, p. 43).

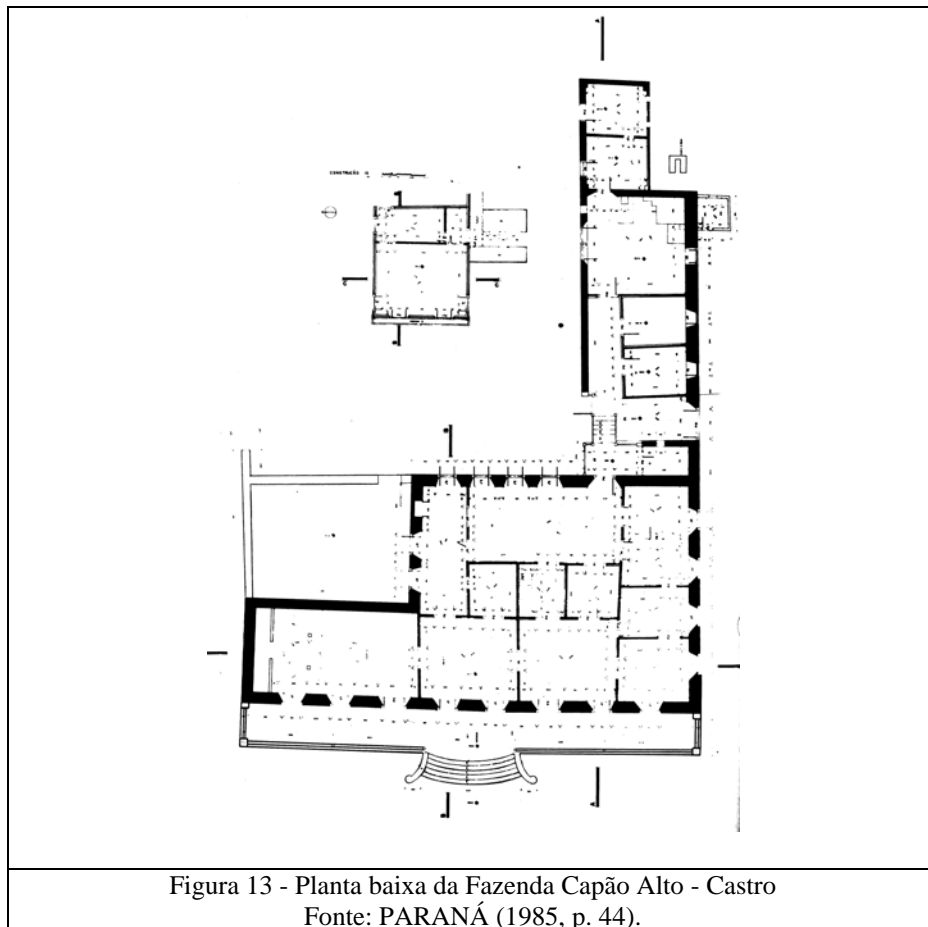
Com relação ao número de pavimentos, a construção da sede da fazenda Capão Alto apresenta-se com dois pavimentos, constituindo-se em uma exceção no Estado do Paraná (Figura 11 e 12). No pavimento superior, a escada termina numa ante-sala que se comunica com um vestiário e um quarto, o qual se abre para a sacada por meio de duas portas-janelas. Deste se projeta um mirante sobre o telhado da varanda (PARANÁ, 1985, p. 40).



Figura 11 – Fachada da Fazenda Capão Alto - Castro  
Fonte: Cartão postal entregue na visitação na Fazenda



O corpo principal da edificação é formado por um quadrilátero, ao qual está anexado um outro (área de serviço), dando-lhes um formato em “L”. Este formato, que apresenta-se na Fazenda Capão Alto, é uma das características das edificações das sedes das fazendas da região dos Campos Gerais. (Figura 13).



O atual proprietário da fazenda é Koob Petter, mas desde 2001, esta passou a ser administrada também pela empresa denominada “Fazenda Capão Alto Empreendimentos Culturais e Turísticos S/A”. Possui uma área total de 43,01 hectares, sendo que 22,71 hectares são de mata nativa, a sede e seu entorno possuem 0,38 hectares, o restante é área arrendada. (CARNEIRO, 2007).

A Fazenda Capão Alto constitui-se em um referencial patrimonial do tropeirismo. Como atrativo turístico tem-se a visita cultural do casario antigo e seu entorno. Ela também tem sido utilizada como cenário para filmagens cinematográficas de produções nacional e regional, embora não preserve nenhum mobiliário de época.

A visitação à fazenda é guiada pelo único funcionário contratado, João Klemovus, o qual apresenta aos visitantes os principais pontos históricos da fazenda, faz acompanhamento pela sede histórica e também providencia a exibição de filmes e documentários realizados na fazenda: “Luz e Som: concessão de sesmarias nos Campos Gerais<sup>31</sup>” e “Tropeiro: @lma Sem Fronteira”. Ali também está disponibilizado um pequeno acervo bibliográfico referente à fazenda, para consulta no local. Ao final da visitação é entregue um cartão postal (Figura 11) que contém fotos e um breve histórico da fazenda no seu verso.

Quando há comemorações relativas à história do tropeirismo na região dos Campos Gerais, a Fazenda Capão Alto e seu entorno constitui-se em lugar ideal para a encenação e realização de acampamentos, tropeadas, dada a importância de seu patrimônio histórico-cultural e paisagístico. Inclusive nas proximidades da sede da fazenda observa-se uma réplica de um antigo rancho tropeiro, com cobertura de folhas de capim, ou sapé, utilizado como cenário para as encenações de descanso de antigos tropeiros. (Figura 14).



Figura 14: Rancho de tropeiro - Fazenda Capão Alto  
Fonte: Foto de Josélia Gomes, novembro, 2005.

---

<sup>31</sup> Nessa encenação houve a participação de pessoas da sociedade local e regional, composta de aproximadamente 60 figurantes.

Segundo Sabrina Carneiro (2007), responsável pelo agendamento da visitação, o retorno econômico das visitas é simbólico, não cobre as despesas mínimas para sua manutenção e necessária restauração. Para o proprietário, a preservação deste patrimônio histórico-cultural é seu *hobbie* predileto, visto ser também proprietário de outras fazendas produtivas na região. O principal uso da Fazenda Capão Alto é o didático-pedagógico-cultural, o qual vem se intensificando nos últimos anos, não havendo a agregação de atividades agropecuárias. A Fazenda Capão Alto mantém um livro de registro de visitantes. (Tabelas 2 e 3).

Tabela 2  
Origem dos visitantes da Fazenda Capão Alto de 2000 a 2005

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Total	Média/ano
<b>Castro</b>	874	1133	473	700	1121	784	<b>5.085</b>	<b>848</b>
<b>Ponta Grossa</b>	336	1365	310	348	741	823	<b>3.923</b>	<b>654</b>
<b>Curitiba</b>	161	120	130	159	215	423	<b>1.208</b>	<b>201</b>
<b>Paraná</b>	505	443	221	334	246	582	<b>2.331</b>	<b>389</b>
<b>Outros Estados</b>	262	276	181	232	216	307	<b>1.474</b>	<b>246</b>
<b>Holanda</b>	582	117	39	30	66	212	<b>1.046</b>	<b>174</b>
<b>Outros Países</b>	59	13	17	20	62	102	<b>273</b>	<b>46</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.779</b>	<b>3.467</b>	<b>1.371</b>	<b>1.823</b>	<b>2.667</b>	<b>3.233</b>	<b>15.340</b>	<b>2.557</b>

Fonte: Livro de visitas da Fazenda Capão Alto  
Empreendimentos Culturais e Turísticos S/A

Tabela 3  
Origem dos estudantes visitantes da Fazenda Capão Alto de 2000 a 2006

Por localidade	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006 Janeiro a Maio	Total geral
Arapoti	--	--	45	--	--	--	--	45
Blumenau	--	--	--	--	27	--	--	27
Campo Largo	77	--	--	--	--	--	--	77
Carambei	120	88	--	81	36	22	23	370
Castro	620	457	189	532	834	464	80	3176
Castrolanda	--	60	--	81	119	72	--	332
Colombo	--	--	--	--	38	--	--	38
Curitiba	--	--	--	28	42	79	44	193
Curitiba/PUC	--	--	--	--	41	--	--	41
Florianópolis	--	--	--	--	--	100	--	100
Guarapuava	--	--	--	--	--	40	--	40
Imbaú	--	30	--	--	--	--	--	30
Imbituva	70	101	--	24	--	--	--	195
Ipiranga	43	--	--	--	80	36	--	159
Lapa	--	--	--	--	--	--	15	15
Londrina	--	46	--	--	--	--	--	46
Mandaguari	--	30	--	--	--	--	--	30
Palmas	30	--	--	--	--	--	--	30
Piraí do Sul	--	100	--	--	--	--	--	100
Ponta Grossa	95	1137	374	546	599	611	105	3467
Ponta Grossa/UEPG	6	--	18	--	98	71	16	209
Prudentópolis	--	--	--	--	--	57	--	57
Reserva	--	--	--	50	30	31	--	111
Rio Claro/Unesp	13	--	--	22	--	38	--	73
Ribeirão do Pinhal	--	--	--	--	--	20	--	20
Rio de Janeiro/UFF	--	11	--	--	--	--	--	11
Santana Itararé	--	--	15	--	--	--	--	15
Santo Antonio da Platina	--	--	--	--	--	33	--	33
Telêmaco Borba	--	30	--	38	65	--	--	133
Wenceslau Braz	--	--	--	--	16	--	--	16
<b>Total por ano</b>	1074	2.090	641	1.402	2.025	1.674	283	9189
<b>Média mensal</b>	89	174	57	117	923	536	--	--

Fonte: Livro de visitas da Fazenda Capão Alto  
Empreendimentos Culturais e Turísticos S/A

Cerca de 33,1% dos visitantes do período em análise (Tabela 2) são oriundos do próprio município de Castro, 25,6% de Ponta Grossa, 7,9 % de Curitiba, 15,2% de outras localidades do estado do Paraná, 9,6 de outros estados brasileiros e 8,6% de outros países, sobretudo da Holanda. A alta incidência de holandeses deve-se ao fato de a Fazenda Capão Alto localizar-se nas circunvizinhanças da sede de Castrolanda, antiga colônia de origem holandesa, o que atrai parentes e amigos deste país.

Dos estudantes visitantes da Fazenda Capão Alto (Tabela 3) no período de 2000 a maio/2006, a grande maioria vem da própria região ou de regiões circunvizinhas: 37,7% são de Ponta Grossa, 34,6% de Castro, 4,0% de Carambei, 3,6% de Castrolanda, 2,1% de Curitiba. Também há visitas de estudantes de São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, porém, em menores proporções. Dentre os estudantes universitários visitantes a representatividade maior é a da Universidade Estadual de Ponta Grossa, com 2,27%; seguidos de 0,79% de Rio Claro/SP, da Universidade Estadual de São Paulo e 1,09% de Florianópolis/SC.

O processo de tombamento do conjunto arquitetônico da Fazenda Capão Alto pela Secretaria de Estado da Cultura teve como consequência a orientação de um projeto de restauração das edificações que previa seu aproveitamento como pousada, com capacidade para 40 hóspedes, sem prejuízo da constituição original ou de seu valor como patrimônio cultural e artístico, o qual previa “amplas áreas de lazer (churrasqueiras, piscinas, playground, sala de jogos, charretes e cavalos de passeio) e diversas áreas de estar”. (PARANÁ, 1985, p. 16, 50). Este projeto<sup>32</sup> nunca foi implantado.

---

<sup>32</sup> Para maiores detalhes sugere-se pesquisa referente a esse projeto, aberto a quem possa interessar, na Coordenadoria do Patrimônio Cultural, Secretaria de Estado da Cultura, em Curitiba.

No interior da sede da Fazenda é possível observar uma maquete, com a proposta de aproveitamento da fazenda como hospedaria, apresentada pela proprietária Cooperativa Central de Laticínios, na década de 1980, no período do tombamento da fazenda. Tal projeto não previa todas as orientações sugeridas na época pela Secretaria de Estado da Cultura, embora também tenha sido aprovado. (CARNEIRO, 2007). Hoje, essa readequação não teria validade dada as condições em que se encontra a sede e seu entorno, já que a prioridade deve estar centrada na restauração e na conservação.

A fazenda foi a responsável pelo povoamento ao seu redor e na região de Castro; teve implantado em terras Carmelitas um quilombo e no início do século XX transformou-se em um animado centro social que recebia, com luxo e fartura, a aristocracia de São Paulo para festas temporadas de verão a convite da família Baptista Madureira. Mais recentemente, durante anos seguidos manteve-se desativada e em abandono. Atualmente constitui-se em uma empresa cultural. Observa-se, portanto, mudanças permanentes na Fazenda, a sua sede e algumas outras edificações, entretanto, permanecem, embora necessitando de restauração, sobretudo por ter agregado o valor de bem cultural tombado pelo Patrimônio Histórico Cultural do Estado.

Na interpretação realizada pelo projeto “Rota dos Tropeiros”, no Guia (2005, p.17), a Fazenda Capão Alto é a única das fazendas da região dos Campos Gerais situada como patrimônio histórico-cultural rural, aparecendo na categoria “história e cultura”. No Guia da Rota tem-se um breve histórico da fazenda e a indicação do horário de visitação e contato telef nico.



c) Fazenda Boa Vista

A Fazenda Boa Vista está localizada na rodovia PR 340 km 32 (Tibagi/Castro), a 10 km da sede do Parque Estadual do Guartelá, em Tibagi. As figueiras centenárias das cercarias da casa já tiveram suas raízes perturbadas por caçadores de tesouros e há vários “causos” sobre acontecimentos na história da fazenda. (LANGE, 2002, p. 2-30 e 3-30). Suas terras faziam parte da sesmaria de Bartolomeu Paes de Abreu, Antonio Pinto Guedes e José de Góes e Moraes, requerida em 06/02/1725. A sede histórica da fazenda apresenta-se em excelente estado de conservação, tendo sido pouco alterada ao longo dos anos. Esta teria sido construída, provavelmente, em 1810<sup>33</sup>. (LANGE, 2002, p. 2-30 e 3-30). A fazenda também recebeu a denominação de Fazenda Laranjeiras. (MUSEU DO TROPEIRO, 2001). (Figura 15).



Figura 15: Fachada da Fazenda Boa Vista - Tibagi  
Fonte: Museu do Tropeiro, 2001.

---

<sup>33</sup> Segundo alguns relatos a casa teria sido construída em 1786, contudo, poderia ter existido outra construção no local, atribuída a padres carmelitas. (SANTOS; ZUCCHERELLI, 1991).

Segundo Jailson Biltran Trindade (1992, p. 80-81), a sua parte frontal tem muita semelhança com a das casas rurais de velhas cidades paulistas, construída entre meados do século XVII e meados do século XVIII. As terras da fazenda serviam de internada de gado, situando-se no trajeto das tropas que se dirigiam a Ponta Grossa e Curitiba. (SANTOS; ZUCCHERELLI, 1991).

A sede está situada na área da antiga fazenda denominada São Bento, uma das cinco fazendas deixadas pelo Capitão-mor José de Góes e Moraes, falecido em 1763. Até o início do século XIX, no trajeto entre a Vila de Castro e o bairro de Tibagi, onde está situada a Boa Vista, havia outras duas grandes fazendas - a de São João e a de São Bento, ambas também herança de Góes e Moraes. (SANTOS; ZUCCHERELLI, 1991).

A casa possuía originalmente uma sala de estar, uma sala de jantar, cinco quartos, duas alcovas, cozinha anexa, quarto/cozinha externa do capataz, capela e depósito. Também pode ser observado nessa edificação o formato em “L”. (Figura 16).

Na descrição dos materiais empregados na edificação da sede da fazenda, segundo Santos e Zuccherelli (1991, p. 81), observa-se as seguintes características: as paredes internas e externas eram de estuque; o forro de tabuado; os pisos de tabuado e com cimento alisado e tijolos no anexo; piso de terra batida no cômodo frontal; calçada de pedra circundando a sede; cobertura de quatro águas, com telha capa e canal; beiral de tabuado. Existe um poço no pátio dos fundos, com cobertura com telha francesa; varanda frontal incrustada no corpo da casa, sem forro; cômodos em ambos os lados da varanda, com acessos independentes; janela em um destes cômodos apresentando paus roliços, na vertical; cabides afixados nas paredes de

cômodos da casa. Na parte frontal da sede existe um muro de pedra, com 1,50 metros de altura.

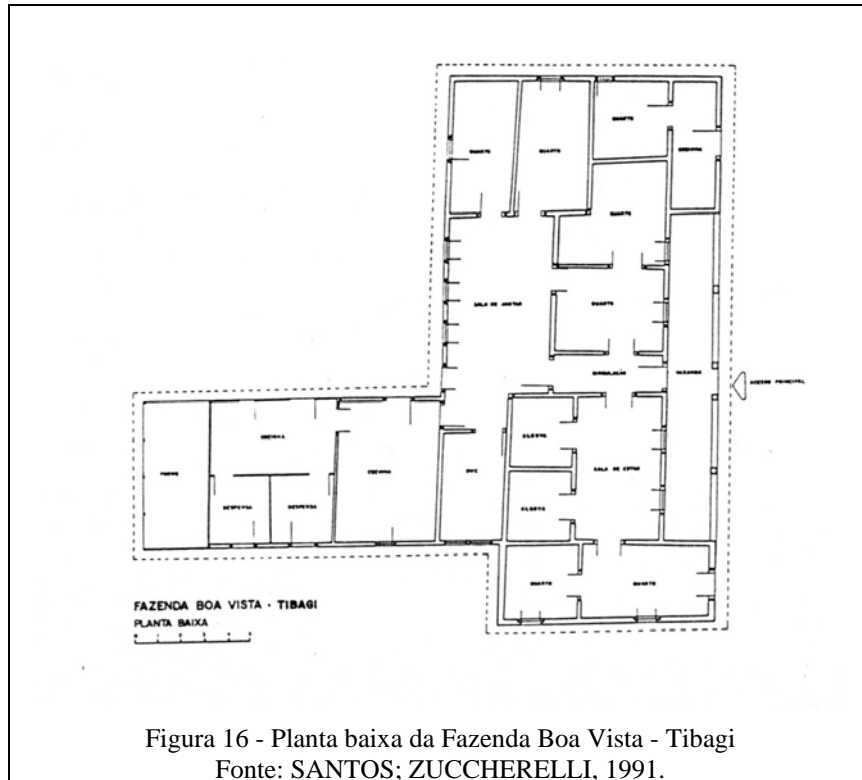


Figura 16 - Planta baixa da Fazenda Boa Vista - Tibagi  
Fonte: SANTOS; ZUCCHERELLI, 1991.

Atualmente, a Fazenda Boa Vista possui uma área de 968 hectares, ou ainda, o equivalente a 400 alqueires. Desenvolve atividades agro-pecuárias, criação de gado, plantio de soja, milho e trigo. Atua com o turismo rural desde 2000, sob agendamento prévio. Oferece a opção de participação nas atividades rurais, caminhadas por trilhas, passeios a pé e a cavalo, visitas a cachoeiras e uma vista a 1,5 km da fazenda do paredão do Canyon Guartelá<sup>34</sup>. A fazenda tem a capacidade para hospedar até 21 pessoas, na sede histórica. (MACHADO,

<sup>34</sup> O Canyon do Guartelá, em Tibagi, tem uma extensão de 32 km, que se estende do Parque Estadual a outras áreas particulares.

2007). No site<sup>35</sup> da fazenda estão disponíveis informações, sobre a localização, acomodações, contatos telefônicos e fotos da fazenda.

Os proprietários da fazenda não tiveram até o momento a preocupação de registrar o número de hóspedes. Não há também nenhum livro de registro de mensagens deixadas por hóspedes.

Na interpretação realizada pelo projeto “Rota dos Tropeiros”, no Guia (2005, p. 41), a Fazenda Boa Vista somente está contemplada como indicativo de hospedagem rural, citando sua localização e contato telefônico, não há a preocupação em revelar sua significação histórico-cultural.

#### d) Fazenda Fortaleza

A Fazenda Fortaleza está localizada à margem da rodovia BR 153 (Transbrasiliana), no trecho entre Tibagi e Ventania.

José Felix da Silva Passos, em 20 de maio de 1788, obteve de Frei José Raymundo Chichorro da Gama Lobo, Governador Interino da Capitania de São Paulo, as terras da Sesmaria. Em 20 de setembro de 1796, José Félix adquiriu as terras compreendidas "na paragem chamada o Campo dos bugres, desde a barra chamada Fisqueira, seguindo pelo rio Alegre acima até a barra do ribeirão denominado Bromado, correndo o sertão até intestar com a sesmaria do capitão Manoel Antonio de Araújo (Fazendinha)". (FERNANDES, 1974, p. 17-21).

Quando José Félix estabeleceu-se na fazenda, esta ficava na região dos índios caingangues, exposta aos seus freqüentes ataques. Todavia, José Felix não deixava sem

---

<sup>35</sup> Disponível em: <http://www.fazendaboavistaguartela.kit.net>

respostas os ataques, indo aos toldos indígenas trazendo arcos, flechas e outros utensílios caingangues e aprisionando os índios que não se evadiam a tempo. (LEÃO, 1926, p. 666). Posteriormente, em 1810, José Félix contribuiu com uma tropa para a expedição de Guarapuava e, em 1812, organizou à sua custa uma companhia de aventureiros e entrou nos Campos do Tibagi, com a finalidade de expulsar os índios. (PINHEIRO MACHADO, 1968, p. 35).

Apesar da continuidade das expedições obrigando os índios a recuarem sertão adentro para que pudessem plantar, fazendeiros como José Félix da Silva (Fazenda Fortaleza), Antonio Fogaça (Fazenda Montenegro) e Francisco Xavier da Silva (Fazenda Caxambu) mantinham sempre negros de sua confiança armados de guarda para defesa de possíveis investidas de índios, enquanto outros trabalhavam. (PINTO, 1992, p. 74).

O nome da fazenda nada tem a ver com a posição de sentinela avançada no sertão primitivo e nem com o posto ocupado pelo seu proprietário. O nome da fazenda tem sua origem na denominação de um rio das Fortalezas, assim chamado e conhecido de longa data, muito antes do nascimento de José Félix, falecido aos 62 anos de idade, no ano da Independência do Brasil, em 1822. No livro das Sesmarias, volume II, página 207, há uma concessão feita no ano 1725 a Francisco Rodrigues Penteado e Mateus de Mattos de uma gleba de campos entre o rio das Fortalezas e o ribeirão do Vorá – hoje, fazenda do Vorá – terras essas próximas à sesmaria da Fortaleza. O rio das Fortalezas tem seu nome ligado ao aspecto que oferece ao observador, possibilitando atalaias e esconderijos, fortaleza natural na eventualidade de um combate com os índios. (BORBA, 1969).

As terras de José Felix incluíam, além da Fortaleza, as fazendas Fazedinhas, Taquara, e outras, com uma área de aproximadamente 30.000 alqueires, o equivalente a

72.600 hectares. (LANGE, 2002, p. 8-33). A Fazenda Fortaleza compreendia aproximadamente 4.000 alqueires e foi onde ele construiu a sede de suas propriedades, rodeada por duas muralhas de taipa. (FERNANDES, 1974, p. 17-21).

José Felix casou-se em 1781, com a jovem Onistarda, logo após o casamento houve desconfiança de José Félix sobre a virgindade de sua esposa e daí por diante começa o drama da Fazenda Fortaleza. José Felix acusou-a como mandante de um atentado que o aleijou para o resto da vida; teve os dedos da mão esquerda decepados, cortados três da direita, e tornou-se coxo de uma perna. Onistarda foi julgada, condenada e a pedido do marido, perdoada (1808), mas ficou mantida em cárcere na Fazenda Fortaleza. (FERNANDES, 1974, p. 17-21). José Felix teve uma filha, Anna Luiza, que foi mãe de Manoel Ignácio do Canto e Silva, sogro de Bonifácio Baptista, o Barão de Monte Carmelo (Fazenda Capão Alto). (LANGE, 2002, p. 8-33).

Parte da história da Fazenda Fortaleza está registrada nos livros de Saint-Hilaire e Bigg-Wither, nas pinturas de Theodor de Bona<sup>36</sup> e no romance de Davi Carneiro<sup>37</sup>. Saint-Hilaire ficou na Fazenda Fortaleza quatro dias, em 1820, e em seu livro retrata as conversas com José Félix, a hospitalidade, as impressões do aspecto e situação da fazenda e, também do seu proprietário.

Já o engenheiro e viajante Bigg-Whiter (1974, p. 367-368), em 1875, descreve a sede da fazenda:

Enquanto os escravos punham na espaçosa varanda a comida na mesa, de sólida estrutura e que, pelo seu aspecto, podia ter sido uma relíquia dos antigos tempos baroniais da Inglaterra [...] devo descrever sucintamente a

---

<sup>36</sup> A fazenda está retratada nos bicos de pena de Theodor de Bona. Foram comprados nos anos de 1990, em um leilão, por Márcio Mattos, na época proprietário da fazenda, e doados, posteriormente, ao Museu de Tibagi.

<sup>37</sup> “O drama da fazenda Fortaleza”, de Davi Carneiro, de 1941. E com base nessa obra, foi produzido um documentário com o mesmo título, de produção da cineasta paranaense Berenice Mendes, em 1988, sobre a história de amor e ódio entre José Felix e Onistarda, o relacionamento conturbado relatado no romance.

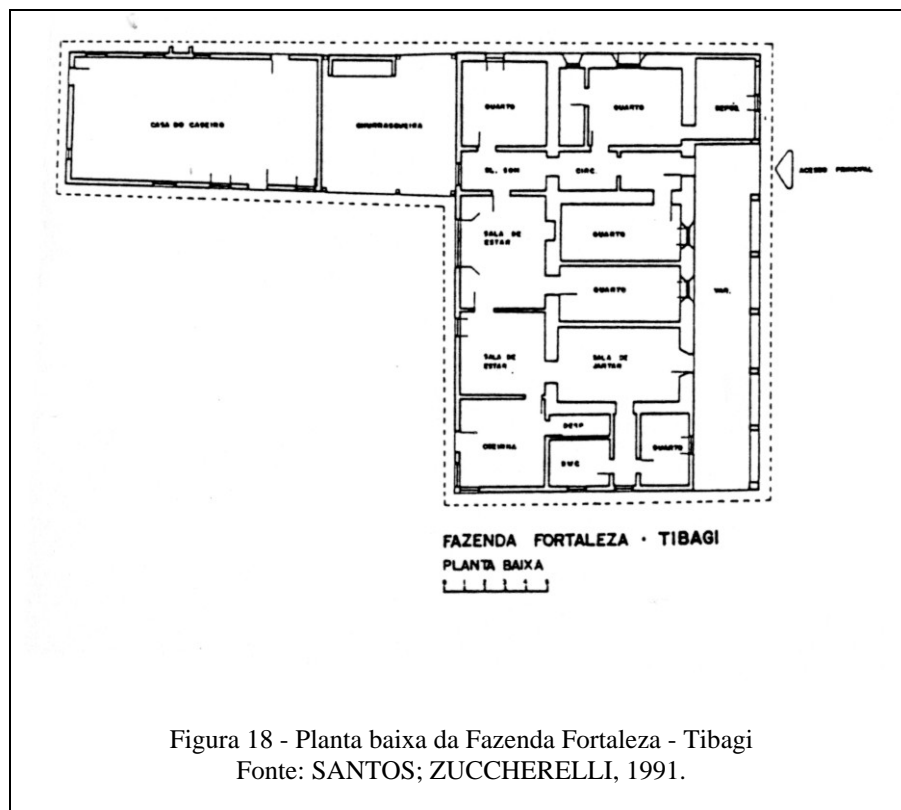
fazenda Fortaleza como era então [...] Víamos um terreno quadrado grande, confinado dos dois lados em parte por casas baixas caiadas de branco - os alojamentos dos escravos, e, noutra parte, por muros sólidos, cobertos de telhas e caiados. O terceiro lado, em toda a sua extensão de umas 80 ou 90 jardas, era ocupado por um muro de taipa, de uma altura mais ou menos de 8 pés. Do lado oposto das casas baixas, havia uma série de postes, com as arestas arredondadas e devastadas. Eram os troncos de açoitamento, que nos antigos tempos haviam testemunhado cenas de gelar o sangue [...] A casa era um edifício grande e maciço, de madeira e taipa, e coberto de enorme telhado de empena, de pequena altura e com a habitual e pesada telha de beiral, comum a todo Brasil.

Quanto aos aspectos de permanências e mudanças ocorridas na história da fazenda, observa-se que a mesma mantém os padrões para a produção agro-pecuária, mas, agora, esta se adaptada às exigências tecnológicas. Possui atualmente uma área de 571,12 hectares, o equivalente a 236 alqueires. Grande parte da área está arrendada para o plantio de soja e trigo. No entanto, seus atuais proprietários mantêm uma criação de carneiros. (MATTOS, 2007). A sede da fazenda se mantém conservada, embora as características originais tenham sido modificadas ao longo dos anos. (Figura 17).



Figura 17 - Fazenda Fortaleza - Tibagi  
Fonte: Museu do Tropeiro, 2001.

A descrição dos materiais empregados na edificação da sede da fazenda, segundo Santos e Zuccherelli (1991, p. 91-92), atende às seguintes características: paredes internas e externas de alvenaria de pedra, nas alterações alvenaria de tijolo; forros de madeira, tipo paulista; pisos – calçada de pedra circundando a sede; cobertura de quatro águas, com telha francesa; beiral tabuado. Ao redor da casa, existiam construções de madeira para o uso dos escravos, serviços e para a hospedagem de viajantes. Apenas os parentes eram recebidos no interior da sede. O formato em “L” da edificação é também observável nessa sede de fazenda. (Figura 18).





Na sede da fazenda se mantém conservada a Capela dedicada ao Senhor Bom Jesus da Cana Verde, cuja imagem possui 1,81 m de altura. (Figuras 19 e 20). Essa capela, segundo sua atual proprietária, Maria Silvia Mattos, é uma construção de 1948, a qual substituiu uma anterior existente de madeira, que pegou fogo em função da quantidade de velas que eram acessas durante a romaria em devoção ao Santo Bom Jesus da Cana Verde. A construção foi realizada por seu avô Argemiro Camargo Ribas, na época um dos proprietários da fazenda. (MATTOS, 2007).



Figura 19: Capela Bom Jesus da Cana Verde na Fazenda Fortaleza

Foto: Alberto Verhagen Junior

Fonte: Site [http://www.tibagi.pr.gov.br/turismo/faz\\_fortaleza.htm](http://www.tibagi.pr.gov.br/turismo/faz_fortaleza.htm)



Figura 20: Imagem do Senhor Bom Jesus da Cana Verde na Capela da Fazenda Fortaleza  
*Fonte: GARBIN, Lucian. In: O Estado de São Paulo. Edição especial Brasil 150. Acesso em jan/2005.*  
*Disponível em: <http://txt.estado.com.br/edicao/especial/brasil/brasil150.html>*

Os proprietários da fazenda não tiveram até o momento a preocupação de registrar o número de visitantes. Não há também nenhum livro de registro de mensagens deixadas por visitantes à capela.

Na interpretação realizada pelo projeto “Rota dos Tropeiros”, no Guia (2005, p. 42), a Fazenda Fortaleza é referenciada somente no aspecto da religiosidade, na categoria “fé e misticismo”, à devoção ao Santo Bom Jesus da Cana Verde, na visitação à capela. Entretanto, não indica a localização nem contato telefônico, remetendo ao histórico da fazenda somente no sentido de mencionar que a mesma foi fundada no século XVIII e está envolta em mistérios e lendas. Não menciona também que está aberta à visitação, diariamente.

e) Fazenda Morungava

A fazenda Morungava está situada na antiga estrada entre Curitiba e São Paulo, no atual município de Sengés, atualmente recebe o nome de Fazenda Santa Gil. Localizada na divisa entre Paraná e São Paulo, situada entre os rios Itararé e Jaguaricatu, nas proximidades da famosa barreira de Itararé, descrita por Debret<sup>38</sup>.

Pertenceu ao Brigadeiro Raphael Tobias de Aguiar, esposo da Marqueza de Santos. Está localizada em uma área que corresponde a uma das mais antigas sesmarias, concedida por Carta Régia em 21 de janeiro de 1721. “Morungava é palavra abanheen que significa assemblea ou grande reunião de guerreiros, localizada no morro de mesmo nome da fazenda”. (LEÃO, 1926. p. 1373).

Na relação de 1772, a Fazenda Morungava pertencia ao Sargento-mor Antônio Francisco de Andrade, morador na Parnaíba. Entre os anos de 1783 a 1788, os herdeiros de Antônio Francisco de Andrade venderam a fazenda para o alferes José Novais Dias. (LOPES, 2002, p. 12-13).

O último proprietário a usar mão-de-obra escrava foi o Cel. Jordão do Canto e Silva, falecido em 1918, que a recebera de herança de seu bisavô, capitão-mor José Felix da Silva. (FAZENDA SANTA GIL). Esse foi também proprietário das Fazendas Monte Alegre e Fortaleza, entre outras.

Decorridos anos de sua propriedade, Cel. Jordão do Canto e Silva vendeu-a a uma grande empresa madeireira norte-americana. A área do imóvel na época estava estimada em 37.000 alqueires, ou seja, 89.540 hectares. Posteriormente, na vigência do "Estado Novo"

---

<sup>38</sup> Anteriormente citada na Figura 3, página 64.

(1937-1945), não sabendo ao certo a data específica, a propriedade foi incorporada ao patrimônio da União, sendo nomeado como interventor Manoel Ribas, responsável por todo o acervo da firma americana e da própria fazenda, pertencente à União. Os jardins da fazenda e a sede se constituíram em abrigo para o Exército paulista na Revolução de 1.930 (Batalha de Itararé) e, posteriormente, em 1932, para as tropas gaúchas, na Revolução Constitucionalista. (Figura 21). (FAZENDA SANTA GIL). A sede da fazenda teve que ser praticamente reconstruída, em função dos bombardeios e ataques sofridos na década de 1930, reconstruída, na década de 1940, sob os alicerces da antiga. (SILVA, 2007).



Figura 21 - Fazenda Morungava na década de 1930  
Trincheira montada no jardim da fazenda  
Fonte: <http://www.fazendasantagil.com>

Posteriormente, Moisés Lupion, Governador do Estado do Paraná, na década de 1950, adquiriu a fazenda e a transformou numa agro-indústria, com pecuária e fábrica de tijolos, telhas, serraria, aumentando consideravelmente sua área, a qual atingiu aproximadamente 52.000 alqueires. (FAZENDA SANTA GIL).

Desde 1984, pertence à família de Reinaldo Rodrigues da Silva, atualmente residentes em Araraquara/SP. A área da fazenda atualmente possui aproximadamente 110,33

alqueires, ou ainda, o equivalente a 267 hectares, abrangendo área de parceria agrícola para o plantio de soja. A atuação da fazenda, no momento, está voltada à hospedagem, possui gado e plantação para o consumo de seus caseiros e hóspedes.

O mundo campeiro, a lida com o gado, a atividade de castração de touros são aspectos descritos no livro do viajante francês Saint'Hilaire, quando de sua passagem pela Fazenda Morungava, em 1820. As atividades de rodeio e de castração de touros são descritas sob o aspecto de divertimento e como uma das atividades mais esperadas do ano pelos moradores da fazenda e habitantes circunvizinhos, mostrando a dimensão social e cultural de espetáculo. (SAINT-HILAIRE, 1978, p.19-23, 36).

Quanto aos aspectos da arquitetura da antiga fazenda Morungava, nas fontes utilizadas por essa pesquisa nada foi encontrado. Possui a sede da fazenda, embora a edificação tenha sido reconstruída, possui uma Capela e uma cerca de taipa (muro de pedra). (Figuras 22 e 23).



Figura 22: Capela e Muro de pedra da Fazenda Morungava - Sengés  
Fonte: <http://www.fazendasantagil.com>



Figura 23 - Fazenda Morungava, reconstruída na década de 1940 - atual Fazenda Santa Gil - Sengés  
Fonte: <http://www.fazendasantagil.com>

No *site*<sup>39</sup> da Fazenda, o turismo é apresentado com características que agregam valores culturais rural, alimentação caseira, histórias e causos da região, banhos de cachoeira e piscina natural, passeios a cavalo ou a pé por trilhas e bosques, recepção realizada pelos proprietários da fazenda, vivência nas atividades da fazenda, como tropeadas entre invernadas, vacinação, marcação e supervisão do gado. Também sugere o turismo holístico, direcionado a grupos específicos, interessados em trabalhar corpo, mente e alma, oferecendo terapias como banhos aromáticos, alimentação natural, cromoterapia, massagens corporal indiana, entre outras opções.

A fazenda atua com o turismo desde 1997 e possui acomodações para 28 pessoas, áreas de lazer como churrasqueira, quadras de esportes para vôlei e futebol, sala de banhos, escritório, galpão para o manejo de gado. (SILVA, 2007). Também possui a Sala de Atividades da Fazenda, outrora moinho de trigo movido por roda d'água e tulha para armazenar a safra de grãos, tem capacidade para eventos, reuniões, cursos, palestras e

---

<sup>39</sup> Disponível em: <http://www.fazendasantagil.com>

workshops, além das atividades da fazenda. Possui também cinco trilhas que variam de 400 metros a 3.000 metros com nível de esforço variado, estas se encontram em uma das maiores áreas de reflorestamento do mundo. (FAZENDA SANTA GIL).

Na fazenda há um livro para o registro de hóspedes. Mas ainda não há um livro de registro de lembranças deixadas pelos visitantes ou hóspedes.

Na interpretação realizada pelo projeto “Rota dos Tropeiros”, no Guia (2005, p. 38), a Fazenda Santa Gil está situada tão somente como espaço para hospedagem rural, mencionando contato telefônico e o site da fazenda, não apontando aspectos de sua significação histórico-cultural.

## **2- A Ressignificação em roteiros turísticos**

No caminho das tropas no Paraná, no sentido sul/norte, na região dos Campos Gerais são mencionadas as seguintes cidades, atualmente sedes de municípios que se formaram no período do tropeirismo: Rio Negro<sup>40</sup> (1870), Campo do Tenente<sup>41</sup>, Lapa, Porto Amazonas, Palmeira, Ponta Grossa, Castro, Pirai do Sul, Jaguariaíva e Sengés.

Essas dez cidades nasceram em consequência da economia tropeira e, juntamente com as do litoral, constituem o grupo de núcleos populacionais mais antigos do Estado do Paraná. Dada a importância histórica, elas servem como suporte para a memória dos paranaenses, pois são referenciais da ocupação de seu território a partir do século XVIII.

---

<sup>40</sup> O núcleo de colonização iniciou-se ao redor do registro fiscal, na região conhecida por “Serra da Mata” ou “Mata do Sertão”. (FERREIRA, 2006, p. 268).

<sup>41</sup> O nome Campo do Tenente é termo de origem cartográfica, constando em mapas cartográficos de grande importância histórica”. (FERREIRA, 2006, p. 70).

Posteriormente, outras cidades também passaram a ser vistas como referenciais da história do tropeirismo: Campo Largo, Balsa Nova, Carambeí, Tibagi, Telêmaco Borba e Arapoti. No projeto “Rota dos Tropeiros”, aqui analisado, todas essas dezesseis cidades estão inclusas.

Pequenas freguesias e vilas, nos séculos XVIII e XIX, tiveram seu desenvolvimento inicial dependente das fazendas e do movimento das tropas. Nasceram da necessidade comum de estabelecer pontos onde os tropeiros pudessem se abrigar e comercializar alguns produtos no final de cada etapa de viagem. O uso constante desses pontos transformou esses locais em pousos e esses pousos em pequenos vilarejos onde se fixaram um razoável número de pessoas, formando mais tarde, pequenas cidades. A primeira foi Castro (Pouso do Iapó), depois a Lapa (Vila do Príncipe), Palmeira (Freguesia Nova), Piraí (Furnas), Tibagi e no século XIX, Ponta Grossa, Jaguariaíva e Guarapuava.

A Província do Paraná, em 1872, possuía quinze cidades, cinco na Comarca da Capital (Curitiba, Campos Largo, Votuverava, Arraial Queimado, São José dos Pinhães), quatro na de Paranaguá (Paranaguá, Guaratuba, Morretes e Antonina), duas na de Castro (Castro e Pitangui), uma em Guarapuava (o mesmo nome) e três na da Lapa (Príncipe, Rio Negro e Palmeira). (OLIVEIRA LISBOA, 1872, p. 6).

Cabe lembrar que a partir de 1875 começa a reduzir o número de muars entrados na Feira de Sorocaba, provocando declínio cada vez maior no comércio de bovinos e muars. Conseqüentemente há uma alteração fundiária, as famílias passam a morar cada vez mais nas cidades. (SANTOS, 2001, p. 61-65). Ou seja, nas últimas décadas do século XIX a situação era diferente daquela que presidira o desenvolvimento da criação de gado nas fazendas do Paraná e caracterizava-se uma crise que se manifestava pela deterioração dos negócios de invernagem, ocasionando a desintegração do sistema e a decadência da classe.



O fim dos negócios de tropeirismo e de invernagem é marcado, desta forma, pelo aparecimento das estradas de ferro na zona do café paulista. Concomitantemente a esse fator concorreram outros: completa ocupação das áreas de campo, impedindo a colocação no sistema, das novas gerações, fato que se correlaciona à emigração dos grupos familiares fazendeiros para as cidades e a procura de novos meios de vida. (PINHEIRO MACHADO, 1968, p. 43).

As cidades surgidas na região os Campos Gerais, no caminho das tropas em função do tropeirismo, mantêm características arquitetônicas próprias daquele período, sendo Castro, Palmeira e Lapa as que mais se destacam. Em projetos culturais do Governo do Estado como, por exemplo, o do “Caminho das Tropas”, desenvolvimento nas décadas de 1980 e 1990, estavam somente contempladas as dez primeiras cidades como referenciais da história do tropeirismo. No atual projeto “Rota dos Tropeiros” participam dezesseis cidades, como já mencionado.

Buscando-se uma rota turística tematizada sobre o tropeirismo, ressignificando-a culturalmente - com base nos recursos históricos, culturais, arquitetônicos e paisagísticos paranaenses - foi oficialmente lançado pelo Governo do Estado em maio de 2003, na Fazenda Capão Alto<sup>42</sup> em Castro, o projeto “Rota dos Tropeiros”, com recursos do Prodetur/Sul<sup>43</sup>. Na

---

<sup>42</sup> Nesse lançamento na Fazenda Capão Alto foi encenado o espetáculo *Luz e Som: concessão de sesmarias nos Campos Gerais*. Esse espetáculo foi exibido várias vezes em 2003 e 2004, em comemoração ao tricentenário da ocupação oficial portuguesa nos Campos Gerais – comemorado, especificamente, em março de 2004. O proprietário da fazenda Capão Alto tinha como projeto transformar este espetáculo em uma produção efetiva, com realização uma vez ao mês, com venda de um pacote turístico histórico-cultural as agências de turismo da região, entretanto, até o momento isto não se efetivou.

<sup>43</sup> Prodetur/Sul (Programa de Desenvolvimento do Turismo na região Sul e Mato Grosso do Sul) - programa desenvolvido pelos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul que visa contribuir para o desenvolvimento sustentável da Região Sul, ampliando as oportunidades de trabalho, geração de renda e divisas, incrementando a renda turística regional pela consolidação, ampliação e melhoria da qualidade dos produtos e serviços ofertados. Como meta pretende-se criar corredores de turismo com os Estados

sua elaboração, o projeto contou com a parceria de cinco entidades representativas do turismo estadual: Sebrae/Pr (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas); AMCG<sup>44</sup> (Associação dos Municípios dos Campos Gerais); EcoParaná<sup>45</sup>; Paraná Turismo<sup>46</sup> e Fórum para o Turismo Sustentável no Paraná. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 29 de março de 2003; GAZETA DO POVO, 31 de maio de 2003; DIÁRIO DA MANHÃ, 27 de maio de 2003).

Os temas propostos pela “Rota dos Tropeiros” no Paraná estão apresentados em quatro categorias: “história e cultura”; “natureza e aventura”; “fé e misticismo”; “saúde e bem-estar”. A categoria “história e cultura” se propõe a apresentar roteiros históricos e culturais: visitas a casarios e museus; fazendas antigas; gastronomia típica regional e roteiros das etnias. A categoria “natureza e aventura” apresenta o patrimônio natural com suas cachoeiras, trilhas, pedreiras, o turismo de aventura como rapel, *rafting*, *trekking*, canoagem, entre outros esportes radicais. A categoria “fé e misticismo” é um roteiro para a paz interior, misticismo, religiosidade, igrejas e capelas. A categoria “saúde e bem” aparece como uma opção para valorizar os recantos, estâncias, acampamentos, parques municipais, medicina naturalista, tratamentos estéticos, etc.

A “Rota dos Tropeiros” no Paraná se propõe a explorar o turismo cultural, rural, de lazer e esportes, agregando à história do tropeirismo, as cavalgadas e as belezas naturais das

---

componentes e os países limítrofes, Argentina, Uruguai e Paraguai e com a Bolívia e o Chile, países ligados ao Mercosul. (SILVEIRA, 2002, p. 198).

<sup>44</sup> AMCG é órgão de representação municipal e microrregional, sendo constituído sob a forma de sociedade civil, sem fins lucrativos.

<sup>45</sup> EcoParaná - Serviço Social Autônomo - foi criado, em 1998, para ajudar a desenvolver o amplo potencial turístico do Paraná tendo em vista a consolidação de uma atividade econômica consistente, sob o enfoque da sustentabilidade. A EcoParaná é uma empresa privada que tem como missão planejar, promover e gerenciar projetos e ações relacionadas ao turismo no Estado, com ênfase no turismo em áreas naturais, como instrumento para proteção do meio ambiente e desenvolvimento econômico do Estado. (ECOPARANÁ, 2006).

<sup>46</sup> Atualmente a ParanáTurismo encontra-se vinculada à Secretaria de Estado do Turismo (Setu).

regiões. A rota é um destino turístico que integra municípios da região dos Campos Gerais. (Figura 24).



Figura 24 - Abrangência do Projeto Rota dos Tropeiros na região dos Campos Gerais do Paraná  
Fonte: Guia Rota dos Tropeiros-Paraná, 2004.

No ano de 2003 foram treinados 630 profissionais através de cursos de capacitação para a atuação no turismo rural. Os treinamentos foram conduzidos por instrutores do Sebrae e Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural). (DIÁRIO DOS CAMPOS, 18 de dezembro de 2003). No ano de 2004, a “Rota dos Tropeiros” incluiu um programa de qualificação do produto turístico, capacitação profissional, valorização cultural e marketing turístico.

No final de 2004 e início de 2005, a Secretaria de Turismo (Setu) através de uma parceria com a Brasil Telecom<sup>47</sup>, lançou um cartão telefônico temático com detalhes da idéia do destino turístico da “Rota dos Tropeiros”, colocando à venda 95 mil cartões no Estado do Paraná. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 6 a 9 de fevereiro de 2005).

Em 2005, a região sul do Brasil reuniu esforços num projeto maior, também designado “Rota dos Tropeiros”, buscando unir os três Estados do Sul do país - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul - mais São Paulo<sup>48</sup> em torno de um eixo turístico. Este partiria da região de Viamão (RS) até Sorocaba (SP) para apontar como linha-mestre os atrativos relacionados ao tropeirismo, embora outros temas também sejam trabalhados. Ainda nesse mesmo ano, as Secretarias de Turismo dos Estados do Sul do país e de São Paulo criaram o “Instituto Caminho das Tropas”<sup>49</sup> para a busca de recursos junto ao Mtur (Ministério do

---

<sup>47</sup> Desde 1998, a Brasil Telecom presta serviços de telefonia fixa local no Distrito Federal e nos estados do Acre, Rondônia, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

<sup>48</sup> No Vale do Paraíba, em São Paulo, a tropeada envolverá os municípios de Aparecida, Cunha, Jacaré, Jambeiro, Paraibuna, Santo Antonio do Pinhal, São José dos Campos, Silveiras e Taubaté.

<sup>49</sup> O Instituto se propôs a organizar uma "tropeada" anualmente. A idéia é partir de Viamão e reunir tropeiros dos quatro Estados participantes pelo caminho, até chegar a Sorocaba, como faziam os antigos comerciantes. Depois, o grupo retomará o rumo para São Paulo, para participar de uma festa temática, de quatro dias - um para cada Estado - no Parque da Água Branca (zona oeste). Serão passeios a cavalo, organizados por agências de turismo, que percorrerão os municípios por onde passavam as antigas tropas para comercialização em Sorocaba. Além dessa grande tropeada, cada Estado terá a sua rota dos tropeiros, programas que permitem o percurso em parte do traçado. Também o Instituto prevê a realização de uma exposição itinerante que conte a história dos tropeiros, o lançamento de um livro de receitas do caminho, um Guia Turístico do Roteiro das Tropas, o diário

Turismo)<sup>50</sup> e iniciativa privada. Para os representantes dos quatros Estados integrantes, o Instituto será uma maneira de garantir a permanência do produto turístico que estão criando, independentemente da vontade de qualquer governo futuro. A iniciativa conta com o apoio dos representantes do Sebrae dos quatros Estados e da direção nacional. A “Rota dos Tropeiros” para os quatro Estados integrantes foi comparada a outros roteiros internacionais, como *La Ruta Maya* – que abrange México, Belize, Guatemala e Honduras - e o *Caminho de Santiago*, que tem a participação da Espanha e da França. (FOLHA DO SUL, 15 de fevereiro de 2005).

A “Rota dos Tropeiros” no Paraná possui uma marca de identidade visual, um logotipo, que busca trabalhar o foco de interpretação. Essa marca deverá aparecer no portal de entrada das dezesseis cidades integrantes e também nos empreendimentos identificados pelo Projeto. Trata-se de um tropeiro montado, circundado pela indicação “Rota dos Tropeiros”. (Figura 25).



Figura 25 - Logotipo da Rota dos Tropeiros  
Fonte: <http://www.rotadostropeiros.net>

---

da tropeada e um livro didático, além de treinar professores da rede pública para passar aos estudantes a importância dessa fase da História para os municípios envolvidos.

<sup>50</sup> Em 2002, a história do turismo nacional foi marcada pela criação de um Ministério exclusivo de Turismo – consequência de uma antiga reivindicação do setor – que até o momento não existia especificamente, composto pela seguinte estrutura político-administrativa: Secretaria de Políticas de Turismo, Secretaria de Programas de Desenvolvimento do Turismo, Embratur (Empresa Brasileira de Turismo) e Conselho Nacional de Turismo. (BRASIL, 2003b).

Em setembro de 2006, o projeto “Rota dos Tropeiros” e seus parceiros realizaram uma oficina de sinalização e de marcos turísticos com o objetivo de capacitar engenheiros, arquitetos e técnicos das Prefeituras Municipais atuantes nas áreas de planejamento, obras e turismo, para torná-los aptos a especificar serviços, contratar e acompanhar projetos de sinalização turística que visem o desenvolvimento turístico local. (ROTA DOS TROPEIROS, 2006).

Outro importante instrumento de divulgação da “Rota dos Tropeiros” é o Guia da Rota (2005), em sua quarta edição, traduzindo-se como importante estratégia para impulsionar a vinda de turistas para a região. Nesse Guia estão identificadas as quatro categorias de turismo propostas, apontando as potencialidades culturais e turísticas dos municípios integrantes. Cada município tem uma pequena apresentação do seu contexto histórico, além de esclarecimentos sobre *como chegar*, onde obter *informações* (posto de atendimento aos turistas), *onde ficar* (hotelaria, hospedagem) e *onde comer* (restaurantes, lanchonetes, pizzarias, churrasqueiras). O Guia é distribuído gratuitamente em feiras e eventos de turismo rural, bem como em agências de turismo e prefeituras municipais.

As quatro categorias temáticas da Rota - “história e cultura”, “natureza e aventura”, “fé e misticismo”, “saúde e bem-estar” – estão identificadas com ícones neste Guia. Os ícones também indicam locais para alimentação; áreas de banho, de esportes e de pesca; áreas naturais e de preservação; locais para compra de artesanato, locais para a prática de caminhadas, canoagem e cavalgadas; existência de churrasqueiras, sanitários, estacionamentos e mirantes, etc. (Figura 26).

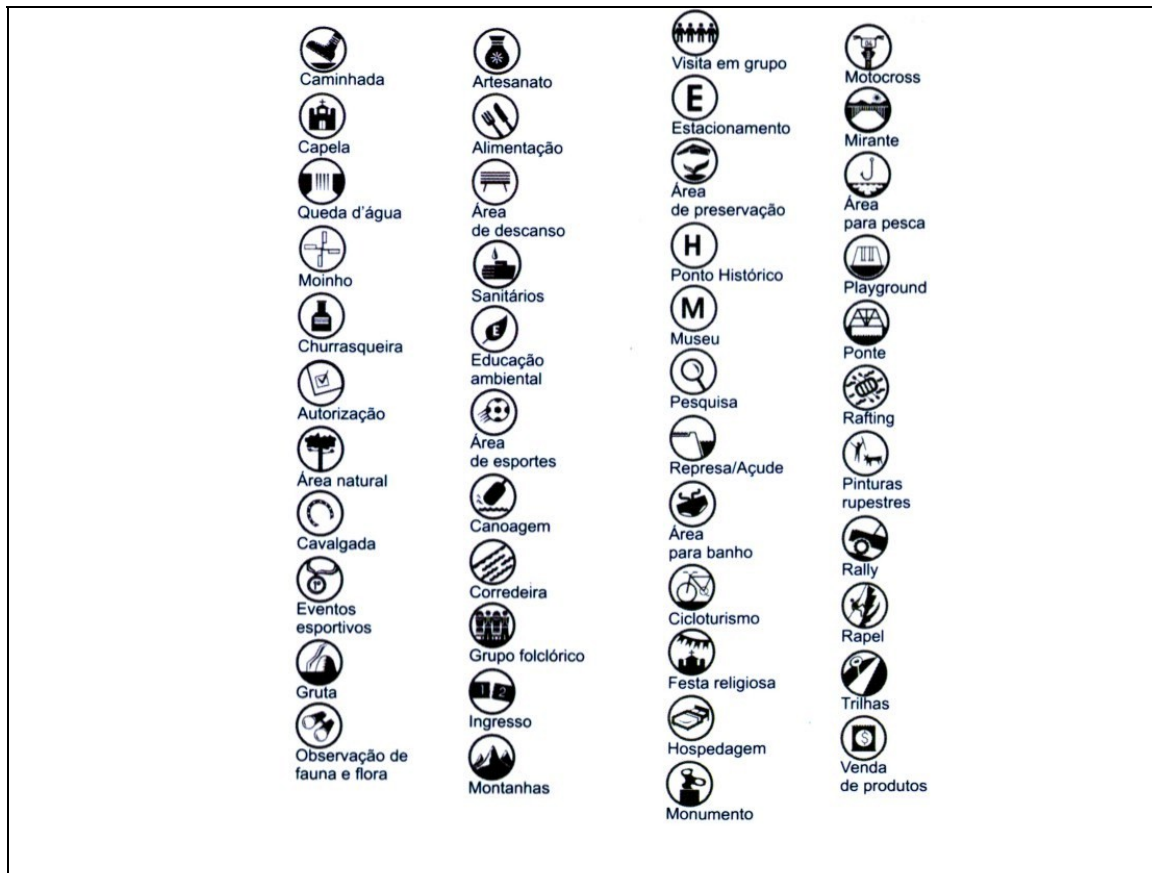


Figura 26 - Ícones de qualificação utilizados no projeto Rota dos Tropeiros na região dos Campos Gerais do Paraná  
 Fonte: Guia Rota dos Tropeiros-Paraná, 2005.

Embora a “Rota dos Tropeiros” preconize destinos culturais e turísticos por caminhos rurais que passam por fazendas históricas, o Guia somente aponta - dentro da categoria “história e cultura” - a Fazenda Capão Alto, em Castro. Na categoria “fé e misticismo” aparece ainda referência à Capela de Bom Jesus da Cana Verde na Fazenda Fortaleza, em Tibagi. E no critério “onde ficar” (hospedagem) são citadas as fazendas: Cainã (Balsa Nova), Estalagem Fazenda Roseira (Lapa), Monte Alegre/Hotel Ikape (Telêmaco Borba), Pousada do Canyon Guartelá (Castro), Aldeia dos Pioneiros/Fazenda Ponte Alta (Tibagi), Pousada Fazenda Guartelá (Tibagi) e Fazenda Santa Gil (Sengés).

Segundo Murta e Goodey (2002, p. 19-23) no desenho e montagem proposto para um “plano interpretativo” de um determinado roteiro, o mapa emotivo deve definir de forma eficaz para os usuários (no caso os turistas) “o que queremos que saibam, que sintam e que façam”. Sob esse aspecto, concluiu-se que o Guia da “Rota dos Tropeiros”, deve ter um aperfeiçoamento na interpretação de suas potencialidades culturais e turísticas referentes às fazendas históricas da região dos Campos Gerais. As fazendas históricas poderiam estar identificadas na categoria “história e cultura” e receberem a sinalização de um ícone específico (FH = Fazendas Históricas), assim como há outros bens culturais apontados H, de Ponto Histórico e M, de Museu. Conjuntamente, ao receberem o ícone de FH de Fazendas Históricas, estas poderiam receber outros ícones como, por exemplo, hospedagem, cavalgada, capela, ponto histórico, autorização, festa religiosa, trilhas, área de preservação, entre outros possíveis, para facilitar a identificação desse importante referencial do patrimônio histórico-cultural da região.

De modo geral, dentre as fazendas que atuam com o turismo nos Campos Gerais, as que já estão sendo trabalhadas pela “Rota dos Tropeiros” são: 1) Estalagem Fazenda Roseira<sup>51</sup> (Lapa); 2) Cainã<sup>52</sup> (Balsa Nova); 3) Capão Alto<sup>53</sup> (Castro); 4) Pousada do Canyon Guartelá<sup>54</sup> (Castro); 5) Aldeia dos Pioneiros/Fazenda Ponte Alta<sup>55</sup> (Tibagi); 6) Pousada Fazenda Guartelá<sup>56</sup> (Tibagi); 7) Boa Vista<sup>57</sup> (Tibagi), 8) Fortaleza<sup>58</sup> (Tibagi), 9) Fazenda Monte

---

<sup>51</sup> Disponível em: <http://www.fazendaroseira.com.br/>

<sup>52</sup> Disponível em: <http://www.pousadacaina.com.br/>

<sup>53</sup> Disponível em: <http://www.castrotur.com.br/capaoalto/index.html>

<sup>54</sup> Disponível em: <http://www.pousadadocanyonguartela.com.br/>

<sup>55</sup> Disponível em: <http://www.itaytyba.com.br/aldeia.htm>

<sup>56</sup> Disponível em: <http://www.pousadafazendaguartela.com.br/>

<sup>57</sup> Disponível em: <http://www.fazendaboavistaguartela.kit.net>

<sup>58</sup> Disponível em: [http://www.tibagi.pr.gov.br/turismo/faz\\_fortaleza.htm](http://www.tibagi.pr.gov.br/turismo/faz_fortaleza.htm)



Alegre/Hotel Ikape<sup>59</sup> (Telêmaco Borba); e 10) Fazenda Santa Gil<sup>60</sup>-antiga fazenda Morungava (Sengés).

Após pesquisas na internet, observou-se que as fazendas possuem seus *sites* específicos, os quais já poderiam estar divulgados no próprio Guia da “Rota dos Tropeiros”. Isso nem sempre ocorre, faltando inclusive, muitas vezes, a localização ou o telefone de contato. Algumas das fazendas têm no Guia apenas o seu nome citado, sem nenhuma outra informação, deixando o leitor/turista sem as informações necessárias, caso não conheça a região devidamente, tendo que buscar essas informações por outros meios.

A “Rota dos Tropeiros”<sup>61</sup> também possui um site específico para divulgação. Em seus *links* estão disponibilizados: *história* do tropeirismo, *boletim informativo*, *curiosidades*, *galeria de fotos*, *notícias*, *projeto* e *municípios*. Em relação aos *links* não houve a preocupação de seguir os mesmo parâmetros adotados no Guia da “Rota dos Tropeiros” da versão impressa, sendo seu conteúdo apresentado de maneira bem mais geral. Também não estão mencionadas sugestões de *onde ficar* (hotelaria e hospedagem) e *onde comer* (restaurantes, lanchonetes, pizzarias e churrascarias). Há a intenção de contratualização para depois divulgar aspectos referentes aos serviços de hospedagem e alimentação no site da Rota.

No Guia da “Rota dos Tropeiros”, caso houvesse uma interpretação mais centrada na questão de caminhos rurais que passam por fazendas históricas, poderiam também, de modo sumário, identificar as essas fazendas num roteiro específico de destino rural histórico - a exemplo do que já acontece em outras regiões brasileiras. Ao final do próprio Guia, na sua contracapa, adverte-se que cada usuário poderá montar seu próprio roteiro dentre os atrativos

---

<sup>59</sup> Disponível em: <http://www.hotelikape.com.br>

<sup>60</sup> Disponível em: <http://www.fazendasantagil.com>

<sup>61</sup> Disponível em: <http://www.rotadostropeiros.net>

enfocados nos temas propostos pela “Rota dos Tropeiros”, entretanto, somente são apontados os municípios. Esse espaço poderia apresentar roteiros propriamente ditos.

Outro detalhe de relevância é quanto ao aspecto de validação das informações contidas nesse Guia. No próprio texto do Guia adverte-se que as informações contidas são de responsabilidade das Prefeituras Municipais. Acredita-se que com a validação das informações haveria melhor interpretação, contendo, principalmente, informações atualizadas.

Com relação a este aspecto, sabe-se que a Setu e o Sebrae/Pr iniciaram em novembro de 2006, a validação dos dados contidos no guia, com visitas técnicas aos empreendimentos, patrimônios naturais e histórico-culturais referenciados no Guia, sem uma previsão específica para seu término. (BEZERRA, 2006).

Um exemplo deste tipo de falha no Guia é o da Fazenda Santa Gil. Esta atua com o turismo holístico e de bem-estar, entretanto, em nenhum momento o Guia “Rota dos Tropeiros” faz referência a isso, seja na indicação do empreendimento, seja na indicação do município na contracapa do Guia, onde aparecem sugestões sumárias por temática. Ela só é mencionada no critério de hospedagem do município de Sengés.

Vale ressaltar que dessas dez fazendas apontadas para a identificação de um futuro roteiro das fazendas dos Campos Gerais, somente as fazendas Roseira (Lapa), Capão Alto (Castro), Boa Vista (Tibagi), Fortaleza (Tibagi) e Santa Gil (Sengés) possuem suas sedes históricas, relativas ao patrimônio histórico-cultural do tropeirismo, em bom estado de conservação. (Figura 27). Mas, deve-se referenciar que na região dos Campos Gerais há outras fazendas, como já visto anteriormente neste capítulo, que mantém preservado seu patrimônio histórico-cultural tangível e mesmo edificado, embora não atuem com turismo ou visitação com agendamento prévio.

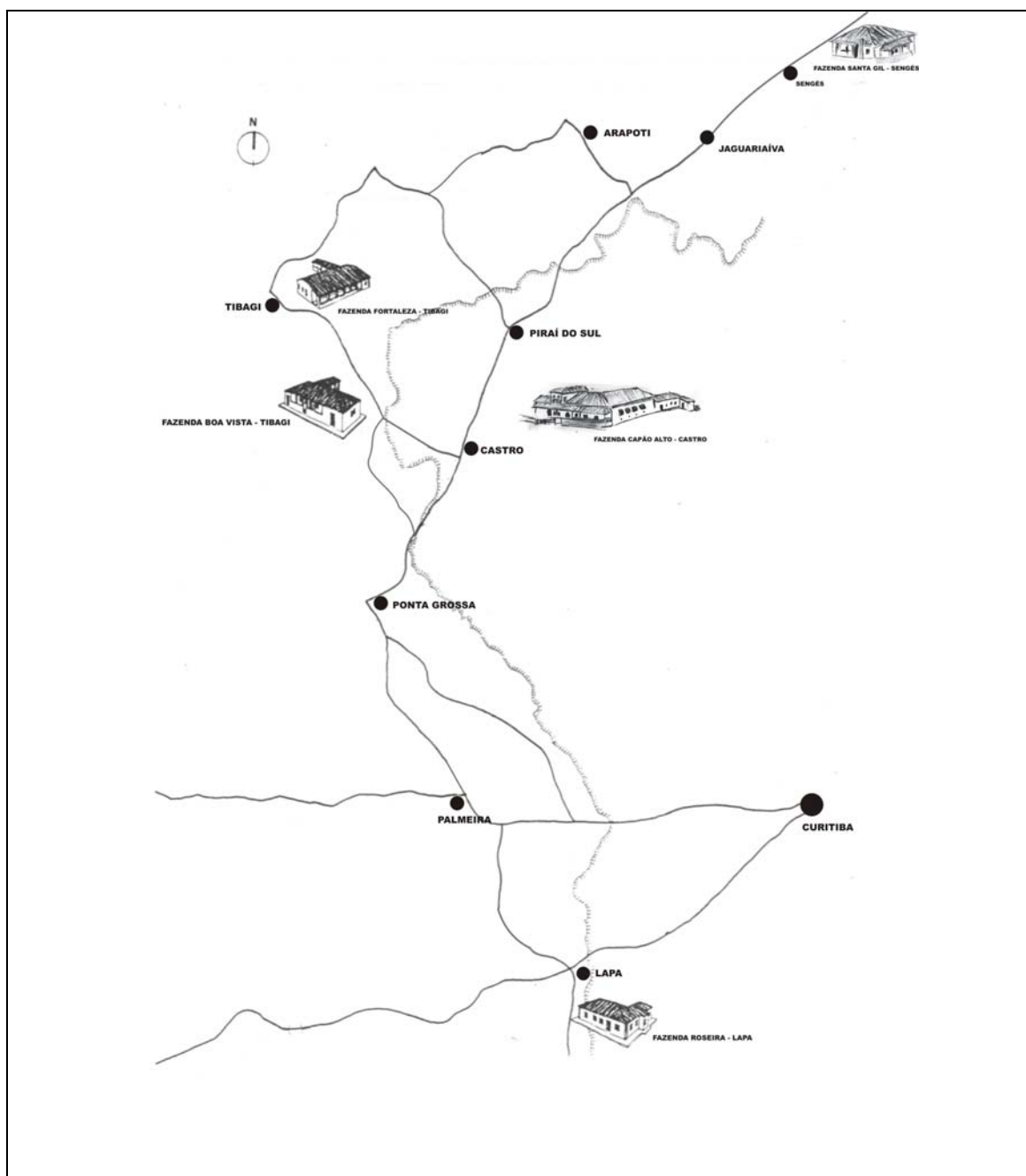


Figura 27 – Mapa de localização das fazendas históricas da região dos Campos Gerais  
Organização e Adaptação: GOMES, Josélia M.Loyola de Oliveira; GOMES, Gabriela de Oliveira, 2007  
Fonte: SANTOS; ZUCCHERELLI, 1991

Outro aspecto relevante sobre a significação cultural dessas fazendas pode ser observado no Mapa Político Rodoviário<sup>62</sup> do Estado do Paraná, de 2004, do Departamento de Estradas de Rodagem, o qual faz referencia à localização de três importantes fazendas históricas paranaense: Fortaleza (Tibagi), Capão Alto (Castro) e a Morungava, atual Fazenda Santa Gil (Sengés).

Ainda pode ser destacado que quatro dentre essas dez fazendas apontadas na “Rota dos Tropeiros” tem seus proprietários morando no local: Pousada do Canyon Guartelá (Castro); Estalagem Fazenda Roseira (Lapa); Pousada Cainã (Balsa Nova) e Pousada Fazenda Guartelá (Tibagi). (PORTAL DE HOSPEDAGEM, 2006).

No Paraná, entre outubro e dezembro de 2006, as cinco instituições parceiras do projeto “Rota dos Tropeiros”, alguns representantes de empreendimentos e as prefeituras envolvidas no projeto reuniram-se por iniciativa do Sebrae/Pr, que também se constitui em uma das instituições parceiras, para a articulação e institucionalização da Instância de Governança<sup>63</sup> para este roteiro turístico no Paraná. Essa iniciativa assenta-se numa proposta generalizada da rota, envolvendo todos os segmentos dos empreendimentos turísticos, sem necessariamente apontar para um associativismo envolvendo uma rota específica de suas fazendas. Essa proposta de institucionalização da Instância de Governança visa o

---

<sup>62</sup> Indica-se consulta desse mapa, com visualização de 400 a 800% de zoom, disponível em: [http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/infra\\_estrutura/parana\\_politico\\_rodoviario.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/infra_estrutura/parana_politico_rodoviario.pdf)

<sup>63</sup> Em reunião realizada no Sebrae/Pr, em Curitiba, no dia 04 de outubro de 2006, na qual tive a oportunidade participar como convidada de Aldo César Carvalho, representante responsável pela Rota dos Tropeiros no Sebrae/Pr, foram apontadas juridicamente as diferentes formas para a formação da Instância de Governança. A proposta aceita pelos participantes – em sua maioria representantes dos órgãos públicos sendo apenas dois empreendedores - foi o formato de Associação, por justamente ser a única entidade a oferecer a oportunidade de ser gestora de recursos públicos. Na semana posterior a essa reunião foi enviada, por correio e por e-mail, a todos os integrantes do projeto, a proposta do Estatuto, solicitando que fossem pensadas sugestões e opiniões para que pudesse haver sua aprovação no menor tempo possível, provavelmente na próxima reunião. A Assembléia para aprovação desse estatuto está prevista para março de 2007, tendo como pauta a aprovação do nome da Associação, Agencia de Fomento e seu Estatuto.

fortalecimento do roteiro turístico da “Rota dos Tropeiros” e a adequação ao Programa de Roteirização de Turismo<sup>64</sup> para a melhoria da gestão dos recursos recebidos por órgãos públicos.

Na proposta de roteirização para a Macrorregião Sul<sup>65</sup>, identificada nos “Roteiros turísticos para obtenção de padrão de qualidade internacional”<sup>66</sup> (BRASIL, 2005d), no roteiro turístico, do Paraná, “Natureza e História na Rota dos Tropeiros” estão inseridos somente os municípios de Curitiba, Ponta Grossa, Castro e Tibagi, das regiões Metropolitana de Curitiba e dos Campos Gerais. Esse roteiro turístico está sendo trabalhado com o apoio do Mtur e do

---

<sup>64</sup> O Programa de Regionalização do Turismo (BRASIL, 2005c), lançado em abril de 2004, segue diretrizes políticas e operacionais, constituindo-se em um modelo de gestão de política pública descentralizada, coordenada e integrada, que acontece simultaneamente em todos os Estados do Brasil. O que se propõe nas diretrizes operacionais deste Programa é que cada região turística conte com uma Instância de Governança. Esta Instância de Governança é uma organização representativa dos poderes público e privado, da sociedade e dos municípios, com a missão de coordenar, acompanhar e gerir o processo de regionalização do turismo em cada região turística. Pode ser constituída por um Conselho, um Fórum, um Comitê ou uma Associação. Dentre essas, a Associação é a única capaz de constituir-se em uma entidade gestora dos recursos públicos, por possuir personalidade jurídica sem fins lucrativos. Esse formato de rede de cooperação associativa é uma estratégia organizacional horizontalizada, em que empresas do mesmo porte, com o mesmo perfil e do mesmo ramo atuam conjuntamente para o desenvolvimento do turismo rural. (LUCCHESI, 2002). A Instância de Governança é também a entidade responsável pela definição de prioridades, coordenação do processo decisório e execução do processo de desenvolvimento do turismo na região turística, induzindo-se, dessa maneira, a integração dos municípios com vistas ao desenvolvimento regional. Nesse contexto, o princípio da cooperação torna-se condição para uma atuação conjunta, na qual governo, iniciativa privada, terceiro setor e sociedade compartilham a escolha de prioridades e a participação no processo decisório. (BRASIL, 2005b, 2005c). O segmento de Turismo Rural insere-se no contexto do Plano Nacional do Turismo 2003-2007, proposto pelo Mtur, na medida em que contribuiu para: diversificar a oferta turística; aumentar os postos de trabalho e a renda no meio rural; valorizar a pluralidade e as diferenças regionais; consolidar produtos turísticos de qualidade; e interiorizar a atividade turística. A roteirização, articulando os municípios em uma escala regional, é um processo de unir, a partir de um planejamento integrado, em um mesmo itinerário, atrativos, equipamentos e serviços turísticos de uma ou mais região turística, de forma a agregá-los e consolidá-los em um produto de turismo, para ser comercializado no mercado nacional e internacional. A roteirização se propõe a auxiliar o processo de identificação, elaboração e consolidação de novos roteiros turísticos. (BRASIL, 2005c). Pelo caráter participativo voltado à mobilização social e à construção de parcerias, a roteirização pretende promover, em nível regional, a integração dos atores envolvidos, o adensamento dos negócios na região, a inclusão social, o resgate e a preservação dos valores culturais e ambientais da região. Cabe ressaltar que a elaboração dos roteiros turísticos é papel da iniciativa privada, a qual também tem a competência de qualificar seus produtos ou serviços, criar rede de ações com empresários do setor e do poder público, além de promover e comercializar os produtos turísticos. (BRASIL, 2005c).

<sup>65</sup> Compreende os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

<sup>66</sup> São 87 roteiros turísticos a serem atendidos pelo Mtur a curto prazo para a obtenção de padrão de qualidade internacional (82 indicados pelos Estados e 5 da Rede de Cooperação Técnica para Roteirização). Os 87 roteiros contemplam 116 regiões turísticas e 474 municípios (451 do Brasil, 2 da Bolívia, 2 do Chile, 6 da Argentina, 9 Paraguai e 4 do Peru).

próprio Estado do Paraná. A identificação do produto turístico da “Rota dos Tropeiros” dentro dessa proposta de qualidade internacional perpassa somente os segmentos de ecoturismo, turismo cultural e turismo de aventura, não inserindo ainda a modalidade de turismo rural.

A identificação de um roteiro específico de fazendas na “Rota dos Tropeiros” colaboraria na valorização tematizada no tropeirismo, no que se refere ao próprio apelo rural da Rota. Embora esse roteiro esteja preconizado, até o presente momento não está ainda devidamente estruturado. São dez fazendas<sup>67</sup> que poderiam receber um roteiro próprio sugerido dentro da “Rota dos Tropeiros”, mapeando-as e identificando-as da melhor maneira, seja através de panfletos próprios, seja através de um *site* que as identifique conjuntamente, a exemplo das outras regiões do país – Rio de Janeiro<sup>68</sup>, Ceará<sup>69</sup>, Pernambuco, São Paulo<sup>70</sup>, Minas Gerais<sup>71</sup>, Rio Grande do Sul<sup>72</sup>, Santa Catarina<sup>73</sup>.

---

<sup>67</sup> Estalagem Fazenda Roseira (Lapa); Pousada Cainã (Balsa Nova); Capão Alto (Castro); Pousada do Canyon Guartelá (Castro); Aldeia dos Pioneiros/Fazenda Ponte Alta (Tibagi); Pousada Fazenda Guartelá (Tibagi); Boa Vista (Tibagi); Fortaleza (Tibagi); Fazenda Monte Alegre/Hotel Ikape (Telêmaco Borba) e Fazenda Santa Gil (Sengés).

<sup>68</sup> No Rio de Janeiro, com as parcerias estabelecidas e atores sociais organizados, a região do Vale do Paraíba, o Vale do Café, transformou-se em um espaço de cultura, turismo e lazer. Em 2004, vinte e três fazendas estavam abertas à visitação, sendo que nove delas trabalhavam com o serviço de hospedagem. Os eventos realizados promoveram o aumento do tempo de permanência do turista na região. A consciência da importância da preservação e da potencialidade turística da região fez com que todos os municípios experimentassem uma trajetória de crescimento econômico e de melhoria progressiva dos indicadores sociais. (SEBRAE, 2004). Atualmente, são dezenove fazendas históricas distribuídas nos municípios do Vale da Paraíba fluminense: Barra do Pirai (4 fazendas), Valença (4 fazendas), Vassouras (4 fazendas), Rio das Flores (4 fazendas), Miguel Pereira (2 fazendas) e Paty do Alferes (1 fazenda). Conta com os sites: <http://www.valedocafe.com.br> e <http://www.preservale.com.br>

<sup>69</sup> Disponível no site: <http://www.aceter.org.br>

<sup>70</sup> No Estado de São Paulo, o grupo "Fazendas Paulistas" está organizado em núcleos regionais e tem como objetivo receber turistas interessados em conhecer o patrimônio arquitetônico e cultural de suas fazendas históricas, totalizadas em treze fazendas. Em cada núcleo regional há fazendas abertas para visitação e outras que oferecem hospedagem. São fazendas do período áureo do açúcar (século XVIII), do período da colonização mineira (início do século XIX) e do período do café (segunda metade do século XIX a 1929). Os núcleos regionais são oferecidos como roteiros turísticos e abrangem os municípios de Campinas (2 fazendas), Itu (2 fazendas), Limeira (3 fazendas), Mococa (3 fazendas) e São Carlos (3 fazendas). Esses núcleos regionais possibilitam a visitação de várias fazendas numa mesma viagem. As “Fazendas Paulistas” estabeleceram duas diretrizes que lhe são comuns: as fazendas históricas enquanto locais privilegiados para visitação, almoços,

No entanto, cabe ressaltar que essas iniciativas dependem em grande parte dos próprios empreendedores, proprietários das fazendas, para ações articuladas, desenvolvidas entre esses diversos empreendedores rurais. Ações dessa natureza possibilitam também atuações e reivindicações junto às esferas públicas e outras instituições para a agregação de valores e qualidade nos seus atrativos turísticos, seja para a melhoria de condições de infraestrutura ou até mesmo sociais, como, por exemplo, melhoria de acesso rodoviário, de capacitação profissional, seja para a roteirização regional de um produto turístico, entre outros itens possíveis de serem listados.

Verifica-se com isso, no Paraná, que na realidade não há um turismo rural que agregue valores da cultura, música, raízes, artesanato, com investimento no social, mas, sobretudo, uma maneira tão somente de diversificar as atividades da fazenda, de modo individual. Seria interessante que novas visões fossem utilizadas para que não somente o turismo rural representasse valor aos interesses individuais de seus empreendedores, mas que de modo associativista pudessem reverter atitudes e benefícios em comum, principalmente, no que se refere a benefícios sociais para o seu entorno; valorização pelo que lhes é próprio de sua cultura, música, artesanato, comidas típicas. (ALENCAR, 2007).

---

passeios ecológicos, reuniões de negócios ou comemorativas, pesquisa e ensino e, também, como proposta de preservação do patrimônio histórico natural e construído. Conta com o site <http://www.fazendaspaulista.com.br>

<sup>71</sup> No Estado de Minas Gerais, na Ametur (Associação Mineira de Empresas de Turismo Rural) estão cadastradas vinte propriedades rurais, sendo três categorizadas como fazendas históricas: duas no município de Santana dos Montes e uma em Matozinhos, as quais atuam com serviço de hospedagem. Disponível no site: <http://www.ametur.tur.br>

<sup>72</sup> O RS conta com o site para a divulgação de turismo rural temático: <http://www.turismo.rs.gov.br/turtematico/rural.asp>

<sup>73</sup> O Estado de Santa Catarina, como pioneiro do turismo rural brasileiro, na década de 1980, criou recentemente a “Rota das Fazendas” na Serra Catarinense, em fazendas que atuam com atividades de pecuária e/ou de fruticultura e algumas sendo centenárias. Os hábitos e costumes da lida campeira estão preservados e considerados como um atrativo. Nesse roteiro estão inclusas cinco fazendas: Fazenda Água Santa, Fazenda do Barreiro, Fazenda Pedras Brancas, Fazenda Boqueirão e Fazenda Panelão. E na Serra Catarinense também há um roteiro de cavalgada pelo antigo Caminho das Tropas, caracterizado como turismo equestre. A região de Lages possui um site com informações básicas sobre as fazendas e contatos: <http://www.guialages.com.br/hotfaz.asp>

O turismo com base no legado cultural, o turismo de tradição, cujo principal atrativo é o patrimônio histórico, tende a desencadear um processo cíclico. Neste processo ocorre o incremento da memória, mediante a recuperação do patrimônio, reafirma o interesse por este último que, mais valorizado, estimula, num ato contínuo, o conhecimento da história, a revitalização da memória social e a descoberta de novos patrimônios. (BANDUCCI JR., 2003, p. 124).

A criação de roteiros regionais integrados, que se proponham a desenvolver ações articuladas visando o desenvolvimento turístico é bem evidente nas associações regionais de turismo rural criadas nas diversas regiões do país. No cenário do turismo rural brasileiro são vários os exemplos de uma cooperação associativa entre os seus atores sociais organizados, ou seja, os próprios proprietários rurais dos empreendimentos turísticos, que se reúnem de modo associativo, para agregar valor e qualidade às suas atividades.

O associativismo, nesse caso, tem como objetivo, portanto, a superação de dificuldades, a solução de problemas e a geração de benefícios comuns aos associados e à comunidade local e regional. O associativismo é um sistema que se baseia no trabalho e não no lucro; na ajuda mútua e não na concorrência e competição, em que as sinergias produzidas dinamizam esse espaço, proporcionando inclusive a valorização e preservação do patrimônio histórico-cultural encontrado no espaço rural. (SESCOOP, 2002).



Essa atuação de cooperação associativa é configurada no Brasil, principalmente, no espaço rural pelo Consórcio “Fazendas do Brasil”<sup>74</sup>, em que o estímulo ao associativismo, expresso em todas as etapas do processo, faz do consórcio uma rede única, ancorada nas comunidades regionais, com suas formas associativas: o Preservale<sup>75</sup> (Instituto de Preservação e Desenvolvimento do Vale do Paraíba), no Rio de Janeiro; a Ametur<sup>76</sup> (Associação Mineira de Empresários de Turismo Rural); a Aceter<sup>77</sup> (Associação Cearense de Turismo no Espaço

---

<sup>74</sup> O Consórcio “Fazendas do Brasil” é uma rede de cooperação associativa de âmbito nacional, identificada por uma marca que destaca dois aspectos: o nome “Brasil”, que projeta o destino turístico em seu caráter nacional e internacional e, o apelo rural “Fazendas”, que promove uma realidade brasileira nos mercados nacional e internacional. (LUCAS, 2005, p. 40). As propriedades rurais no programa “Fazendas do Brasil” foram classificadas em três grupos: fazendas históricas, fazendas de produção e fazendas de lazer. As fazendas históricas são as que apresentam interesse histórico e valor patrimonial, referências na arquitetura tradicional brasileira, mobiliário e decoração adequada à época da construção. As fazendas de produção são aquelas que proporcionam alojamento e animação de agro-turismo, satisfazendo os elevados padrões de qualidade. As fazendas de lazer são as propriedades direcionadas a programas de entretenimento de caráter lúdico, cultural e ambiental. Essa classificação proposta acomoda a diversidade da oferta do turismo rural brasileiro, procurando, entretanto, não perder, a qualidade primordial do Referencial TER - Referencial de Turismo no Espaço Rural. As “Fazendas do Brasil” integram quase oitenta residências rurais nos Estados de Minas Gerais, Ceará e Rio de Janeiro, tendo esta rede se estendido para Mato Grosso do Sul, Pernambuco e São Paulo. (LUCAS, 2005). O aspecto mais relevante das “Fazendas do Brasil” é a possibilidade de implantação, em praticamente todo o país, de uma rede nacional que, guardadas as peculiaridades e características de cada região, é capaz de manter a identidade de serviços de atendimento, de qualidade e de escala, permitindo a segmentação, de modo definido e diferenciado, na formação de uma rede de cooperação. (LUCAS, 2005, p. 45). As parceiras de cada Estado, através de experiências direcionadas ao turismo rural, tem provado serem estas um fator de desenvolvimento econômico local, de estímulo ao empreendedorismo no interior, de valorização da cultura regional, de retomada dos valores rural, de preservação do ambiente e do patrimônio histórico. (LUCAS, 2005). Vale considerar também que o associativismo no turismo faz parte de uma das estratégias que integra o Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil (BRASIL, 2005c), o qual apresenta uma nova visão para a gestão pública do desenvolvimento do turismo no Brasil, com o objetivo de desenvolver o setor nas cinco regiões do país.

<sup>75</sup> Com a fundação do Preservale no Rio de Janeiro, em 1994, essa sociedade civil passou a contar com um instrumento de utilização de seus patrimônios histórico-culturais pelo turismo cultural e rural, como forma de garantir a sustentabilidade e permanência para as gerações futuras. A atuação do Preservale ganhou espaço na mídia e repercutiu em vários setores institucionais que “descobriram” o potencial turístico da região. (LUCAS, 2001, p. 258). O Preservale trabalha com três níveis de parcerias estratégicas: comunitárias, empresariais e institucionais. Desde a sua fundação, Fernando Tasso Fragoso Pires, faz parte da diretoria e do Conselho Diretor do Preservale, admirador do Vale da Paraíba e autor de diversos livros sobre o patrimônio histórico da região: “Antigas Fazendas de Café da Província Fluminense”, “Fazendas: as grandes casas rurais do Brasil” e “Fazendas: solares da região cafeeira do Brasil Imperial”, entre outros títulos. (SEBRAE, 2004).

<sup>76</sup> A Ametur foi criada em 1996 com o objetivo de valorização e desenvolvimento do potencial turístico do meio rural de Minas Gerais.

<sup>77</sup> A Aceter foi criada em 1999 por uma iniciativa da Secretaria de Turismo (Setur), com o apoio de lideranças públicas municipais, bem como empresários e empresas privadas.

Rural); a Appan<sup>78</sup> (Associação de Pousadas Pantaneiras); Apetur<sup>79</sup>-(Associação Pernambucana de Turismo Rural); e a Abratur/SP<sup>80</sup> (Associação Brasileira de Turismo Rural de São Paulo/Fazendas Históricas Paulistas).

Talvez em um futuro próximo possa essa atuação associativa ser observada e atuante entre os proprietários de empreendimento rurais históricos ou não na região dos Campos Gerais, no Paraná. Um dos caminhos iniciais aponta que a própria instância de governança da “Rota dos Tropeiros”, junto com as parcerias estabelecidas, poderá dar passos para o desenvolvimento de uma política de intervenção para a preservação, a conservação, a divulgação desse riquíssimo patrimônio histórico-cultural da região dos Campos Gerais, pouco identificável no seu conjunto cultural. Conseqüentemente, isso auxiliaria os proprietários atuais nas condições para a preservação desse patrimônio e sua atuação no turismo rural associativo, o que resultaria em benefícios não só aos proprietários dos empreendimentos rurais, mas sobretudo para a comunidade local e regional, como forma de planejamento e gestão.

O associativismo, com o foco para o espaço turístico rural, poderá facilitar e colaborar na resolução de problemas comuns. Numa ação interdependente e complementar dos empreendedores rurais, reunidos em um grupo com interesses comuns, poderão, conseqüentemente, melhorar a organização e a divulgação de seus produtos e serviços;

---

<sup>78</sup> A Appan foi criada em fevereiro de 2001. Determinada a promover o ordenamento e estimular a atividade turística, sempre de forma harmônica com a cultura pantaneira e com a devida responsabilidade perante a natureza. A Associação preocupa-se com a manutenção das estradas por sua importância no desenvolvimento e conservação do meio ambiente e como fator de promoção das relações humanas na região. A Appan opera o setor responsável por um avanço histórico no contexto social e econômico local: a diversificação das atividades.

<sup>79</sup> A Apetur foi criada em maio de 2002. Surgiu a partir da necessidade de congregar esforços em prol do desenvolvimento de uma modalidade de turismo até então pouco explorada na região: o Turismo Rural. Atualmente este órgão associa e representa os proprietários e empreendedores do setor, contando também com o apoio e incentivo de empresas públicas e privadas.

<sup>80</sup> A Associação Fazendas Históricas Paulistas foi constituída em 11 de abril de 2005, em uma reunião do grupo na Fazenda Santa Gertrudes, em Limeira/SP.

desenvolver em conjunto os princípios e características do turismo rural da região, tendo como finalidade a oferta de um produto turístico atrativo e diversificado, fruto da cultura regional, proporcionando, conseqüentemente, benefícios sociais para seu entorno.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os caminhos percorridos pelos tropeiros e os espaços de vivência deste importante momento histórico, que marcou os séculos XVIII e XIX, podem hoje, numa linguagem ressignificada, serem percorridos e vivenciados por moradores destes locais e por turistas vindos de regiões adjacentes ou remotas. No Paraná, essa possibilidade assume concretude e articulação na região dos Campos Gerais através do projeto turístico “Rota dos Tropeiros”, lançado oficialmente em 2003.

Iniciativas pontuais, entretanto, antecedem este projeto e, de certa forma, são a base de sua sustentação. Elementos de ressignificação (Monumentos/Painéis) e espaços de ressignificação (Museus e Casas da Memória), que buscam reafirmar uma identidade tropeira na região vão surgindo gradativamente estimulando o imaginário de moradores e turistas, entre estes temos:

a) O Monumento do Tropeiro na Lapa: Inaugurado em 1965 durante a construção da rodovia Lapa-Curitiba, busca ressaltar a importância da Lapa como ponto de parada das tropas. A ressignificação ocorre através dos olhos de Poty Lazarotto, renomado artista paranaense, que retrata – de forma estilizada - um tropeiro com vestimentas típicas, as tropas que o seguem e a paisagem de araucária do Paraná num painel de azulejos colocado na entrada da cidade.

b) O Museu do Tropeiro em Castro: Inaugurado em 1977, ocupa a casa mais antiga da cidade com o objetivo de resgatar e preservar a memória do tropeirismo. A ressignificação se dá aqui através de seu acervo – vestimentas e objetos pessoais de antigos tropeiros, mapas,

documentos, móveis de época e coleção de arte sacra – que procuram retratar, sobretudo, a vida do tropeiro.

c) A Casa da Memória de Carambeí: É inaugurada em 2001 e tem como temática central a história da imigração holandesa no município. Criando elementos para “reviver” o processo de ocupação destas terras são apresentadas uma maquete da Colônia Carambeí (em menor escala) e réplicas (em maior escala) das principais edificações que marcaram sua história. Neste contexto aparece ressignificada, enquanto réplica, a sede Fazenda Carambeí<sup>81</sup>.

O estudo aqui apresentado teve como questão central a análise das fazendas ou invernadas históricas, ligadas ao tropeirismo, sobretudo aquelas que absorveram, num processo de ressignificação cultural, essa nova linguagem através do turismo. Diferentes iniciativas dos proprietários destas fazendas mostram a diversidade de ressignificações possíveis para se trazer à tona a valorização da identidade cultural tropeira.

Na Fazenda Roseira a ressignificação se apresenta das mais diversas formas: na visitação sugerida à sede da fazenda; na hospitalidade e recepção, nos passeios a pé ou cavalgadas por trilhas antigas, nos pratos típicos servidos, nos painéis e quadros de fotografias encontrados tanto na sede da fazenda quanto na hospedaria, nos móveis conservados e na decoração da sede da fazenda, nas histórias e causos lembrados, na roda de fogo ao lado da hospedaria, na roda de chimarrão e conversas sobre a história da região e também no cartão postal entregue ao final da visitação ou hospedagem.

Na Fazenda Capão Alto, a ressignificação está presente na visitação pela sede da fazenda, nas histórias e nos causos contados pelo guia, nos documentários exibidos, na réplica

---

<sup>81</sup> A sede desta Fazenda, mantida em bom estado de conservação e utilizada como moradia por imigrantes holandeses, ainda não apresenta um programa de visitação, entretanto, é comum a parada de ônibus de turismo defronte a mesma.

de um antigo rancho tropeiro, nas encenações e acampamentos realizados, nas tropeadas e também no cartão postal entregue ao final da visitação.

Essas ressignificações reaparecem na Fazenda Boa Vista com seus passeios a pé ou a cavalo pela região; nos móveis e na decoração da sede da fazenda; nos pratos típicos servidos; nas histórias e causos lembrados; além das rodas de chimarrão. Estão presentes também na Fazenda Fortaleza, sobretudo, na religiosidade voltada à devoção ao Senhor Bom Jesus da Cana Verde com sua capela aberta diariamente para visitação. O processo de ressignificação diferencia-se na Fazenda Morungava com a possibilidade de vivência nas atividades da fazenda, como tropeadas, internadas, vacinação, marcação e supervisão do gado.

O projeto “Rota dos Tropeiros” do Paraná, unindo as diferentes ofertas turísticas, procura reforçar esse processo de ressignificação do tropeirismo e lhe atribuiu um caráter regional. Isto é perceptível na própria marca de identidade visual do projeto, um logotipo centrado na figura do tropeiro. Esta escolha, que coloca o tropeiro em evidência, difere-se do quadro político da fase estudada – séculos XVIII e XIX. Enquanto naquela fase histórica o centro político se coloca na figura do fazendeiro, na atualidade o projeto turístico oferece ainda pouca visibilidade a este e ao cenário das fazendas.

Nesse trajeto turístico, que perpassa 16 municípios dos Campos Gerais e que se diferencia das rotas antigas que traziam as tropas, o objetivo está focado na condução de turistas e, portanto, aglutina espaços tidos como de maior atratividade. Deve-se ressaltar, entretanto, que essas atratividades muitas vezes estão correlacionadas às políticas de incentivos e valorização tanto municipais como estaduais, condicionadas a pesos e medidas diferentes, ou seja, de acordo com interesses econômicos e políticos. Este fato gera contradições e impasses, distanciando – muitas vezes – significação e ressignificação.

Conclui-se, assim, que o turismo utiliza-se de significações existentes em uma determinada região para redimensioná-las em processo de ressignificação específicas - seja através da alimentação, cavalgadas, valorização e edificação de obras de artes e monumentos, roteiros culturais e preservação de conjuntos arquitetônicos, reconstituição de trilhas para ecoturistas, provas do laço e da montaria, entre outros aspectos. Observa-se, todavia, que nem sempre o turismo absorve a linguagem que a própria comunidade valoriza e reconhece como sendo de seu pertencimento, esquecendo-se da revitalização da memória social, e com isso, da descoberta de novos patrimônios.

## REFERÊNCIAS

**ACETER - Associação Cearense de Turismo no Espaço Rural e Natural.** Acesso em mai/2006. Disponível em: <http://www.aceter.org.br/>

ALBUQUERQUE, Mario Marcondes de. **Pelos Caminhos do Sul: História e Sociologia do desenvolvimento sulino.** Curitiba: Imprensa Oficial, 1978.

ALBUQUERQUE, Cláudia Regina Santana de; ANDRADE NETO, Joaquim Correia Xavier de; CESÁRIO, Marília Ferreira Paes. A importância da qualidade na gestão de recursos humanos - um estudo do turismo rural da microrregião de Garanhuns, PE. In: OLIVEIRA, Cássio G. de S.; MOURA, José Carlos de. (Editores). **Anais do 4º. Congresso Brasileiro de Turismo Rural.** O Turismo como vetor do desenvolvimento sustentável. Piracicaba: FEALQ, 2003. p. 225-231.

**ALDEIA DOS PIONEIROS.** Fazenda Ponte Alta. Acesso em jan/2006. Disponível em: <http://www.itaytyba.com.br/aldeia.htm>

ALFONSO, María José Pastor. El patrimonio cultural como opción turística. In: **Horizontes antropológicos.** Porto Alegre. Ano 9, nº. 20, out/2003. p. 97-115, Acesso em set/2004. Disponível em: <http://www.scielo.br>

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWNDZNAJDER, Fernando. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

**AMCG - Associação dos Municípios dos Campos Gerais.** Acesso em set/2006. Disponível em: <http://www.amcg.com.br>

**AMETUR - Associação Mineira de Empresas de Turismo Rural.** Acesso em mai/2006. Disponível em: <http://www.ametur.tur.br/>

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Corpo.** Rio de Janeiro: Record, 1984.

ANDRADE, Maria Antonia Alonso de. A identidade como representação e a representação da identidade. In: MOREIRA, Antonia Silva Paredes e OLIVEIRA, Denize Cristina de. (Org.). **Estudos de interdisciplinares de representação social.** Goiânia: AB, 1998. p. 141-149.

ANICO, Marta. Patrimônio, turismo e políticas culturais autárquicas. Conflitualidade ou convergências de interesses. In: **4º. Congreso Virtual de Antropología y Arqueología.** Ponencias de Cultura, Identidad y Patrimonio. 2004. Acesso em mar/2006. Disponível em: [http://naya.org.ar/congreso2004/ponencias/marta\\_anico.doc](http://naya.org.ar/congreso2004/ponencias/marta_anico.doc)



**APETURR-Associação Pernambucana de Turismo Rural.** Acesso em jun/2006. Disponível em: <http://www.apeturr.com.br/>

**APPAN-Associação de Pousadas Pantaneiras.** Acesso em jun/2006. Disponível em: <http://www.appan.tur.br/>

ARANTES, Antonio Augusto. **O que é cultura popular.** 14ª. edição. São Paulo: Brasiliense, 1998.

**ARMAZEM DE TURISMO RURAL.** Acesso em out/2005. Disponível em: <http://www.armazemdeturismorural.com.br>

AZEVEDO, Julia. Cultura, patrimônio e turismo. In: IRVING, Marta de Azevedo e AZEVEDO, Julia. **Turismo: o desafio da sustentabilidade.** São Paulo: Futura, 2002. p. 133-147.

BALHANA, Altiva Pilatti; PINHEIRO MACHADO, Brasil; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná.** Curitiba: Grafipar, 1969.

BALHANA, Altiva Pilatti. Mudança na estrutura agrária dos Campos Gerais. In: **Boletim da Universidade do Paraná.** n.º. 3, junho/1963. Curitiba: Universidade do Paraná, p. 28-52.

BANDUCCI JR, Álvaro. Turismo cultural e patrimônio: a memória pantaneira no curso do Rio Paraguai. In: **Horizontes Antropológicos.** Porto Alegre. Ano 9, n.º. 20, p. 117-140, out/2003. Acesso em set/2004. Disponível em: <http://www.scielo.br>

BARRETTO, Margarita. **Turismo e legado cultural:** as possibilidades de planejamento. 3ª. edição. Campinas: Papirus, 2000. (Coleção Turismo).

BARRETTO, Margarita. O imprescindível aporte das Ciências Sociais para o planejamento e a compreensão do Turismo. In: **Horizontes Antropológicos.** Porto Alegre. Ano 9, n. 20, p. 15-29, outubro de 2003. Acesso em jan/2006. Disponível em: <http://www.scielo.br>

BARROSO, Vera Lucia Maciel. O Caminho do “Certão”: da integração ao isolamento. In SANTOS, Lucila Maria Sgarbi et al. **Bom Jesus e o tropeirismo no Brasil Meridional.** Porto Alegre: Edições EST, 1995. p. 37-44.

BATISTA, Cláudio Magalhães. Memória e Identidade: Aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural. In: **IVT-Caderno Virtual de Turismo.** N.º. 17 set/2005. Acesso em março 2006. Disponível em: [http://www.ivt-rj.net/caderno/anteriores/17/cvt17\\_27\\_33/cvt17\\_27\\_33.pdf](http://www.ivt-rj.net/caderno/anteriores/17/cvt17_27_33/cvt17_27_33.pdf)

BATHKE, Maria Eliza Martorano. **O turismo sustentável rural como alternativa complementar de renda à propriedade agrícola.** Estudo de caso: Fazenda Água Santa – São Joaquim/SC. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção. Florianópolis: UFSC, 2002. Acesso em 05/01/2005. <http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/5505.pdf>

BENI, Mário Carlos. Políticas e estratégias regionais - Planejamento integrado e sustentável do turismo. In: LAGE, BEATRIZ Helena Gelas; MILONE, Paulo Cesar (Org.). **Turismo: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000. p. 165-171.

BENINCASA, Vladimir. **Velhas fazendas**. Arquitetura e cotidiano nos Campos de Araraquara (1830-1930). Dissertação de Mestrado em Tecnologia do Ambiente Construído. São Carlos: UFSCar, 1998.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Tratado de Sociologia do Conhecimento. 24ª. edição. Petrópolis: Vozes, 2004.

BIANCHINI, Valter. Estratégias para o desenvolvimento rural. In: NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DE DESENVOLVIMENTO. **José Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem “O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento”**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2001. (Série Textos para discussão n.º. 2). Acesso em 06/2006. Disponível em:  
<http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=113>

BIGARELLA, João José; BLASI, Oldemar; BREPOHL, Dieter. **Lapinha: a natureza da Lapa**. Lapa: Lar Lapeano de Saúde, 1997.

BIGG-WITHER, Thomas P. **Novo caminho no Brasil Meridional: a Província do Paraná, três anos em suas florestas e campos 1872/1875**. Rio de Janeiro: José Olympio/UFPR, 1974.

BILAC, Maria Beatriz Bianchini. Considerações sobre o (des)encontro rural/urbano: um olhar antropológico. In: SARTI, Antonio Carlos; OLIVEIRA, Cássio G. de S.; GUERRA, Gleice Regina; MOURA, José Carlos de. (Editores). **Anais do 5º. Congresso Brasileiro de Turismo Rural**. Propriedades, comunidades e roteiros no turismo rural. Piracicaba: FEALQ, 2005. p. 51-59.

BLAJ, Ilana. Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVIII: o processo de sedimentação da elite paulistana. In: **Revista Brasileira de História**. vol. 18, n.º. 36. São Paulo. 1998. p. 281-296.

BONADIO, Geraldo (Org.). **O tropeirismo e a formação do Brasil**. Sorocaba: Academia Sorocabana de Letras/Fundação Ubaldino do Amaral, 1984. p. 45-48.

BORBA, Oney Barbosa. **Povoadores dos Campos Gerais**. S.l: s.e, 1969.

BOVO, Carlos Eduardo Oliveira. O rural do turismo rural realmente existe? In: OLIVEIRA, Cássio G. de S.; MOURA, José Carlos de. (Editores). **Anais do 4º. Congresso Brasileiro de Turismo Rural**. O Turismo como vetor do desenvolvimento sustentável. Piracicaba: FEALQ, 2003. p. 479-484.

BOVO, Carlos Eduardo Oliveira. Associativismo - o melhor caminho para o fortalecimento do turismo no espaço rural. In: SARTI, Antonio Carlos; OLIVEIRA, Cássio G. de S.; GUERRA, Gleice Regina; MOURA, José Carlos de. (Editores). **Anais do 5º. Congresso Brasileiro de Turismo Rural**. Propriedades, comunidades e roteiros no turismo rural. Piracicaba: FEALQ, 2005. p. 149-153.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. SECRETARIA DE POLÍTICAS DE TURISMO. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil**. Brasília: MTur, 2003a. Acesso em jan/2006. Disponível em:  
<http://institucional.turismo.gov.br/mintur/coroot/CMS/DocumentoItem/files/621E8C72-E07D-D342-822DA32F33D2CB79.arquivo.pdf>

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo Rural**. Diretrizes, Metas e Programas 2003-2007. Brasília: Ministério do Turismo, 2003b. Acesso em jan/2006. Disponível em:  
<http://institucional.turismo.gov.br/mintur/contentobjects/dbfiles/170C1584-E07D-D342-82C68965ADF6AF8F.arquivo.pdf>

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de Regionalização do Turismo**. Roteiros do Brasil. Formação de redes. Brasília: Ministério do Turismo, 2005a. Acesso em set/2006. Disponível em:  
[http://institucional.turismo.gov.br/regionalizacao/pdf/formacao\\_de\\_redes.pdf](http://institucional.turismo.gov.br/regionalizacao/pdf/formacao_de_redes.pdf)

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de Regionalização do Turismo**. Roteiros do Brasil. Módulo Operacional 3. Institucionalização de Instância de Governança Regional. Brasília: Ministério do Turismo, 2005b. Acesso em set/2006. Disponível em:  
[http://institucional.turismo.gov.br/regionalizacao/pdf/M\\_dulo\\_Operacional\\_3\\_Inst\\_ncia\\_de\\_Governan\\_a\\_vers\\_o.pdf](http://institucional.turismo.gov.br/regionalizacao/pdf/M_dulo_Operacional_3_Inst_ncia_de_Governan_a_vers_o.pdf)

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de Regionalização do Turismo**. Roteiros do Brasil. Módulo Operacional 7. Brasília: Ministério do Turismo, 2005c. Acesso em set/2006. Disponível em:  
[http://institucional.turismo.gov.br/regionalizacao/pdf/M\\_dulo\\_Operacional\\_7\\_Roteirizacao\\_Tur\\_stica\\_vers\\_o\\_final.pdf](http://institucional.turismo.gov.br/regionalizacao/pdf/M_dulo_Operacional_7_Roteirizacao_Tur_stica_vers_o_final.pdf)

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de Regionalização do Turismo**. Roteiros do Brasil. Roteiros turísticos para obtenção de padrão de qualidade internacional. Brasília: Ministério do Turismo, 2005d. Acesso em set/2006. Disponível em:  
[http://institucional.turismo.gov.br/regionalizacao/docs/87\\_Roteiros\\_Tur\\_sticos\\_Padr\\_o\\_internacional\\_VERS%C3%83O\\_FINAL\\_VI\\_sem\\_marcas.doc](http://institucional.turismo.gov.br/regionalizacao/docs/87_Roteiros_Tur_sticos_Padr_o_internacional_VERS%C3%83O_FINAL_VI_sem_marcas.doc)

BRASIL. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA. BALANÇO GERAL DA UNIÃO. **Ministério do Turismo**. Brasília: Corregedoria Geral da União, 2004. Acesso em out/2006. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/sfc/bgu2004/Volume%20I/C%20-%2020025.pdf>

BRAVO, Renato. **Dados preliminares das propriedades rurais brasileiras com atividade turística**. Acesso em mar/2006. Disponível em: <http://www.prosadecompadre.com/>

CAMPELLO, Glauco. Ações pelo patrimônio. In: WEFFORT, Francisco e SOUZA, Márcio. (Orgs.). **Um olhar sobre a cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Associação de Amigos da Funarte, 1998. Acesso em abr/2006. Disponível em: <http://www.minc.gov.br/textos/olhar>

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas**. Estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

CARVALHAES, José Antonio Vaz de. **Relatório apresentado a Assembléa Legislativa da Província do Paraná, no dia 07 de janeiro de 1857, pelo Vice-Presidente**. Curitiba: Typ. Paranaense C. M. Lopes, 1857. Acesso em 14/03/2006. [http://www.pr.gov.br/arquivopublico/pdf/rel\\_1857\\_a\\_v.pdf](http://www.pr.gov.br/arquivopublico/pdf/rel_1857_a_v.pdf)

CARVALHO, Pompeu Figueiredo de. Patrimônio Histórico e Artístico nas cidades médias paulistas! A construção do lugar. In: YÁZIGI, E., CARLOS, A. F. e CRUZ, R. C. (Org.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 100-113.

CASTRO, Daniela Lorena Fagundes de. **Diferentes trajetórias da preservação do patrimônio no norte de Minas Gerais**. Acesso em jan/2004. Disponível em: <http://www.arq.ufmg.br/arquiteturaeconceito/pdf/ufmg43.pdf>

CASTROGIOVANNI, A. Turismo versus reflexões necessárias na pós-modernidade. In: GASTAL, S; CASTROGIOVANNI, A (Orgs.). **Turismo na pós-modernidade: (des)inquietações**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. p. 43-50.

CAVACO, Carminda. Turismo, comércio e desenvolvimento rural. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Mário (Org.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: Editora da Universidade Sagrado Coração, 2000. p. 69-94.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/Editora UNESP, 2001.

CONSTÂNCIO, Francisco Solano. **Novo dicionário crítico e etymologico da língua portuguesa**. 5ª. edição. Paris: Angelo Francisco Carneiro Filho, 1854.

CORRÊA, Romaguera et al. **Vocabulário sul-rio-grandense**. Porto Alegre: Editora Globo, 1964.

CRISTÓVÃO, Arthur. Mundo rural: entre as representações (dos urbanos) e os benefícios reais (para os rurais). In: RIEDL, M.; ALMEIDA, J. A.; VIANA, A. L. B. **Turismo Rural: tendências e sustentabilidade**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 81-116.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. 2ª edição. São Paulo: EDUSC, 2002.

DIÁRIO DA MANHÃ. **Castro lança Rota dos Tropeiros, na sexta-feira**. 27 de maio de 2003. p. 11.

DIÁRIO DOS CAMPOS. **Castro irá receber o Ministro de Turismo**. 29 de março de 2003.

DIÁRIO DOS CAMPOS. **“Rota dos Tropeiros” treina 630 profissionais**. 18 de dezembro de 2003.

DIÁRIO DOS CAMPOS. **Rota dos Tropeiros divulgada em cartões telefônicos**. 06 a 09 de fevereiro de 2005.

DINIZ, Tânia Marcondes. Considerações sobre o patrimônio cultural e os instrumentos legais para sua preservação. In: **Analecta**. Guarapuava/Paraná. v. 5, nº 1, p. 73-85, jan/jun- 2004. Acesso em set/2005. Disponível em:  
<http://www.unicentro.br/editora/revistas/analecta/v5n1/considera%E7%F5es.pdf>

DURHAM, Eunice Ribeiro. Texto II. Cultura, patrimônio e preservação. In: ARANTES, Antonio Augusto. (Org.). **Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 23-34.

**ECOPARANÁ**. Acesso em ago/2006. Disponível em: <http://www.ecoparana.pr.gov.br/>

EHLKE, Cyro. **A conquista do planalto catarinense**. Bandeirantes e Tropeiros no “sertão de Curitiba”. Rio de Janeiro: Laudes/EDUSC, 1973.

ELLIS JUNIOR, Alfredo. O ciclo do luar. In: **Revista de História**. São Paulo: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, jan-mar/1951. Ano 1. nº. 1, p. 73-81.

**FAZENDA BOA VISTA**. Acesso em jan/2005. Disponível em:  
<http://www.fazendaboavistaguartela.kit.net.br>

**FAZENDA CAPÃO ALTO**. Acesso em jan/2005. Disponível em:  
<http://www.castrotur.com.br/capaoalto/index.html>

**FAZENDA FORTALEZA**. Acesso em jan/2007. Disponível em:  
[http://www.tibagi.pr.gov.br/turismo/faz\\_fortaleza.htm](http://www.tibagi.pr.gov.br/turismo/faz_fortaleza.htm)

**FAZENDA MONTE ALEGRE - HOTEL IKAPE**. Acesso em jan/2007. Disponível em:  
<http://www.hotelikape.com.br>

**FAZENDA ROSEIRA.** Acesso em jan/2005. Disponível em:  
<http://www.fazendaroseira.com.br>

**FAZENDA SANTA GIL.** Acesso em out/2006. Disponível em:  
<http://www.fazendasantagil.com>

**FAZENDAS DO BRASIL.** Acesso em jan/2005. Disponível em:  
<http://www.fazendasdobrasil.com>

**FAZENDAS PAULISTAS.** Acesso em jan/2005. Disponível em:  
<http://www.fazendaspaulistas.com.br>

FERNANDES, Hellê Vellozo. **Monte Alegre, cidade papel.** Curitiba: s.e, 1974.

FERRÃO, André Munhoz de Argollo. Arquitetura rural e paisagens culturais no Brasil a partir de uma abordagem transdisciplinar e da visão de processos. In: **Vegueta: Anuário de la Facultad de Geografía e Historia.** Universidad de Las Palmas de Gran Canarias. España. 8(2004), p. 133-148. Disponível em <http://www.webs.ulpgc.es/vegueta/vegueta08.htm> Acesso em jan/2006.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Municípios paranaenses: origens e significados de seus nomes.** Curitiba: Secretaria de Estado de Cultura, 2006.

FLEURY, André Augusto de Padua. **Relatório do Presidente da Província do Paraná Dr. André Augusto de Pádua Fleury na abertura da 2ª Sessão da 7ª Legislatura em 21 de março de 1865.** Curitiba: Typ. C.M. Lopes, 1865. Acesso em mar/2006.  
[http://www.pr.gov.br/arquivopublico/pdf/rel\\_1865\\_p.pdf](http://www.pr.gov.br/arquivopublico/pdf/rel_1865_p.pdf)

FOLHA DO SUL. **Turismo temático é a melhor alternativa para a região.** 15 de fevereiro de 2005. Itapeva (SP). fl. 2. Acesso em 09/2005. Disponível em:  
[http://www.folhadosul.com.br/folha2/turismo\\_tematico.htm](http://www.folhadosul.com.br/folha2/turismo_tematico.htm)

FLORES, Moacir. **O tropeirismo e a economia colônia.** In SANTOS, Lucila Maria Sgarbi; VIANNA, Maria Leda Costa e BARROSO, Vera Lucia Maciel (Orgs.). Bom Jesus e o tropeirismo no Brasil Meridional. Porto Alegre: Edições EST, 1995. p. 135-150.

FONSECA, Marcelo Traldi; ANTONIO, Ana Carolina Miranda; BORGES, Ana Marta de Brito. Turismo rural: uma relação de nostalgia com os hotéis-fazenda e sua herança cultural. In: SARTI, Antonio Carlos; OLIVEIRA, Cássio G. de S.; GUERRA, Gleice Regina; MOURA, José Carlos de. (Editores). **Anais do 5º. Congresso Brasileiro de Turismo Rural.** Propriedades, comunidades e roteiros no turismo rural. Piracicaba: FEALQ, 2005. p. 247-254.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Editora Nacional, 1977.

**GARBIN, Luciana. Drama passionnal do século 18 ainda seduz a imaginação em Tibagi. In: O Estado de São Paulo. Edição especial Brasil 150. Acesso em jan/2005. Disponível em: <http://txt.estado.com.br/edicao/especial/brasil/brasil150.html>**

GASTAL, Susana. Turismo & Cultura: por uma relação sem diletantismos. In: GASTAL, Susana (Org.). **Turismo: 9 propostas para um saber-fazer**. 2ª. edição. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. (Coleção Comunicação 4). p. 117-130.

**GAZETA DO POVO**. Rota dos Tropeiros será nacional, diz o ministro. 31/05/2003.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GEMIN, Therezinha. **Tropeirismo, um legado cultural**. Lapa: Prefeitura Municipal da Lapa/ Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, 2006.

**GUIA ROTA DOS TROPEIROS**. 3ª. edição. Curitiba: Paraná Turismo, out/2004.

**GUIA ROTA DOS TROPEIROS**. 4ª. edição. Curitiba: Paraná Turismo, mar/2005.

GOMES, Josélia Maria Loyola de et al. Tropeiros somos e no caminho andamos. In: **V Encontro Regional de História - ANPUH/Paraná**, 1997. Ponta Grossa. Anais História e Cultura - V Encontro Regional de História. Ponta Grossa: Imprensa Universitária UEPG, 1996. v. 1. p. 165-173.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. In: **Horizontes Antropológicos**. vol. 11, nº. 23. Porto Alegre: jan./jun 2005. p. 15-36. Acesso em dez/2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832005000100002&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832005000100002&script=sci_arttext&tlng=pt)

GONÇALVES, Yumi Kawamura. **Perspectivas do desenvolvimento turístico em áreas rurais: o caso das Terras Altas da Mantiqueira (MG)**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente. Campinas: UNICAMP, 2003. Acesso em ago/2006. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?view=vtls000378141>

GOODEY, Brian. A interpretação do sítio turístico: desenho e seqüência. In: MURTA, Stela Maris e ALBANO, Celina (Org.). **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte, Editora UFMG/Território Brasilis, 2002. p. 109-119.

GOULART, José Alípio. **Tropas e tropeiros na formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.

GUERRA, Gleice R. et al. Possibilidades de utilização do patrimônio histórico para meios de hospedagem na zona rural da área central da região de Piracicaba. In: OLIVEIRA, Cássio G. de S.; MOURA, José Carlos de. (Editores). **Anais do 4º. Congresso Brasileiro de Turismo**

**Rural.** O Turismo como vetor do desenvolvimento sustentável. Piracicaba: FEALQ, 2003. p. 433-441.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1956. (Coleção Documentos Brasileiros, nº. 1).

IANNI, Otávio. **As metamorfoses do escravo.** São Paulo: Difusão, 1962.

JACKS, Nilda. Audiência Nativa: cultura regional em tempos de globalização. In: **InTexto** - Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da UFRGS. Edição nº. 2, 1997. Acesso em dez/2006. Disponível em: <http://www.intexto.ufrgs.br/v1n2/av1n2a2.html>

KASHIMOTO, Emília Mariko; MARINHO, Marcelo; RUSSEFF, Ivan. Cultura, Identidade e Desenvolvimento Local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento. In: **Interações:** Revista Internacional de Desenvolvimento Local. V. 3, nº. 4 mar/2002, p. 35-42. Acesso em jan/2006. Disponível em: [http://www.desenvolvimentolocal.ucdb.br/RevistaInteracoes/n4\\_marcelo.pdf](http://www.desenvolvimentolocal.ucdb.br/RevistaInteracoes/n4_marcelo.pdf)

KLEIN, Herbert S. A oferta de muarens no Brasil Central: o mercado de Sorocaba, 1825-1880. In: **Estudos Econômicos.** São Paulo. v. 19, nº, 2. Mai-ago/1989, p. 347-372.

LANGE, Francisco Lothar Paulo. **Campos Gerais:** visões do paraíso. Curitiba: Ed. Autor, 2002.

LAVALLE, Aída Mansani. As fazendas antigas do Paraná. In: **CADERNO DO PATRIMÔNIO** - Campos Gerais: fazendas e fazendeiros. Versão digitada. Curitiba, 1991. p. 12- 34.

LEÃO, Ermelino Agostinho de. **Contribuições históricas e geográficas para o Dicionário do Parana.** Curitiba: Graphica Paranaense, 1926.

LE GOFF, J. Patrimônio Histórico, cidadania e identidade cultural: o direito à memória. In: BITTENCOURT, C. (Org.) **O saber histórico na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 1997. p. 137-140.

LEITE, Sílvia Ferreira. Nas trilhas há trezentos anos. In: **Revista Mercedes Benz do Brasil.** 1992, p. 8-13.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico.** 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LIMA, Carlos. Turismo cultural: que formação? In: GASTAL, Susana e CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. (Org.). **Turismo na pós-modernidade (desinquietações).** Porto Alegre: EDPUCRS, 2003. p. 61-68.



LIMA, Ruy Cirne. **Pequena história territorial do Brasil**. Sesmarias e terras devolutas. 2<sup>a</sup>. ed. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1954.

LOPES, José Carlos Veiga. Esboço histórico da Fazenda Santa Rita. In: **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. v. 20, 1974, p. 55-144.

LOPES, José Carlos Veiga. **Fazendas e sítios de Castro e Carambeí**. Curitiba: Torre de Papel, 2004.

LOPES, José Carlos Veiga. **Primórdios das fazendas de Jaguariaíva e região**. Curitiba: J.C.V.Lopes, 2002.

LUCAS, Sonia Maria de Mattos. Turismo de patrimônio no espaço rural: a experiência do Vale do Paraíba. IN: OLIVEIRA, Cássio G. de S.; MOURA, José Carlos de e SGAI, Marco. (Editores). **Anais do 3º. Congresso Brasileiro de Turismo Rural**. Turismo no espaço rural brasileiro. Piracicaba: FEALQ, 2001.

LUCAS, Sonia Maria de Mattos. Consórcio Nacional Fazendas do Brasil. In: SARTI, Antonio Carlos; OLIVEIRA, Cássio G. de S.; GUERRA, Gleice Regina; MOURA, José Carlos de. (Editores). **Anais do 5º. Congresso Brasileiro de Turismo Rural**. Propriedades, comunidades e roteiros no turismo rural. Piracicaba: FEALQ, 2005. p. 37-46.

LUCCHESI, Tiago. Rede de cooperação turística - instrumento de desenvolvimento do turismo rural local. In: **Revista Eletrônica de Turismo**. Edição 2. Volume 01 - Nº. 02 - novembro de 2002. Acesso em ago/2006. Disponível em: <http://www.presidentekennedy.br/retur/edicao02/artigo06.pdf>

LYRA, Cyro Correa de Oliveira. **Guia dos bens tombados**: Paraná. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1994.

**MAPA POLÍTICO RODOVIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ/2004**. Acesso em set/2006. Disponível em: [http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/infra\\_estrutura/parana\\_politico\\_rodoviario.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/infra_estrutura/parana_politico_rodoviario.pdf)

MARQUES, Joyce Meri Sera. **Turismo rural no município da Lapa/Paraná**: perspectivas e dilemas. Dissertação de Mestrado em Geografia. Curitiba: UFPR, 2003.

MARTONI, Rodrigo Meira. **Caminhos redescobertos: o potencial turístico das rotas do sul**. Londrina/PR: Universidade Estadual de Londrina, 2005. Dissertação de Mestrado em Geografia, meio ambiente e desenvolvimento. Acesso em jan/2006. Disponível em: <http://bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000108761>

MATTOS, Mário. Fases de prosperidade e de declínio do tropeirismo. In BONADIO, Geraldo. **O tropeirismo e a formação o Brasil**. Sorocaba: Academia Sorocabana de Letras/Fundação Ubaldino do Amaral, 1984. p. 17-23.

MATTOS NETO, Antonio José de. A questão agrária no Brasil: aspecto sócio-jurídico. In **Justiça agrária e Cidadania: nova visão sócio-jurídica da propriedade rural**. Seminário Internacional de Direito Agrário. XI Seminário Nacional de Direito Agrário e II Encontro Nacional de Professores de Direito Agrário. São Luis/MA: 27 a 28/06/2003. Palestra. Acesso em 23/08/2005. Disponível em: <http://www.abda.com.br/texto/AntonioJMNeto.pdf>

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Os usos culturais da Cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YÁZIGI, E., CARLOS, A. F. e CRUZ, R. C. (Org.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2ª edição. São Paulo: Hucitec. 1999. p. 88-99

MINAYO, Maria Cecília. **O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica**. In GUARESCHI, Pedrinho A. e JOVCHELOVITCH, Sandra (Org.). Textos em representações sociais. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 89-111.

MOESCH, Marutschka. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2000.

MOLETTA, Vania Florentino. **Turismo Rural**. Porto Alegre: Sebrae/RS, 1999. (Série Desenvolvendo o Turismo nº. 6).

MORAIS, Regis de. **Estudos de filosofia da cultura**. São Paulo: Loyola, 1992.

MOREIRA, Julio Estrela. **Caminhos da Comarca de Curitiba e Paranaguá**. Curitiba: Imprensa Oficial, 1975. v. 1, v. 2 e v. 3.

MOREIRA, Roberto José. Cultura, política e o mundo rural na contemporaneidade. In: **Estudos: Sociedade & Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, n. 20, abr/2003, p. 113-143.

MURTA, Stela Maris. Turismo histórico-cultural: parques temáticos, roteiros e atrações âncora. In: MURTA, Stela Maris e ALBANO, Celina (Org.). **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte, Editora UFMG/Território Brasilis, 2002. p. 139-168.

MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Org.). **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte, Editora UFMG/Território Brasilis, 2002.

MURTA, Stela Maris; GOODEY, Brian. Interpretação do patrimônio para visitantes: um quadro conceitual. In: MURTA, Stela Maris e ALBANO, Celina (Org.). **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte, Editora UFMG/Território Brasilis, 2002. p. 13-46.

MUSEU DO TROPEIRO. **Sesmarias, velhas fazendas e quilombos – Campos de Castro**. Castro: Museu do Tropeiro, 2001.

NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: ocupação do território, população e migrações**. Curitiba: SEED, 2001. (Coleção História do Paraná: textos introdutórios).

NEGRÃO, Francisco. **Genealogia paranaense**. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1928.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. O patrimônio em questão. In: **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História. São Paulo: PUC, abr-2000, p. 289-299. (Sentidos da Comemoração Brasil 500 anos).

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Identidade do Paraná. In: **Simpósio de Cultura Paranaense**. Terra, cultura e poder: a arqueologia de um Estado. 1º. a 5 de dezembro de 2003. Cadernos Paraná da Gente nº. 4, p. 28-34. Acesso em dez/2006. Disponível em: [http://www.prdagente.pr.gov.br/arquivos/File/terra\\_cultura\\_poder.pdf](http://www.prdagente.pr.gov.br/arquivos/File/terra_cultura_poder.pdf)

OLIVEIRA, Silmara Santos. **Uma interpretação cultural para o turismo: patrimônio adoniano**. Dissertação de Mestrado em Cultura e Turismo. Ilhéus: UESC/UFBA, 2005. Acesso em jul/2006. Disponível em: [http://www.uesc.br/cursos/pos\\_grad/mest/turismo/dissert.htm](http://www.uesc.br/cursos/pos_grad/mest/turismo/dissert.htm)

OLIVEIRA LISBOA, Venâncio José de. **Relatório apresentado pelo Sr. Presidente Dr. Venancio José de Oliveira Lisboa a Assembléa Legislativa Provincial do Paraná em 15 de fevereiro de 1871**. Curitiba: Typ. de Candido Martins Lopes, 1871. Acesso em 14/03/2006. [http://www.pr.gov.br/arquivopublico/pdf/rel\\_1871\\_p.pdf](http://www.pr.gov.br/arquivopublico/pdf/rel_1871_p.pdf)

OLIVEIRA LISBOA, Venâncio José de. **Relatório apresentado pelo Sr. Presidente Dr. Venancio José de Oliveira Lisboa a Assembléa Legislativa Provincial do Paraná em 15 de fevereiro de 1872**. Curitiba: Typ. Viuva e Filhos de C. M. Lopes, 1872. Acesso em 14/03/2006. [http://www.pr.gov.br/arquivopublico/pdf/rel\\_1872\\_p.pdf](http://www.pr.gov.br/arquivopublico/pdf/rel_1872_p.pdf)

PAIVA, Celso Lago. **Turismo rural e a conservação do patrimônio histórico**. 1997. Acesso em jul/2006. Disponível em: <http://www.geocities.com/RainForest/9468/hotfazen.htm>

PARANÁ. SECRETARIA DO ESTADO DE CULTURA. **Fazenda Capão Alto**. Curitiba: SECE, 1985.

PEIXOTO, Paulo. **Os meios rurais e a descoberta do patrimônio**. Centro de Estudos Sociais - Núcleo de Estudos sobre Cidades e Culturas Urbanas. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Acesso em fev/2006. <http://www.ces.fe.uc.pt/publicacoes/oficina/175/175.pdf>

PEIXOTO, Paulo. O Douro a todo o vapor: alegorias do turismo rural. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; SOUZA, Marcelino de. (Orgs.). **Turismo rural: patrimônio, cultura e legislação**. Santa Maria: FACOS/UFSM, 2005. p. 121-152.

PERALTA, Elsa. O mar por tradição: o patrimônio e a construção das imagens do turismo. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre. Ano 9, n. 20, outubro de 2003, p. 83-96. Acesso em ago/2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v9n20/v9n20a04.pdf>

PEREIRA, Rubens. **Teoria da Imagem**. Curso de Publicidade e Propaganda. Acesso em dez/2006. Disponível em: <http://www.eduvaleavare.com.br/Img/downloads/publicidade%20apostila3.pdf>

PERROT, Michele. **Os excluídos da História**. São Paulo: Paz e Terra. 2001.

PIANTAVINI, Alessandro. **Caderno de estudo**. Diadema/SP: CTG Meu pago, 2004. Acesso em jan/2007. Disponível em: [http://www.ctgmeupago.com.br/cultural/documentos/caderno\\_de\\_estudo.pdf](http://www.ctgmeupago.com.br/cultural/documentos/caderno_de_estudo.pdf)

PIMENTEL, G. G. A. Lazer e natureza no turismo rural. In: MARINHO, A.; BRUHNS, H. T. (Org.). **Turismo, lazer e natureza**. São Paulo: Manole, 2003. p. 131-155.

PINHEIRO MACHADO, Brasil. Formação da estrutura agrária. In **Boletim da Universidade do Paraná**. nº. 3, junho/1963. Curitiba: Universidade do Paraná, p. 01-27.

PINHEIRO MACHADO, Brasil. Formação histórica. In BALHANA, Altiva Pilatti; PINHEIRO MACHADO, Brasil e WESTPHALEN, Cecília Maria et al. **Campos Gerais: estruturas agrárias**. Curitiba: UFPR, 1968. p. 29-54.

PINTO, Elisabete Alves. **Vila de Castro: população e domicílio (1801-1830)**. Tese de Doutorado em História. Curitiba: UFPR. 1992.

**PORTAL DA HOSPEDAGEM**. Sebrae. Acesso em out/2006. Disponível em: <http://www.portaldehospedagem.com.br>

**POUSADA CAINÃ**. Acesso em jan/2006. Disponível em: <http://www.pousadacaina.com.br>

**POUSADA DO CANYON GUARTELA**. Acesso em jan/2006. Disponível em: <http://www.pousadocanyonguartela.com.br/>

**POUSADA FAZENDA GUARTELÁ**. Acesso em jan/2006. Disponível em: <http://www.pousadafazendaguartela.com.br/>

PRADO, João Fernando de Almeida. **Jean-Baptiste Debret: com reprodução de quarenta paisagens do artista, do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970. Acesso em out/2005. Disponível em: <http://www.docpro.com.br>

**PRESERVALE - Instituto de Preservação e Desenvolvimento do Vale do Paraíba.** Acesso em jan/2005. Disponível em: <http://www.preservale.com.br> e <http://www.fazendasdobrasil.com/>

**PROJETO CAMINHO DAS TROPAS.** Universidade do Planalto Catarinense. 2005. Acesso em jun/2006. Disponível em: [http://www.uniplac.net/index.php?link=mostra\\_noticia&id\\_noticia=319](http://www.uniplac.net/index.php?link=mostra_noticia&id_noticia=319)

RITTER, Marina Lourdes. **As sesmarias do Paraná no século XVIII.** Curitiba: IHGPR, 1980. (Estante Paranista n.º. 9).

RODERJAN, Roselys Vellozo. **Os curitibanos e a formação de comunidades campeiras no Brasil Meridional. (séculos XVI-XIX).** Curitiba: IHGEP, 1992.

RODERJAN, Roselys Vellozo. Caminhos do sul. In SANTOS, Lucila Maria Sgarbi et al. **Bom Jesus e o tropeirismo no Brasil Meridional.** Porto Alegre: Edições Est., 1995. p. 26-31.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Turismo rural no Brasil - ensaio de uma tipologia. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Mário (Org.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento.** Bauru: Editora da Universidade Sagrado Coração, 2000. p. 51-68.

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e turismo. In: FUNARI, Pedro Paulo e PINSKY, Jaime. (Orgs.) **Turismo e patrimônio cultural.** São Paulo: Contexto, 2001.

ROQUE, Andreia Maria. **Turismo no espaço rural brasileiro: um estudo multicaso nas regiões sul e sudoeste de Minas Gerais.** Dissertação de Mestrado em Administração Rural. Lavras (MG): Universidade Federal de Lavras, 2001. Acesso em out/2005. Disponível em:

<http://www.turismodecampo.com.br/scripts/user/artigos.asp>

**ROTA DAS FAZENDAS SANTA CATARINA.** Acesso em ago/2006. Disponível em: <http://www.guialages.com.br/hotfaz.asp>

**ROTA DOS TROPEIROS.** Acesso em dez/2006. Disponível em: <http://www.rotadostropeiros.net>

RUA, João. Urbanidades no rural: o dever de novas territorialidades. In: **Campo-Território**. Revista de Geografia Agrária. Uberlândia: UFU. V. 1, n.1, fev. 2006. p. 82-106. Acesso em ago/2006. Disponível em:

<http://www.campoterritorio.ig.ufu.br/include/getdoc.php?id=24&article=23&mode=pdf>.

SAHR, Wolf-Dietrich; SAHR, Cicilian Luiza Löwen. A imagem turística cultural do planalto dos Campos Gerais. In: DITZEL, Carmencita de Holleben Mello e SAHR, Cicilian Luiza Löwen. (Orgs.). **Espaço e cultura**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001, p. 393-413.

SAINT'HILAIRE, Auguste. **Viagem à Comarca de Curitiba-1820**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964. Coleção Brasileira v. 315.

SAINT'HILAIRE, Auguste. Tradução de Regina Regis Junqueira. **Viagem à Curitiba e Santa Catarina**. São Paulo: USP, 1978.

SANTAELLA, Lúcia. **O que é semiótica**. 5ª. edição. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SANTOS, Anastácia Brandão de Melo. Emprego e renda temporários no turismo rural. In: OLIVEIRA, Cássio G. de S.; MOURA, José Carlos de. (Editores). **Anais do 4º. Congresso Brasileiro de Turismo Rural**. O Turismo como vetor do desenvolvimento sustentável. Piracicaba: FEALQ, 2003. p. 459-465.

SANTOS, Antonio César de Almeida; ZUCCHERELLI, Moara. Casas de fazenda dos Campos Gerais. In: **CADERNO DO PATRIMÔNIO** - Campos Gerais: fazendas e fazendeiros. Versão digitada. Curitiba, 1991. p. 35-61.

SANTOS, Cecília Rodrigues. Novas fronteiras e novos pactos para o patrimônio cultural. In: **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: Seade, 2001. vol. 15, nº. 2, p. 43-48. Acesso em mar/2004. Disponível em: <http://www.scielo.br>

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **Vida material e vida econômica**. Curitiba: SEED, 2001. (Coleção História do Paraná: textos introdutórios).

SANTOS, Zelo Martins dos. **Visconde de Guarapuava: um personagem na História do Paraná**. Tese de Doutorado em História. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2005. Acesso em ago/2006. Disponível em:

<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/1884/2776/1/ZELOI+APARARECIDA+MARTINS+DOS+SANTOS.pdf>

SCHNEIDER, Sérgio; FIALHO, Marco Antonio Veraldi. Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Mário (Org.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: Editora da Universidade Sagrado Coração, 2000. p. 15-50.

SEBRAE. Caminhos singulares do café. IN: DUARTE, Renata Barbosa de Araújo (Org.). **Histórias de sucesso: experiências empreendedoras**. Brasília: Sebrae, 2004. Acesso em abr/2006. Disponível em:

<http://www.casosdesucesso.sebrae.com.br/include/arquivo.aspx/133.pdf>

SEBRAE NACIONAL. Agentes de turismo debatem projeto de roteirização no Paraná. In: **Estudos Turísticos**, 19/01/2006. Acesso em janeiro/2006. Disponível em: <http://www.estudosturisticos.com.br>

SEBRAE/PR. **Associação/Organização não governamental-ONG**. Passo a passo para a constituição. Acesso em set/2006. Disponível em: <http://www.sebraepr.com.br>

SEBRAE/RJ. Notícias Sebrae/RJ. 18/03/2005. **Rio lançará consórcio Fazendas do Brasil na segunda-feira, dia 21**. Acesso em mar/2006. Disponível em: <http://www.sebraerj.com.br/>

SEGALA, Lygia. Identidade, educação e patrimônio: o trabalho do Lapoep. In: **Revista Eletrônica do Iphan nº. 3**. jan/fev 2006. Acesso em abr/2006. Disponível em: <http://www.revista.iphan.gov.br>

SESCOOP-SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO. TURRA, Fabianne Ratzke e SANTOS, Flávio Eduardo de Gouvêa. (Elab.). **Associativismo: Organização social para o turismo rural**. Brasília: SESCOOP, 2002.

SILVA, Elsa Peralta da. **Patrimônio e identidade: os desafios do turismo cultural**. Acesso em ago/2005. Disponível em: <http://www.aguaforte.com/antropologia/Peralta.html>.

SILVA, Gislene. **O imaginário rural do leitor urbano: o sonho mítico da casa no campo**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. São Paulo: PUC, 2000. Acesso em jul/2006. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/teses/rurban45.html>

SILVA, José Graziano da. Velhos e Novos Mitos do Rural Brasileiro. In: **Estudos Avançados**. São Paulo: USP, 2001a. v. 15, nº. 43. p. 37-50. Acesso em jul/2006; Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a05.pdf>

SILVA, José Graziano da. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento? In: NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DE DESENVOLVIMENTO. **José Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem “O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento”**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2001b. (Série Textos para discussão nº. 2). Acesso em 06/2006. Disponível em: <http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=113>

SILVA, José Graziano da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro: implicações para as políticas públicas. In: BNDES. FLEXOR, Georges; VEIGA, José Eli da; SILVA, José Graziano da. **Painel desenvolvimento em debate**. Desenvolvimento rural sustentável. 2002. Acesso em out/2006. Disponível em: [http://www.bndes.gov.br/conhecimento/livro\\_debate/3-DesenvRural.pdf](http://www.bndes.gov.br/conhecimento/livro_debate/3-DesenvRural.pdf)

SILVEIRA, Marcos Aurélio Tarlombari da. **Turismo, políticas de ordenamento territorial e desenvolvimento**. Um foco no Estado do Paraná no contexto regional. Tese de Doutorado em Geografia. São Paulo: USP, 2002.

SIMONSEN, Roberto C. **História econômica do Brasil**. 3ª. edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. (Série 5ª, v. 10. Biblioteca Brasileira).

SOLERA, Carlos. **Contribuição para o desenvolvimento do Turismo Rural**. Apresentado ao Sr. Milton Zuanazzi, Secretário do Ministério de Turismo em abril de 2003. Acesso em out/2005. Disponível em: <http://www.turismorural.org.br/abraturr/>

SOLERA, Carlos Roberto. **História e bruacas**: ensaio histórico-cultural. Curitiba: Progressiva, 2006.

TORENZANI, Julianna Nascimento. Patrimônio cultural de Ilhéus e turismo: um direito de todos. In: **5º. Congresso Virtual de Turismo 2005**. Ponencias. Acesso em jul/2006. Disponível em: [http://www.naya.org.ar/turismo/congreso2005/ponencias/Julianna\\_Nascimento\\_Torezani.htm](http://www.naya.org.ar/turismo/congreso2005/ponencias/Julianna_Nascimento_Torezani.htm)

TRAMUJAS NETO, Artur. Passe a cuia, chê. In: **Leite Quente**. Curitiba: Prefeitura Municipal de Cultura/Fundação Cultural de Curitiba. Ano 1, nº. 2 jun/1989.

TRINDADE, Jailson Biltran. **Tropeiros**. Curitiba: Incepa, 1992

**TURISMO RURAL TEMÁTICO**. Rio Grande do Sul. Acesso em ago/2006. Disponível em: <http://www.turismo.rs.gov.br/turtematico/rural.asp>

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. Biblioteca Central Professor Faris Michaele. **Manual de normalização bibliográfica para trabalhos científicos**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2005.

VALE DO CAFÉ. **Fazendas do Ciclo do Café**. Acesso em mar/2006. Disponível em: <http://www.valedocafe.com.br/fazendas.htm>

VARGAS, Icléia Albuquerque de. **Território, identidade, paisagem e governança no Pantanal mato-grossense**: um caleidoscópio da sustentabilidade complexa. Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Curitiba: UFPR, 2006. Acesso em set/2006. <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/handle/1884/3799>



VARGAS, Icléia Albuquerque de; HEEMANN, Ademar. Sentir o “Paraíso” no Pantanal: reflexões sobre percepção e valoração ambientais. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 7, p. 131-143, jan./jun. 2003. Curitiba: Editora UFPR, 2003. Acesso em jul/2006. Disponível em: <http://calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/view/3049/2440>

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa**. Petrópolis: Vozes, 2002.

VERBOLE, Alenka. A busca pelo imaginário rural. In: RIEDL, M.; ALMEIDA, J. A.; VIANA, A. L. B. **Turismo Rural: tendências e sustentabilidade**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 117-140.

VIEIRA, Elias Medeiros. Legislação para o turismo rural. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; SOUZA, Marcelino de. (Orgs.). **Turismo rural: patrimônio, cultura e legislação**. Santa Maria: FACOS/UFSM, 2005. p. 17-46.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 5ª. edição. Curitiba: Vicentina, 1995.

WAINBERG, Jacques A. Anotações para uma teoria do turismo: a indústria da diferença. In: GASTAL, Susana (Org.). **Turismo: 9 propostas para um saber-fazer**. 2ª. edição. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. (Coleção Comunicação 4). p. 51-76.

WAINBERG, Jacques A. **Turismo e comunicação: a indústria da diferença**. São Paulo: Contexto, 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Olhares sobre o “rural” brasileiro. Recife. 1999. Acesso em ago/ 2004. Disponível em: <http://www.locus.org.br/sitelocus.htm>

WOORDWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma diferença teórica e conceitual. In: SILVA, Tomas Tadeu da; HALL, Stuart; WOORDWARD, Kathryn. (Org.). **Identidade e diferença**. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.

## ENTREVISTAS

ALENCAR, Wilma. **Entrevista concedida a Josélia Maria Loyola de Oliveira Gomes em 11 de janeiro de 2007**.

BEZERRA, Deise Maria Fernandes. **Entrevista concedida a Josélia Maria Loyola de Oliveira Gomes em 05 de outubro de 2006**.

CARNEIRO, Sabrina. **Entrevista concedida a Josélia Maria Loyola de Oliveira Gomes em 10 de janeiro de 2007**.

**CARVALHO, Aldo César. Entrevista concedida a Josélia Maria Loyola de Oliveira Gomes em 05 de outubro de 2006.**

**MACHADO, Paulo Maurício Bueno. Entrevista concedida a Josélia Maria Loyola de Oliveira Gomes em 21 de janeiro de 2007.**

**MATTOS, Maria Silvia. Entrevista concedida a Josélia Maria Loyola de Oliveira Gomes em 20 de janeiro de 2007.**

**SILVA, Reinaldo Rodrigues da. Entrevista concedida a Josélia Maria Loyola de Oliveira Gomes em 20 de janeiro de 2007.**

**SUPLICY, Maristela. Entrevista concedida a Josélia Maria Loyola de Oliveira em 26 de junho de 2006.**